



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº.: 2596
UFFS

Relatório final de prestação de contas

Título do Projeto	QUALIFICAÇÃO DE CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	
Fundação de Apoio	FAURGS	
Coordenador(a)	JOÃO GUILHERME DAL BELO LEITE	
Campus:	CHAPECÓ	
Órgão Descentralizador	SEAD	
Contrato nº	23205.4411/2015-68	
Período de Execução	Início: 20/11/2015	Término: 31/08/2018

2) RESULTADOS

Atividades desenvolvidas:

1 SEMINÁRIOS (Meta 01)

Os seminários previstos no plano de trabalho do projeto incluem um evento nacional seguido de reuniões regionais para tratar da concepção dos cursos e de sua abordagem metodológica. Estas atividades, estruturadas na forma de apresentações da equipe do projeto, discussões e oficinas têm como objetivo definir os conteúdos ou eixos temáticos dos cursos aos gestores de cooperativas da agricultura familiar, assim como a metodologia de trabalho com os agricultores. Os eventos foram coordenados e executados pela equipe de trabalho da UFFS e contou com a participação dos delegados do MDA de diferentes regiões, além de professores, técnicos, pesquisadores e ONGs, principalmente os que participaram do projeto Mais Gestão – MDA.

1.1 Seminário nacional

O seminário nacional foi realizado em Brasília nos dias 09 e 10 de maio de 2016. O objetivo principal foi definir os eixos temáticos à proposta de formação do curso, assim como as diretrizes fundamentais à metodologia e didática a ser empregada com os dirigentes das cooperativas da agricultura familiar (i.e., agricultores). O seminário também serviu como evento inaugural às atividades do projeto e contou com a participação do reitor da UFFS, Prof. Jaime Giolo, equipe da SEAD e UFFS, delegados do MDA, entre outros (≈ 30 participantes; Apêndices V).

Durante o evento, as discussões e contribuições dos participantes foram sistematizadas pelos organizadores (Apêndice VI), servindo com ponto de partida a estruturação do Projeto Político Pedagógico do curso que seria consolidado com as discussões regionais.



SETOR: SEM
Fl. nº: 3597

UFFS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br



Participantes Seminário Nacional, Brasília DF (2016).



Apresentação Prof. Jaime Giolo, reitor UFFS, Brasília DF (2016).

1.2 Seminários regionais (oficinas)

Os seminários regionais foram realizados com dois objetivos principais. O primeiro, ajustar e colher sugestões aos eixos temáticos propostos no seminário Nacional, e o segundo, fazer a distribuição de turmas (50 no total) para cada região e identificar pontos de referência/nucleação (municípios ou microrregiões) em cada estado. Cada turma é composta por 45 dirigentes de cooperativas da agricultura familiar de 15 cooperativas, sendo três dirigentes por cooperativa. Cada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

curso deve abordar três temáticas principais: autogestão redes de cooperação, comercialização e políticas públicas. A distribuição das turmas seguiu critério proposto pela SEAD, que considerou o número de DAPs jurídicas em cada estado, cooperativas que participaram do Mais Gestão – MDA e número de cooperativas inscritas. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos 50 cursos por região e estado

Tabela 1. Distribuição de cursos de formação para gestores de cooperativas da agricultura familiar, por região e estado da federação.

Região	Estado	No. Cursos
Sul (n=15)	Rio Grande do Sul	06
	Santa Catarina	04
	Paraná	05
Sudeste (n=12)	Minas Gerais	05
	São Paulo	04
	Espírito Santo	02
	Rio de Janeiro	01
Centro-Oeste (n=05)	Distrito Federal	01
	Goiás	02
	Mato Grosso	01
	Mato Grosso do Sul	01
Norte (n=05)	Amazonas	03
	Pará	02
Nordeste (n=13)	Bahia	05
	Sergipe	01
	Alagoas	01
	Pernambuco	01
	Paraíba	01
	Rio Grande do Norte	01
	Ceará	01
	Piauí	01
	Maranhão	01

• **Seminário região Sul**

O seminário da região sul foi realizado em Chapecó – SC, no auditório do bloco dos professores da UFFS no dia 22 de fevereiro de 2017. O evento contou com a participação de aproximadamente 30 pessoas (Apêndice VII) representando os três estados do Sul. O evento teve ampla cobertura e divulgação na *web Page* da universidade (Apêndice VIII).

Na primeira parte do evento, a estrutura do projeto, assim como proposta metodológica, foi apresentada aos participantes pelo grupo da UFFS e SEAD. Nesta etapa, também participou uma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@ufff.edu.br, www.ufff.edu.br

representante do MDS. Em sua fala, destacou as oportunidades associadas ao mercado institucional, principalmente no fornecimento das forças armadas com produtos da agricultura familiar.



Mesa: Prof. João Leite, Prof. Jaime Giolo (Reitor) e Rodrigo Puccini (SEAD), Chapecó SC



Participantes seminário região Sul, Chapecó SC (2017).

Nesta etapa também foram apresentados os eixos temáticos propostos pelo PPP. Este é um momento que sempre gera discussão no grupo. Um dos questionamentos foi a relevância do eixo “políticas públicas” num momento de restrição e cortes orçamentários (i.e., PAA e PNAE). Muitas cooperativas, no período, enfrentavam dificuldades para operar tais programas. Outros participantes, no entanto, complementaram que a temática era uma oportunidade de troca de experiências (entre



SETOR: SEP-01
Fl. nº: 3600
UFFS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

cooperativas), de aprendizado coletivo, e que tais dificuldades poderiam ser superadas com a recuperação da economia nacional. A equipe também destacou a importância deste eixo a outras regiões do país, onde o acesso a programas como o PAA e PNAE ainda está aquém do esperado. Ao final, houve consenso sobre os eixos propostos pelo PPP.

No período da tarde, o grupo discutiu a distribuição dos cursos e sugeriu algumas microrregiões (polos) para distribuição dos cursos. No Paraná, as microrregiões de Laranjeiras do Sul, Francisco Beltrão, Cascavel, Maringá e Guarapuava. Em Santa Catarina, Chapecó, Campos Novos, Joinville e Florianópolis. E no Rio Grande do Sul, os municípios de Cerro Largo, Erechim, Caxias do Sul, Ijuí, Viamão e Pelotas.

- **Seminário região Sudeste**

O Seminário da região Sudeste foi realizado em Belo Horizonte nos dias 05 e 06 de dezembro de 2016. O objetivo principal, assim como no seminário da região Sul, foi consolidar a discussão iniciada no seminário Nacional com a definição dos eixos temáticos e pedagógicos ao PPP e a nucleação das turmas (número de cursos por estado e prováveis locais para realização dos cursos). A distribuição das turmas foi ponto central das discussões, uma vez que a região concentra um número relativamente grande de turmas (12; Tabela 01). Esta etapa foi construída com a contribuição da equipe da SEAD que apresentou a distribuição de cooperativas com DAP jurídica na região e nos seus estados. Um dos encaminhamentos importantes partiu do estado do Rio de Janeiro, que não apresentou inscrições de cooperativas para o curso. A delegada do MDA no estado, no entanto, apelou justificando que haveria demanda e necessidade de formação em sua região. A equipe entendeu, junto com os participantes, que o pedido deveria ser atendido e, desta forma, uma turma foi destinada ao estado do RJ. A discussão sobre os eixos temáticos do PPP não trouxe elementos diferentes a proposta original, porém ficou claro durante a discussão que, em cada estado, alguns eixos são mais importantes que outros. Logo, a proposta do curso deve ser flexível, permitindo ao instrutor dar mais ênfase às temáticas mais relevantes, destacadas pelos participantes na região onde o curso é realizado.

O evento contou com participação de mais de 50 pessoas (Apêndice IX), incluindo o secretário da SEAD, Sr. José Ricardo Ramos Roseno. Nesta oportunidade, o secretário fez a entrega do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf) número 1.500 com ampla divulgação pela SEAD (Apêndice X).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffl.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEI-CH
Fl. nº: 3601
UFFS



Secretário SEAD, Sr. José Ricardo Ramos Roseno compõe a mesa no seminário regional do Sudeste, Belo Horizonte MG (2016).



Participantes seminário regional Sudeste, Belo Horizonte MG (2016).

- **Seminário região Centro-Oeste**

O seminário regional do Centro-Oeste foi realizado em Brasília no dia 23 de março de 2017. O seminário contou com a participação de aproximadamente 20 pessoas (Apêndice XI). Inclusive, do coordenador geral de Diversificação Econômica, Apoio a Agroindústria e a Comercialização da SEAD, Rodrigo Puccini Venturin.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEI-Gr.

Fl. nº: 3602

UFFS



Rodrigo Puccini Venturin (SEAD), fala no seminário regional do Centro-Oeste, Brasília DF (2017).

Durante a oficina de nucleação das turmas, a delegada do MDA no Mato Grosso Sul, junto com representantes de cooperativas do mesmo estado, solicitou uma turma para seu estado, o que foi atendido. Embora o estado do MS tenha um número relativamente pequeno de cooperativas, a mobilização coordenada pela delegada seria suficiente para garantir uma turma na região de Dourados, município de Glória de Dourados. A presença dos delegados do MDA nas oficinas mostrou ser muito importante, a exemplo da delegada do MS, ao poderem indicar possibilidades e demandas em suas regiões.

À região Centro-Oeste foram alocados cinco cursos. Dois em Goiás, um no Mato Grosso do Sul, um no Mato Grosso e um no Distrito Federal (Tabela 1).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SEP-Ch
Fl. nº: 3603
UFFRS



Prof. João Guilherme Leite e Luís Fernando Tividini (Consultor SEAD), no seminário regional do Centro-Oeste, Brasília DF (2017).

- **Seminário região Nordeste**

O seminário regional do Nordeste foi realizado em Maceió no dia 15 de agosto de 2016. Participaram aproximadamente dez pessoas, entre delegados do MDA na região e equipe técnica da SEAD e UFFS (Apêndice XII). O Nordeste é a segunda região com maior número de cursos em todo país (atrás do Sul). Embora a número de cooperativas na região seja relativamente pequena quando comparado ao Sul, por exemplo, o Nordeste concentra o maior número de agricultores familiares do Brasil. De acordo com os dados da Embrapa (2013)¹, a região concentra 50% dos estabelecimentos agrícolas familiares do país. Adicionalmente, as cooperativas da região encontram dificuldades na operacionalização de políticas como o PAA e o PNAE. Este foi um elemento importante destacado durante o debate, com o acordo de que o eixo “políticas públicas” teria destaque durante a qualificação de gestores de cooperativas da agricultura familiar na região. Desta forma, acordou-se que todos os estados do Nordeste deveriam receber pelo menos um curso. A Bahia, por sua vasta extensão territorial e maior concentração de cooperativas e associações na região, recebeu cinco cursos (ver Tabela 1).

Para a maioria dos estados, a nucleação das turmas teve como referência suas respectivas capitais. Um aspecto importante neste caso é a disponibilidade de estrutura para o evento e acomodação para os cursistas durante as atividades. Na Bahia, as cooperativas encontram-se principalmente nas regiões próximas ao litoral do estado, sendo Salvador, Feira de Santana e Ilhéus os principais pontos de referência.

¹ Embrapa: Documentos 155. Concentração geográfica da agricultura familiar no Brasil. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/965105/concentracao-geografica-da-agricultura-familiar-no-brasil>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-01
Fl. nº: 3604
UFFS

- **Seminário região Norte**

O seminário regional da região Norte foi realizado em Manaus entre os dias 28 e 29 de junho de 2016. Participaram aproximadamente 25 pessoas (Apêndice XIII), onde foram discutidos elementos estruturantes aos eixos temáticos do curso (PPP) e nucleação das turmas. Um elemento muito importante e foco das discussões em Manaus foi a nucleação das turmas. A região Norte tem uma particularidade muito especial, sua dimensão. Embora concentre menos de 10% da população nacional, o Norte representa aproximadamente 40% do território nacional. Estes dois elementos, quando combinados, denotam microrregiões esparsamente povoadas e distantes entre si. Adicionalmente, boa parte do deslocamento de pessoas na região é realizado via fluvial ou aéreo.

Acordou-se durante as oficinas, que facilidade de deslocamento e distância seria um critério fundamental ao processo de nucleação. Os cursos devem ser implementados de forma contínua (três dias em sequência), para reduzir o tempo em deslocamento, e em regiões centralizadas. Para a nucleação, Manaus, Santarém e Belém foram apontadas como referências a realização dos cursos. No entanto, ficou o entendimento de que o local do curso seria definido após o processo de mobilização (podendo ser diferente dos pontos de referência supracitados), desta forma, facilitando o acesso aos agricultores.

2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP (Meta 01)

A partir das discussões e sugestões coletadas durante os seminários, nacional e regionais, e com a contribuição da equipe técnica da UFFS o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPP) foi construído (Apêndice XIV).

A proposta básica do PPP é instrumentar a realização de 50 cursos de qualificação de conselheiros de administração e fiscal de cooperativas e associações da agricultura familiar. Com área de abrangência em todo território nacional e público alvo 750 cooperativas da agricultura familiar selecionadas (mobilizadas) pela SEAD. Cada Cooperativa selecionada participa com 3 membros de seus conselhos atuais ou futuros nos cursos (diretores efetivos do Conselho de Gestão, Diretores Suplentes ao Conselho de Gestão e Conselheiros Fiscais, preferencialmente incluindo jovens e mulheres), totalizando 2.250 dirigentes/participantes de cooperativas/associações e outras formas de organização qualificados pelo projeto.

O PPP definiu como objetivo geral do curso “Aperfeiçoar a gestão das cooperativas de produção da agricultura familiar e camponesa, mediante a qualificação dos dirigentes e conselheiros fiscais, visando à ampliação do acesso às políticas públicas através ampliação da intercooperação em rede, visando o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável”.

Enquanto objetivos específicos estão definidos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SE-2001
Fl. nº: 3605
UFFS

- Aperfeiçoar a capacidade de dirigentes cooperativistas na compreensão do contexto atual das tensões dialéticas de local/global e seus reflexos junto às organizações da agricultura familiar e camponesa;
- Aprofundar a compreensão dos elementos qualitativos e estruturais diferenciadores do cooperativismo solidário para a agricultura familiar e camponesa no processo de construção do desenvolvimento rural sustentável;
- Capacitar dirigentes do cooperativismo solidário da agricultura familiar e camponesa na autogestão em redes solidárias da produção, da comercialização, das finanças, dos recursos humanos, da comunicação e marketing, dentre outros;
- Qualificar a compreensão dos dirigentes das cooperativas da agricultura familiar e camponesa sobre o papel estratégico do Estado, das novas políticas públicas como PAA, PNAE, Compras Institucionais, para que instrumentalizem adequadamente suas organizações para operacionalização eficiente;
- Disponibilizar e facilitar o acesso a materiais didáticos de apoio sobre os temas tratados e outras demandas surgidas no processo de formação, produzidos ou disponíveis em fontes fidedignas de consulta;

O PPP propõe três eixos temáticos ou módulos como conteúdos fundamentais ao processo de qualificação dos gestores de cooperativa da agricultura familiar. O primeiro eixo trata da autogestão, a partir de uma proposta democrática de construir e gerir a cooperativa. O que inclui questionar a postura do associado para entender e enfrentar o contexto que está inserido e criar canais efetivos de participação e autogestão para os cooperativados.

O segundo eixo trata da gestão de cooperativas em rede. O que significa pensar a gestão da cooperativa para além de suas fronteiras, aperfeiçoando o entendimento de organização e atuação em rede, a partir do conhecimento básico da gestão para organizações e unidade de produção familiar (planejamento, organização, tomada de decisão e controles, capazes de garantir o monitoramento, avaliação para o aperfeiçoamento contínuo).

O terceiro eixo incorpora políticas públicas voltadas ao cooperativismo. O qual propõe trabalhar a compreensão dos dirigentes quanto as oportunidades e exigências associadas ao acesso a políticas como o PNAE, PAA, compra institucionais, PRONAF, SIPAF, etc.

A conclusão do PPP ocorreu no início de 2017 com a finalização das oficinas (seminários) regionais. O documento serviu de base a elaboração do caderno didático do curso (cartilha), que discorre de forma detalha os três módulos ou eixos didáticos descritos no PPP. A cartilha é acompanhada de materiais complementares de apoio às dinâmicas didáticas em sala de aula (livro de dinâmicas de cooperação) e de caráter técnico (relatórios, notas técnicas, artigos). Ambos com o objetivo de complementar, aprofundar e consolidar o processo de aprendizado iniciado durante o curso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3606
UFFRS

3 CADERNO DIDÁTICO (Meta 02)

A elaboração da cartilha didática tomou como base as diretrizes metodológicas e temáticas estabelecidas previamente pelo PPP. Construído fundamentalmente pelo esforço da equipe de professores da UFFS, a cartilha é o material que instrumentaliza a condução dos cursos. Embora a previsão para a elaboração de uma versão do caderno didático, o grupo da UFFS elaborou duas versões do material (com o consentimento da SEAD). A demanda surgiu a partir do entendimento de que as atividades no campo seriam melhor conduzidas, inclusive e principalmente com maior aproveitamento dos agricultores, com material didático mais objetivo e resumido. Desta forma, o grupo trabalhou em uma versão abreviada da cartilha (com 100 páginas) destinada aos cursistas (Apêndice XV) e outra estendida (com 200 páginas) destinada aos instrutores (Apêndice XVI).

*Curso de Qualificação de
Dirigentes de Cooperativas
da Agricultura Familiar*



Cartilha Pedagógica - Versão Cursista

Capa cartilha, versão cursista.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SE
Fl. nº: 3607
UFFS



Capa cartilha, versão formador (instrutor).

Enquanto a versão resumida (cursista) utiliza uma linguagem mais prática, utilizando exemplos para ilustrar situações vividas pela cooperativa. A versão estendida (instrutor) é mais rica em conceitos, permitindo ao educador aprofundar seu entendimento teórico sobre os temas propostos.

Ambas versões da cartilha foram catalogadas na Biblioteca Nacional com registro de ISBN (*International Standard Book Number*).

Uma dificuldade no desenvolvimento das cartilhas foi o processo de diagramação. Neste período (a partir de abril 2017), a UFFS discutia com SEAD a autorização do pagamento de cota patronal (necessária, entre outros fins, para contratação de diagramador). A autorização seria concedida no final do mês de outubro 2017. Para não atrasar o início das atividades a campo (cursos), a diagramação foi realizada pelo grupo da UFFS (mais detalhes no capítulo 5: Balanço Financeiro).

4 REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO (Meta 03)

4.1 Brasília

No dia 07 de dezembro de 2017, reuniram-se na Sead em Brasília: Rafael Cabral, Patrícia Kato, Moacir Borges, James Berto e João Guilherme Leite. A pauta da reunião incluiu questões gerais sobre a execução do projeto, relação com a fundação de apoio, acompanhamento e planejamento



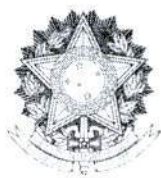
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

das atividades em 2018.

Principais encaminhamentos:

- Consultar a existência de estudo, construído a partir das experiências do Mais Gestão, previsto na meta 1.1 – UFFS. *A consulta foi feita. O referido relatório, com informações e resultados do Mais Gestão 1, não foi compartilhado com o grupo da UFFS. A construção do PPP se baseou consultas pessoais, com os envolvidos no Mais Gestão, durante os seminários Nacional e regionais.*
- Compartilhar lista de “ponto focais” nas diferentes regiões do país, os quais serão utilizados de forma complementar às delegacias do MDA durante o processo de mobilização das turmas em 2018 – UFFS. *A lista foi compartilhada.*
- Consulta FAURGS: uso de ordem bancária para pagamento de diárias, uso de ata de compra para impressão cartilha e pagamento de bolsa para discentes de mestrado e doutorado – UFFS. *A consulta foi feita, e a implementação desta modalidade de pagamento foi introduzida na segunda turma em Francisco Beltrão PR em dezembro de 2017.*
- Elaboração de “documento base”: com informações fundamentais sobre a proposta do curso e prioridades regionais (a partir do PPP e das cartilhas, com foco nos cursandos saberem o que pode ser oferecido e nos mobilizadores para saber os ritos para a realização do curso, isto é, regras claras sobre os cursos, diárias, inscrição e mobilização) – UFFS. *O documento base foi construído (ver Apêndice XVII).*
- Avaliar a possibilidade de construção de formulário on-line para as inscrições de novas cooperativas – UFFS. *Formulário online foi construído, até o momento já foram feitas aproximadamente 800 inscrições utilizando esta ferramenta.*
- Implementar o desenvolvimento de relatório executivo bimensal, com informações sobre o andamento do projeto (realizado e planejado), dificuldades e demandas ao avanço das turmas – UFFS. *As informações sobre o andamento do projeto vêm sendo compartilhadas com periodicidade.*
- Implementar estratégias de sistematização (e.g. relatório, questionários) para acompanhar e monitorar a realização dos cursos (definir o que fazer – métodos e quantitativos – com as atividades 3.2 e 3.3 de acompanhamento e pesquisa acerca dos cursos) – UFFS. *A dinâmica do curso dificulta a introdução de questionários, porém esse item de avaliação foi incluído no relatório de atividades do instrutor, entregue ao final de cada turma.*
- Melhorar a qualidade da comunicação, a partir de postura construtiva e do compartilhamento de informações que contribuam à eficiência do trabalho, realização de cursos, redução da burocracia e ampliação de sinergias do projeto com as atividades desenvolvidas pela SEAD e UFFS (definir um cronograma dos cursos e as regras e estratégias para a mobilização das turmas de cursandos) – SEAD e UFFS;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

- Avaliar e encaminhar o termo aditivo, assim como nota técnica, para assinatura do reitor da universidade e secretário da SEAD – SEAD e UFFS. *O termo foi encaminhado de acordo com o solicitado (Apêndice IV).*
- Após o aditivo, apresentar proposta de remanejamento ao plano de trabalho, considerando ajustes na previsão de gastos com hora técnica e bolsa (aproveitar e ver todas as rubricas) – UFFS. *A proposta encaminhada em janeiro de 2018 e novamente, via Ofício, em maio de 2018 (Apêndice XVIII).*

4.2 Francisco Beltrão

No dia 04 de abril de 2018, reuniram-se na sede da UnicafeS em Francisco Beltrão PR: Kellyn C. Tavares, Ovídio J. Constantino, Alcidir M. Zanco, Pedro Christoffoli e João Guilherme Leite. A pauta da reunião tratou da mobilização de cooperativas em 2018, edital para seleção de instrutores (professores) e bolsistas discentes de graduação, e uma possível parceria com projeto UnicafeS/Sescoop.

Principais encaminhamentos:

- Avaliar e encaminhar providências no âmbito da parceria para realização de cinco turmas nos estados de Roraima, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia e Paraná.
 - Nestes estados estão sendo realizadas atividades piloto para formação de gestores de cooperativas da agricultura familiar, vinculadas à UnicafeS (projeto UnicafeS/Sescoop).
 - O projeto UnicafeS/Sescoop prevê a realização de cursos com 128 horas de duração com foco no aperfeiçoamento da gestão. A parceria com o projeto UFFS/SEAD ampliaria o escopo e duração do curso (24 + 128 horas) e possibilitaria a ampliação do número de turmas realizadas.
 - As turmas da etapa piloto do projeto UnicafeS/Sescoop devem ser encerradas até o final do mês de maio de 2018.
- Projeto UnicafeS/Sescoop (pós-piloto)
 - Após a finalização da etapa piloto, a UnicafeS deve desencadear uma série de turmas em todo Brasil, com possibilidade de parceria com o projeto UFFS/SEAD em pelo menos 20 cursos entre os meses de junho e julho de 2018.
- Outros encaminhamentos
 - Número de participantes: os cursos promovidos pela UnicafeS preveem 25 participantes. É possível ampliar este número numa etapa inicial (abordagem geral ou introdu-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3610
UFFS

tória) quando as atividades do projeto UFFS/SEAD seriam realizadas. Mas, em algumas regiões, o número de 40 participantes pode ser difícil de ser alcançado. Algumas opções discutidas:

- Reduzir o número mínimo de inscrições para abrir a turma (30-35).
- Contabilizar $\frac{1}{2}$ turma. Neste caso o instrutor deve trabalhar duas $\frac{1}{2}$ turmas para ter direito a bolsa (edital precisaria de revisão).
- Bolsa MSc e Dr. Consideradas muito importantes para auxiliar no processo de mobilização e execução das turmas (coleta de informações pessoais, resolução de pendências, etc.). Condicionada a realização dos cursos.
- Diárias e passagens para mobilização/acompanhamento de turmas UFFS/Unicafes.
- Projeto Extensão UFFS para certificação das atividades do projeto UFFS/SEAD/Unicafes/Sescoop (24 + 128 horas).
- Publicação Edital seleção para bolsistas (instrutor + estudante graduação) em outras regiões do país.

Os principais resultados a partir da reunião com a Unicafes foi o encaminhamento da seleção, via Edital público, para docentes e estudantes de graduação nos estados do Nordeste, São Paulo e Paraná (Apêndice XIX). Adicionalmente, a mobilização ganhou força com a adesão da Unicafes, particularmente nos estados do Ceará, Alagoas, Rondônia e Tocantins onde há expectativa para realização de uma turma por estado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-C-1
Fl. nº: 3611
UFFS



Grupo em reunião na Unicafe Francisco Beltrão PR.

5 CURSOS DE FORMAÇÃO PARA GESTORES (Meta 03)

O planejamento da UFFS previu a realização de cinco cursos até dezembro de 2017. Três foram totalmente finalizados. Para outros dois, nesta data, ainda resta a etapa final (um dia de atividade) para o encerramento do curso. Os cursos somente foram iniciados quando o número de inscritos era superior a 40 e o número de cooperativas/associações da agricultura familiar superior a dez.

Embora o objetivo do projeto seja a realização de 50 curso, a UFFS é incapaz de realizar a etapa de mobilização (nucleação e formação das turmas) em todo o território nacional. Exceto em sua região de atuação, onde mantém uma rede de contatos com cooperativas e associações da agricultura familiar, a partir do trabalho de ensino, pesquisa e extensão do campus do RS, SC e PR. Para as demais regiões, a UFFS depende do processo de mobilização coordenado pela SEAD através de sua lista de contatos (cooperativas e associações com DAP jurídica em todo o país) e delegados estaduais. No período descrito por este relatório, duas mobilizações foram iniciadas fora da região Sul, no estado do Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal. Esta mobilização, liderada pela iniciativa dos delegados estaduais, não chegou a etapa de nucleação das turmas, o que impediu a realização dos cursos pela universidade (mais detalhes nas próximas seções).

As turmas abaixo descritas são resultado da mobilização realizada pela universidade em sua região de atuação (i.e., Sul).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3612
UFFS

5.1 Laranjeiras do Sul – PR

O curso de Laranjeiras do Sul foi realizado nos dias 06 e 07 de abril, e 11 e 12 de agosto de 2017. Nestes dias foram trabalhados os eixos temáticos propostos pelo PPP, divididos em dois módulos com 1.5 dias cada. A primeira etapa abordou os aspectos da gestão e redes de cooperação, assim como estratégias de comercialização, gestão estratégica e planejamento. O diálogo com os dirigentes foi construído de forma a permitir o aprendizado pela troca de experiências entre cooperativas, o qual foi conduzido e complementado com as informações trazidas pela proposta do curso. A segunda etapa abordou principalmente as políticas públicas voltadas a agricultura familiar, seu papel no desenvolvimento rural e estratégias de apropriação pelas cooperativas da agricultura familiar (como se beneficiar?).

Participaram 40 dirigentes (Apêndice XX) de doze cooperativas e associações da agricultura familiar (Tabela 2). O curso foi coordenado pelo Prof. Pedro Ivan Cristoffoli (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul.

Tabela 2. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Laranjeiras do Sul – PR.

No.	Cooperativa/Associação
01	COOPERCAM - COOPERATIVA DE INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO CAMPONESA
02	TERRA LIVRE- COOPERATIVA DE AGROINDÚSTRIA E COMÉRCIO TERRA LIVRE
03	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO- COPERJUNHO
04	COOPERATIVA MISTA DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA UNIÃO LTDA. - CORAU
05	COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA AVANTE LTDA - COANA
06	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA LTDA - COPAVI
07	COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA REFORMA AGRÁRIA DO CONTESTADO - COPERCONTESTADO
08	ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO IMBAUZINHO – TERRA E VIDA
09	COOPERATIVA AGROECOLÓGICA IRENO ALVES- COPAIA
10	COOPERATIVA AGRÁRIA DOS ASSENTADOS DO VALE DO PIQUIRI- COOPERAGRA
11	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO 25 DE MAIO



COORDENADOR: SEP-CH
TEMP: 3613
UFFS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

12

COOPROESTE - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO INDUSTRIALIZAÇÃO
E COMERCIALIZAÇÃO UNIÃO DO OESTE



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Laranjeiras do Sul – PR (2017).



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Laranjeiras do Sul – PR (2017).

5.2 Cerro Largo – RS

O curso de Cerro Largo foi realizado nos dias 04, 17 e 28 de agosto de 2017. Nestes dias foram



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SECTOR: SEP-CH
FILIP.: 3614
UFFS

trabalhados os eixos temáticos propostos pelo PPP, divididos em três módulos. Em cada dia, um eixo temático diferente foi trabalhado, iniciando pelo eixo I gestão de cooperativas em rede e autogestão, que inclui temas como gestão cooperativa, planejamento operacional, tático, estratégico e matriz FOFA (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). A discussão foi complementada com vídeos e *brainstorm* para busca de soluções inovadoras a problemas comuns na gestão das cooperativas. No segundo dia, o trabalho com os participantes concentrou no eixo II comercialização e ambiente em que as cooperativas atuam. As atividades concentraram em temas como mercado e cooperativas, ambiente e desafios, vantagens e desvantagens dos canais de comercialização e oportunidades relacionadas a diferenciação de mercado. O terceiro e último dia trabalhou o eixo III políticas públicas, incluindo conceitos, objetivos e características das políticas públicas para o desenvolvimento rural e agricultura familiar (e.g. PAA, PANAÉ). As atividades, nos três dias de curso, foram coordenadas e executadas pela Profa. Louise Botelho (UFFS), Campus Cerro Largo.

Participaram aproximadamente 25 dirigentes (Apêndice XXI) de quinze cooperativas e associações da agricultura familiar (Tabela 3). Embora o processo de mobilização tenha inscrito 42 dirigentes (para o início do curso), o número de participantes ficou abaixo do esperado. A evasão pode estar associada ao início das atividades da lavoura de primavera/verão, quando muitos agricultores (também dirigentes) dão prioridade às atividades de campo.

Tabela 3. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Cerro Largo – RS.

No.	Cooperativa/Associação
01	COOPACEL - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CERRO LARGO
02	COOPASC - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DE SANTO CRISTO
03	COOPER IPÊ - COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO PAULO DAS MISSÕES
04	UNICOOPER - COOPERATIVA CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
05	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CANA PORTO XAVIER LTDA
06	COOPERG - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ROQUE GONZALES LTDA
07	COOPERBÚTIA - COOPERATIVA AGRÍCOLA BUTIÁ LTDA
08	COOPAF VIDA NOVA - COOPERATIVA DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR VIDA NOVA LTDA
09	COOPER BORJA - COOPERATIVA REGIONAL DE ASSENTADOS E PEQUENOS PRODUTORES DE SÃO BORJA
10	COOPARTE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE ARTESÃO LTDA
11	COOPERSOL - COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA LTDA
12	COOPOVEC - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DE PORTO VERA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@ufes.edu.br, www.ufes.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3615
UFFS

- CRUZ LTDA
COOGÊMEOS - COOPERATIVA GODOIENSE DE
13 EMPREENDIMENTOS, EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E ORGANIZAÇÃO
SOCIAL LTDA
14 COOPER SÃO JOSÉ - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ
15 COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ALECRIM LTDA



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Cerro Largo - RS (2017).



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Cerro Largo - RS (2017).



SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3676
UFFS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

5.3 Francisco Beltrão – PR

O curso de Francisco Beltrão prevê a realização de três módulos. Dois módulos foram concluídos nos dias 17 e 25 de agosto de 2017. As atividades nos dois primeiros módulos trataram de temas como a gestão de cooperativas, redes de cooperação e comercialização. Um elemento importante é a identificação de fraquezas (pontos fracos na gestão das cooperativas) através do compartilhamento das diferentes experiências vividas pelas cooperativas, assim como a construção de estratégias para construções de fortalezas através da formação de redes de cooperação.

Participaram 40 dirigentes (Apêndice XXII) de dezenove cooperativas e associações da agricultura familiar (Tabela 4). O curso foi coordenado pelo Prof. Pedro Ivan Cristoffoli (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul.

Tabela 4. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Francisco Beltrão – PR.

No.	Cooperativa/Associação
01	COOP. AG. FAMILIAR INTEGRADA DE CAPANEMA (COOPAFI)
02	INTEGRADA DE PEROLA D'OESTE – COOPAFI PEROLA D'OESTE
03	COOPAFI ITAPEJARA D OESTE
04	COOPARATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA SÃO JORGE DO OESTE
05	COOPERATIVA DA AGRIC. FAMILIAR DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
06	COOP. DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE REALEZA COOPAFI - REALEZA
07	COOPERATIVA DA AGRIC. FAM. INTEGRADA DE NOVA PRATA DO IGUAÇU.
08	COOPAFI FRANCISCO BELTRÃO
09	COOPERATIVA CENTRAL DA AGRIC. FAMILIAR INTEGRADA DO PARANÁ-COOPAFI CENTRAL
10	CLAF - SALTO DO LONTRA
11	COOP. DO LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO JORGE D'OESTE
12	COOP. DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR DE S. ANTONIO DO SUDOESTE
13	CODESAFA – COOP. DE DESENVOLVIMENTO DA AGRIC. FAMILIAR DE HONÓRIO SERPA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

DETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3617
UNFS

- 14 COOPERATIVA AGRICULTORES FAMILIARES DE PATO BRANCO
- 15 COOPERATIVA AMPERENSE DOS PRODUTORES DE VINHO - COOPEVI
- 16 COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO PARANÁ - COOAFASP
- 17 COOPEMANG
- 18 COOPERVEREDA
- 19 COOP. CAMPONESA DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO - COOCAMP



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Francisco Beltrão - PR (2017).



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Francisco Beltrão - PR (2017).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
FL. Nº: 3622
UFES

O terceiro módulo do curso em Francisco Beltrão foi realizado no dia 26 de julho de 2018 e contou com a participação de 29 dirigentes de cooperativas da agricultura familiar do Sudeste Paranaense. Este módulo corresponde ao encerramento do curso com as cooperativas, iniciado em 2017 quando os dois primeiros módulos foram realizados em Francisco Beltrão. As atividades foram coordenadas pelo Prof. Pedro Ivan Christoffoli (UFES).

Interação Social e Protagonismo da Agricultura Familiar – Organização Social nas Cooperativas

A proposta deste primeiro momento foi de provocar nos participantes a necessidade de refletir sobre como trabalhar a estrutura humana, no sentido de como movimentar as pessoas ou os associados, como fazer com que eles interajam mais e percebam o que é fazer parte de uma cooperativa, de um bem maior. Trabalhar com a estrutura humana é uma das grandes dificuldades dos empreendimentos, mas ela possibilita um maior contato entre o líder e o associado, e conhecer suas reais necessidades, fazê-lo perceber o que é ser um cooperado.

Neste sentido, buscou-se instigar nos participantes o seu papel como protagonista social e compreender que todos somos possíveis agentes transformadores, que não precisamos começar com algo grande e complexo. Ações simples podem ajudar na construção social. No dia a dia, as relações que estabelecemos se refletem em como entendemos e criamos a sociedade em que vivemos e a nossa construção para uma sociedade mais sustentável está relacionada a como fazemos a construção da estrutura social. As interações sociais são a base da organização e da estrutura social. Quando as interações entre indivíduos, grupos e instituições adquirem certa estabilidade e permanecem durante um tempo relativamente longo, tem-se a “Estrutura Social”. Várias questões surgiram ao longo da discussão, como: Quais são as potencialidades das nossas cooperativas? O que os associados precisam? O que minha cooperativa pode oferecer?

Com essas questões em mente, pôde-se refletir que o futuro das cooperativas depende de cada um de nós. Como a cooperativa interage com o mercado, com os clientes, como os sócios.

Para finalizar, foi aberto um momento para que os participantes pudessem expor seus pontos de vista e compartilhar suas experiências. Todos concordaram que precisa haver um contato maior entre os membros da cooperativa, que conhecer e compreender o sócio é de grande importância para gestão da organização. O estímulo ao desenvolvimento local, segundo os participantes, também deve continuar sendo o objetivo das cooperativas.

Agroindustrialização na Região Sudoeste

Ainda na parte da manhã, o professor João Mark contextualizou a agroindustrialização na região sudoeste, a agricultura familiar e agregação de valor, os potenciais das Agroindústrias do Sudoeste, iniciativas existentes para agregação de valor, a produção de alimentos e os desafios da agricultura familiar, sistemas produtivos organizados, principais desafios e oportunidades vinculados a organização do setor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SECTOR: SEP-CH
FL. nº: 3619
UFMS

Foi discutida a visão de futuro das organizações rumo à inovação. Para tal, verificou-se que o ideal seria identificar estratégias futuras para a agricultura familiar, que promovam a produção sustentável de alimentos, por meio de soluções tecnológicas e inovadores, agregando valor aos produtos e ampliando sua inserção no mercado.

Algumas formas de agregação de valor foram elencadas, como, transformar/processar alimentos, comercializar em feiras livres locais, entrega a domicílio, agregar serviço aos produtos (rotulagem, produção orgânica / agroecológica), turismo rural. Verificou-se que todas essas formas de agregação de valor permeiam a questão tecnológica.

Concordaram que essas questões precisam ser refletidas de forma organizada, a fim de possibilitar que o agricultor invista nisso. Fazer isso não é para todos, depende da mentalidade de quem está gerindo a propriedade, uma vez que os produtores têm visões diferentes.

O palestrante apresentou os resultados de um projeto de pesquisa feito em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos em 2017, tendo parceria com a equipe da Emater, escritórios locais, ASSEMA e Unicafe. O projeto resultou também numa plataforma inclui a questão socioeconômica das entidades, obtendo um alcance de 221 unidades.

Foi apresentado o investimento médio em reais realizados nestas agroindústrias pesquisadas, a intenção de investir (77,7% demonstraram interesse). Em relação a caracterização da mão-de-obra, verificou-se que, pelo menos, 80,2% das agroindústrias utilizam a mão-de-obra exclusivamente familiar, isto é, sem contratação. A renda média das famílias e grau de prioridade na atividade (52,7% recebem de 1 a 3 salários mínimos). Foi apresentado também a origem da matéria-prima, o faturamento bruto da atividade (importância para o crescimento do PIB da região), o local de comercialização, regularização sanitária/inspeção de produtos de origem animal, adequação de rotulagem, a assistência técnica (neste, 52,6% não possui assistência técnica frequente).

Ao final da palestra da parte da manhã, foram apontadas algumas demandas/necessidades de curto prazo. São elas: falta de mão-de-obra (qualificação), burocracia para regularização sanitária, facilitar a outros programas públicos/institucionais (PNAE) para os agricultores, rotulagem, benefícios da prefeitura (apoio municipal), dificuldade de comprar matéria prima, tecnologia de produção, cursos de boas práticas e crédito viável. Em sequência foi elaborada uma proposta: apoiar a inclusão e permanência dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização, proporcionar qualificação profissional, promover pesquisas tecnológicas, promover divulgação de produtos.

Cenários e Perspectivas da Agricultura Familiar

Na parte da tarde o professor Pedro Ivan apresentou o cenário histórico e perspectivas da agricultura familiar, aprofundando na evolução dos regimes agroalimentares mundiais, tendências e desafios nas políticas de desenvolvimento da Agricultura Familiar e na construção de estratégias para fortalecer o segmento.

Essa contextualização foi dividida em três períodos de regime alimentar, o primeiro regime alimentar compreende ao período de 1870-1930, o segundo regime alimentar corresponde ao período



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3620
UFFS

de 1950-1970 e o terceiro regime alimentar ou “emergente” parte dos anos 2000 até os dias atuais.

Para cada um desses períodos foi apresentado qual era o país como dentro de poder, qual o principal dirigente ou tomador de decisões, o modo de regulação e governança, as ideologias dominantes, qual era o sistema monetário internacional, o paradigma agro-tecnológico, as características dos alimentos, identificador e movimentos de contestação.

Fora apresentado também a forma de conservação dos alimentos na antiguidade, (na qual eram utilizadas as especiarias), o desenvolvimento de um mercado regular, a dificuldade de transportar produtos agrícolas para longe devido à falta de estradas e transporte (alternativa: tração animal, embarcações), os diferentes tipos de alimentos das diferentes culturas mundiais, desenvolvimento do capitalismo (surgimento de indústrias), desenvolvimento de ferrovias, mudanças mundiais, surgimento gradual das agroindústrias, avanço tecnológico, o domínio dos países europeus e a escassez de bens. O palestrante ainda destacou sobre os alimentos orgânicos, e como eles estão cada vez mais ganhando espaço no mercado.

Com relação ao avanço das tecnologias e nano-tecnologias, destacou-se o uso de algumas ferramentas que se incorporaram às propriedades a fim de facilitar, aumentar, contribuir para o processo produtivo, como a utilização de GPS, mecatrônica, colheitadeiras, escavadores, entre outras máquinas e facilitação do mapeamento de lavouras.

Ao final da palestra, algumas questões foram levantadas para gerar reflexão nos participantes, e conscientiza-los no que pode ser feito depois de tudo o que foi apresentado, quais os desafios das cooperativas, uma vez que as necessidades humanas são ilimitadas e os recursos limitados.

Algumas sugestões e reflexões foram compartilhadas no encerramento do curso. Levantaram a necessidade de trazer algum especialista em cooperativismo para realizar um treinamento de novos associados, e também disseram que a própria liderança tem que ter condições de proporcionar capacitação para o associado, transmitir a informação, caminhar junto, se adaptar ao mercado. Trazer a juventude para o campo, segundo os participantes, é dificuldade no mundo atual, já que os jovens do campo estão indo para as cidades.

Ademais, disseram que as ideias ficaram mais claras depois de tudo o que foi exposto, e a vontade de transformar, de fazer a diferença, cresceu ainda mais.

Por volta das 17:00hs as atividades se finalizaram, marcando o encerramento da 3ª etapa do Curso de Qualificação para Gestores de Cooperativas da Agricultura Familiar.



SETOR: SEP-CH
n.º: 3621
UFMS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Francisco Beltrão PR (2018).



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Francisco Beltrão PR (2018).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffes.edu.br, www.uffes.edu.br

5.4 Cascavel – PR

O curso de Cascavel prevê a realização de três módulos. Dois módulos foram concluídos nos dias 18 de agosto e 15 de setembro de 2017. As atividades nos dois primeiros módulos trataram dos aspectos gerais da gestão de cooperativas e formação redes de cooperação, assim como estratégias de comercialização e planejamento estratégico. Além do conteúdo apresentado em aula, o curso promoveu a interação entre os participantes, incentivando a discussão e a troca de experiências quanto aos pontos fortes e fracos de sua cooperativa. Também trabalhou as oportunidades trazidas pela intercooperação e formação de redes de comercialização.

Participaram 30 dirigentes (Apêndice XXIII) de onze cooperativas e associações da agricultura familiar (Tabela 5). O curso foi coordenado pelo Prof. Pedro Ivan Cristoffoli (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul.

Tabela 5. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Cascavel – PR.

No.	Cooperativa/Associação
01	COOPERCAM – COOP. DE INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO CAMPONESA
02	COOFAMEL-COOPERATIVA AGROFAMILIAR SOLIDARIA
03	COAFASO
04	COOPERCAM
05	COMAFRUT-COOPERATIVA MARIALVENSE DOS FRUTICULTORES
06	COOPLAF GUARANIAÇU
07	COOP. DE LEITE DA AGRIC. FAM. COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA TRES BARRAS
08	COOP DE LEITE DA AGRIC. FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE MEDIANEIRA
09	COOPLAF CASCABEL
10	COOP. CENTRAL DE LEITE DA AGRIC. FAM. COM INTERAÇÃO SOLIDARIA OESTE DO PR.
11	COOPLEMATE – COOPERATIVA DE LEITE DE MATELÂNDIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3623
UFMS



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Cascavel – PR (2017).



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Cascavel – PR (2017).

O terceiro módulo foi realizado no município de Toledo no dia 09 de julho de 2018 e contou com a participação de 40 dirigentes de onze cooperativas da agricultura familiar do Oeste Paranaense. O módulo III em Toledo corresponde ao encerramento do curso com as cooperativas, iniciado em 2017 quando os dois primeiros módulos foram realizados em Cascavel. As atividades foram coordenadas pelo Prof. Pedro Ivan Christoffoli (UFFS).

O tema tratado Modelo de Comercialização – Mercado, e tem como objetivo fortalecer as relações comerciais e os negócios das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, estudou-se várias áreas dentro do tema: Plano de Negócios -Negócios e suas bases econômicas e



PROF. SER-CH
ELAB. 3624
UFES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proadm@uffes.edu.br, www.uffes.edu.br

sociais (gestão democrática e eficiente). -Análise da viabilidade econômica, financeira, tecnológica. -Negociação, análise de mercado e impacto econômico, social e ambiental. -Planejamento, demanda custos, logística, armazenamento, estoque, vendas. -Estratégias de assessoramento técnico comercial.

Modelo de gestão comercial -Planejamento comercial (institucional e convencional) -Capital de giro para processos de agroindustrialização e comercial. -Ato cooperativo, transformação, mercados. -Aspectos legais, sanitários (qualidade). -Legislação sanitária (inspeção, municipal, estadual, nacional). -Identidade visual (Marcas, Marketing e Produtos). Todos os pontos foram amplamente discutidos no curso.

O curso foi articulado de forma que houvesse uma interação entre todos os participantes, para tal, foi utilizado material pedagógico escrito e visual, bem como dinâmicas de grupo, objetivando a interação e motivação dos participantes.

O objetivo foi realizar ações de educação e formação cooperativista para qualificação da gestão e governança das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Especificamente, os objetivos consistem em ampliar instrumentos para consolidação das redes de cooperação; fortalecimento da compreensão de que a formação e a assessoria técnica devem ser processos contínuos; Empoderamento das lideranças cooperativas na promoção do desenvolvimento local; ampliação dos espaços permanentes de formação e inclusão de novas lideranças e multiplicação dos diversos conhecimentos produzidos junto as cooperativas. Também realizado uma palestra sobre “COMO ENCONTRAR A SATISFAÇÃO DE VENDER BEM”.

Principais resultados:

- O Curso sobre comercialização – Mercados foi muito importante, pois há uma necessidade de encontrar novas alternativas de comercialização e superação de dificuldades vivenciadas com as tradicionais vias de escoamento da produção das cooperativas.
- Também foi debatido sobre alternativas de comercialização, como a necessidade de diversificação e ampliação da produção, buscando recursos que permitam agregar valores aos seus produtos.
- Avaliação de aprendizagem dos educandos:
 - Autoavaliação realizada ao final do curso, numa atividade oral, onde os educandos falam sobre o tema estudado e refletem coletivamente sobre se realmente aprenderam. Com esta atividade, é possível traçar novas estratégias ou aprimorar as que já são utilizadas.
- Recomendações sobre o curso:
 - O tema desenvolvido – Comercialização e Mercados é de grande importância para as cooperativas, portanto, algumas recomendações foram pensadas:
 - Capacitação continuada sobre Comercialização e mercados;
 - Fortalecer as redes de cooperação;
 - Estabelecer estratégias/alternativas para abrir novos mercados;
 - Aprimorar a capacitação sobre custos e análise de viabilidade das cooperativas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3625
UFFS



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Toledo PR (2018)



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Toledo PR (2018).

5.5 Viamão – RS

O curso de Viamão foi realizado nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2017. Nestes três dias, foram abordados os três eixos temáticos propostos pelo PPP, incluindo gestão de cooperativas e redes de cooperação, comercialização e políticas públicas. A região de Viamão concentra um grande número de cooperativas de assentamentos da reforma agrária, de pequenos agricultores e de produção orgânica. Esta característica direcionou o debate principalmente para temas relacionados a valorização dos produtos da agricultura familiar, através da agregação de valor, estratégias de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

comercialização e acesso a políticas públicas e a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

Participaram 45 dirigentes (Apêndice XXIV) de dezoito cooperativas e associações da agricultura familiar (Tabela 6). O curso foi coordenado pela Prof. Denílson da Silva (UFFS) com a colaboração do Prof. Ulisses Pereira de Mello (UFFS), ambos do Campus Erechim.

Tabela 6. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Viamão – RS.

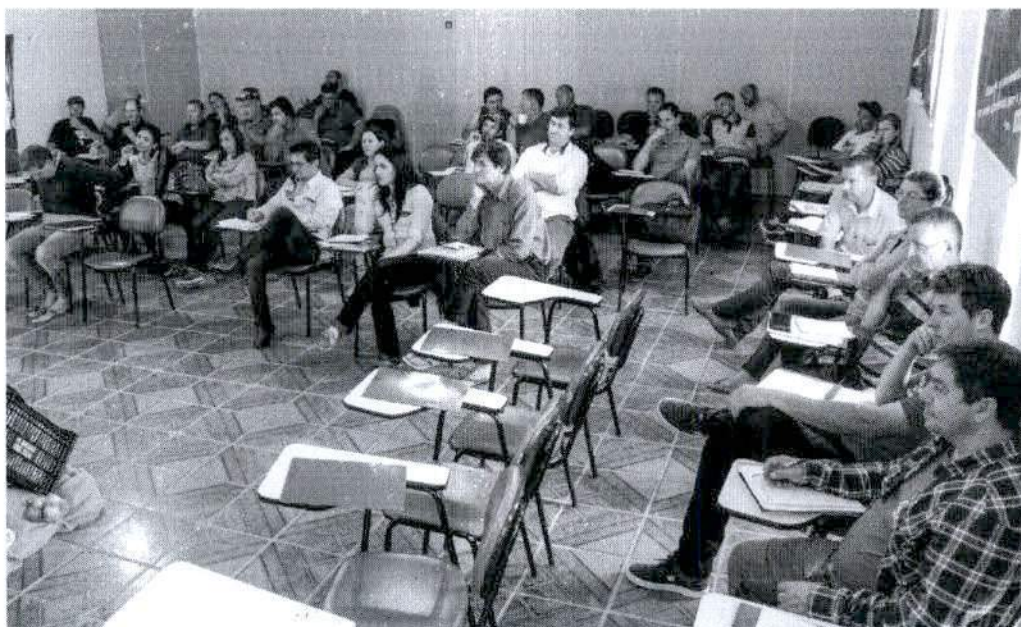
No.	Cooperativa/Associação
01	COOPERATIVA ECOLÓGICA DO CAMPONÊS LTDA.
02	COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL
03	COOPERATIVA AGROECOLÓGICA NACIONAL TERRA E VIDA LTDA
04	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE NOVA SANTA RITA LTDA
05	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTAMENTOS EM TAPES
06	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VISTA ALEGRE PIRATINI LTDA
07	COOPERATIVA REGIONAL DA REFORMA AGRARIA VIANENSE
08	COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE REFORMA AGRÁRIA DE VIAMÃO
09	COOPERATIVA REGIONAL DE ASSENTADOS E PEQUENOS PRODUTORES DE SÃO BORJA
10	COOPERATIVA AGRÍCOLA E PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
11	COOPERATIVA REGIONAL DOS ASSENTADOS DA FRONTEIRA OESTE LTDA
12	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E LATICÍNIOS PONTÃO LTDA
13	COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSENTADOS DA REGIÃO SUL LTDA
14	COOPERATIVA DOS PRODUTORES ASSENTADOS DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS
15	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E TRABALHO INTEGRAÇÃO LTDA.
16	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES TERRA GAUCHA LTDA
17	COOPERATIVA CENTRAL DE REFORMA AGRARIA TERRA LIVRE LTDA
18	COOPERATIVA TERRA NOVA DE CANGUÇU LTDA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3627
UFES



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Viamão - RS (2017).



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Viamão - RS (2017).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774

proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

5.6 Francisco Beltrão II - PR

O segundo curso em Francisco Beltrão foi realizado nos dias 18, 19 e 20 de dezembro. Nesta oportunidade, as cooperativas da região (que não participaram da primeira turma) desenvolveram conteúdos essenciais à proposta do PPP do curso. Destaque a estratégias de comercialização, gestão e planejamento, além da relação entre políticas públicas e crédito rural. A dinâmica das atividades, conduzidas pelo Prof. Pedro Christoffoli (UFFS), combinou elementos didáticos de ensino e, fundamentalmente, troca de experiências entre as cooperativas presentes.

Participaram 30 dirigentes de cooperativas da agricultura familiar do estado do Paraná (Apêndice XXV), de dez cooperativas (Tabela 7). O curso foi coordenado e executado pela Prof. Pedro Christoffoli (UFFS).

Tabela 7. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Francisco Beltrão - PR.

No.	Cooperativa/Associação
01	COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR – CLAF ITAPEJARA
02	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE FRUTAS DE SANTA MARIA – COOPERSANTA
03	COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTEGRAÇÃO SOLIDÁRIA – COORLAF PITANGA
04	COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTEGRAÇÃO SOLIDÁRIA – COORLAF SANTA MARIA
05	COOPERATIVAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATER – COOPERPINHAS
06	COOPERATIVA DE PROCESSAMENTO ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA DE AGUDOS - COPASOL SUL
07	COOPERATIVA DE PROCESSAMENTO ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA DE PIRAQUARA - COPASOL TRENTINA
08	COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA – CRESOL CERRO AZUL
09	COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA – CRESOL DOIS VIZINHOS
10	COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA – CRESOL REALEZA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH

Fl. nº.: 3629

UFFS



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Francisco Beltrão - PR (2017).



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Francisco Beltrão - PR (2017).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3630

UFFS

5.7 Riachão do Jacuípe – BA

O primeiro curso na região Nordeste foi realizado em Riachão do Jacuípe entre os dias 9, 10 e 11 de junho de 2018. O curso iniciou com exposição dialogada do conteúdo proposto para o curso, usando como referência a cartilha elaborada para esse fim, foram realizadas abordagens teóricas em seguida confrontadas com a realidade e experiências vivenciadas pelos participantes e pelo professor. Assim alternando-se momentos de exposições e trabalhos em grupos, o curso transcorreu com grande participação e interesse de todos os presentes sendo possível abordar e discutir os eixos sugeridos.

Um dos objetivos alcançados foi a possibilidade de contribuir para compreensão da gestão financeira do empreendimento associativo/cooperativo. Nesse item, além dos debates em torno da forma de condução do trabalho de forma autogerida e de buscar a participação efetiva de todos os associados, destacou-se a importância do planejamento participativo dos empreendimentos como um dos caminhos para possibilitar a compreensão e participação efetiva dos associados no cotidiano dos empreendimentos.

Fazendo uma abordagem sobre a importância dos cálculos numéricos, a apresentação e discussão dos conceitos de custo, ponto de equilíbrio, receita e renda despertou grande interesse e muitos debates do público quanto a necessidade e importância dos cálculos para melhor compreender o funcionamento das atividades e assim melhor planejar as ações, dessa forma ressaltou-se a contribuição dessa prática para orientar as tomadas de decisão.

A partir dessa abordagem, emergiu uma discussão sobre a gestão de máquinas e equipamentos das cooperativas e associações com destaque a gestão dos tratores, dando-se atenção aos custos fixos e variáveis dessa máquina e a necessidade de cobrança pelos serviços executados de forma justa, que permita atender as necessidades dos sócios, e com preços diferenciados para não sócios, minimizando o risco de endividamento da associação por causa da má gestão dessa máquina, principalmente quando há necessidade de manutenção.

Com relação às políticas públicas, as associações e cooperativa já estão inseridas nos PNAE em seus municípios. Os principais produtos mencionados que fazem parte da comercialização foram pães de frutas e bolos. Apesar de estarem inseridos na política, foi ressaltado por eles a necessidade de maior participação na etapa de articulação para elaboração da chamada pública, o aumento do investimento acima de 30% e a garantia da ampla divulgação da chamada. Como resultado nesse ponto, podemos destacar a formação da consciência em torno da necessidade de participação nos conselhos da merenda escolar municipal e exercício do controle social da política pública.

Ficou estabelecido como caminho a ser percorrido pela organização territorial, a busca pela garantia dos sistemas de inspeção municipal SIM, que tem se mostrado como um dos grandes desafios para a comercialização dos produtos. Nesse sentido foi sugerido o diálogo com o Governo Estadual para realização de mudança na legislação estadual que venha facilitar o estabelecimento das unidades de beneficiamento familiar e a elaboração de plantas adequadas e este público e que atendam às exigências sanitárias dos produtos de origem animal e vegetal da agricultura familiar.

Outra demanda verificada no curso foi a dificuldade na certificação dos produtos agroecológicos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC. CEP 89802-112. 49 2049-3774
proad.suadmi@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SLIP-CH
Fl. nº: 3631
UFES

e orgânicos. Ainda não existe sistema de certificação participativa no território e a comercialização desses produtos está sendo realizada pelo mesmo preço dos produtos convencionais.

Participaram 22 dirigentes (Apêndice XXVI), representando 4 cooperativas e 6 associações do Território Bacia do Jacuípe, a saber: Ichu, Nova Fátima, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe e Serra Preta (Tabela 8).

Tabela 8. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Riachão do Jacuípe - BA.

No.	Cooperativa/Associação
01	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MUCAMBO
02	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTA ROSA
03	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE MALHADINHA
04	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE NOVA FÁTIMA
05	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS PADRE LEOPOLDO GARCIA
06	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAZUZÃO
07	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AÇUDE
08	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE NOVA FÁTIMA
09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DO DESCANSO
10	COOPERATIVA POLIVALENTE FILHOS DA TERRA



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Riachão do Jacuípe BA (2018).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3632
UFMS



Curso qualificação de gestores cooperativas agricultura familiar, Riachão do Jacuípe BA (2018).

5.8 Jundiaí - SP

O curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar em Jundiaí foi realizado entre 12 e 14 de junho de 2018 e contou com a participação de aproximadamente 50 participantes de 27 organizações da agricultura familiar de diversos municípios do estado de São Paulo (Apêndice XXVII; Tabela 9). As atividades foram coordenadas pelo Prof. José Roberto Campanele (IFSP).

O curso reuniu aproximadamente 30 organizações da agricultura familiar, cooperativas e associações, da região de Jundiaí SP (Tabela 9)

Durante o diagnóstico inicial, identificou-se que as cooperativas tinham conhecimento relativamente bom sobre as principais políticas federais, como PAA e PNAE. Desta forma, o foco das atividades esteve sobre as etapas 1 e 2 propostas pela cartilha didática, i.e., autogestão, intercooperação e estratégias de comercialização.

- Principais resultados:
 - Formação de grupos de trabalho e redes de cooperação entre cooperativas;
 - Criação de grupos Whatsapp para compartilhar experiências;

Tabela 9. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Jundiaí – SP.

No.	COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO
1.	ASSOCIAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDARIA E DESENVOLVIMENTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-F, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº.: 3633

UFFS

- SUSTENTÁVEL DO GUAPIRUVU- AGUA
2. ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE MIRACATU - ABAM
 3. ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DO MUNICIPIO DE MIRACATU
 4. ASSOCIAÇÃO DOS ORGÂNICOS DE BOM SUCESSO
 5. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEGUMES FRUTAS E VERDURAS DO MUNICÍPIO DE PROMISSÃO - APROLEV
 6. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVO HORIZONTE
 7. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E OLERICULTORES DE LINS E REGIÃO - APOL
 8. ASSOCIAÇÃO REGIONAL ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E URBANA SUSTENTÁVEL - AREDAFUS
 9. COAGREGE COOPERATIVA AGROPECUARIA DE EMBU-GUAÇU E REGIÃO
 10. COOFAPER COOPERATIVA FAMILIAR DOS AGRICULTORES DE PERUÍBE E REGIÃO
 11. COOPERATIVA AGROCOLÓGICA DOS AGRICULTORES DO VALE DO RIBEIRAL E LITORAL SUL - FAMILIA DO VALE
 12. COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS DO GUAPIRUVU- COOPERAGUA
 13. COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SETE BARRAS
 14. COOPERATIVA DE APICULTORES E AGRICULTORES FAMILIARES DE ARARAS E REGIÃO (COAAF)
 15. COOPERATIVA DE PRODUTORES FAMILIARES DE SANTA ISABEL - COOAIPRO
 16. COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE AGRICULTURA FAMILIAR - COPERFAM
 17. COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE BARRETOS E REGIÃO - COOPBAR
 18. COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE MOTUCA E REGIÃO COOPAM
 19. COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DE SÃO PEDRO
 20. COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ALIMENTOS DIFERENCIADOS
 21. COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE JUQUITIBA E REGIÃO
 22. COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS E DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICIPIO DE JUQUIA- COOPAFARGA
 23. COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS E DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICIPIO DE JUQUIA- COOPAFARGA
 24. COOPERATIVA MISTA AGROECOLÓGICA DE VISTA GRANDE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapcô-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEM-CH
FL. nº: 3639

UFFS

25. COOPERATIVA MISTA DO BAIRRO CAGUAÇU
26. COOPERQUIVALE
27. COOPIHORTI



Curso de qualificação para gestores de cooperativas da agricultura familiar, Jundiaí SP (2018).



Curso de qualificação para gestores de cooperativas da agricultura familiar, Jundiaí SP (2018).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3635
UFFS

5.9 Serrinha – BA

O curso para conselheiros de associações e cooperativas no município de Serrinha, estado da Bahia, foi realizado no período de 9 a 11 de maio de 2018 e contou com a coordenação do Prof. Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho (UFPB).

O curso contou com a participação de 84 pessoas representando 52 cooperativas e associações e três territórios, Portal do Sertão, Semiárido II e território do Sisal, e 18 municípios, a saber: Água Fria, Araci, Barrocas, Biritinga, Feira de Santana, Nordestina, Ichu, Irará, Itiúba, Monte Santo, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente (Apêndice XXVIII; Tabela 10).

Para a realização do curso foi utilizado como referência as cartilhas elaboradas pelo projeto. O conteúdo teórico foi apresentado a partir da exposição dialogada, exposto e amplamente debatido entre os participantes.

Devido ao grande público e a diversidade de cooperativas e associações presentes, foram realizados vários trabalhos em grupo que, a partir de questões problematizadoras, possibilitaram aos participantes apresentarem e discutirem suas diversas experiências. Esses momentos foram oportunos para a aproximação das instituições presentes possibilitando que as relações construídas possam contribuir para o estabelecimento de laços e relações interinstitucionais articulados entre os diversos municípios e territórios, como redes de cooperação.

Vale destacar aqui a participação efetiva dos Agentes de Desenvolvimento Territorial, da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, na mobilização das pessoas nos diferentes municípios, o que possibilitou a grande presença e a diversidade de instituições nessa capacitação. Dessa forma a proposta de capacitação do projeto se articulou com a demanda territorial possibilitando a complementaridade entre as ações do projeto e a política estadual de desenvolvimento territorial.

O curso possibilitou o diálogo entre diferentes instituições, em diversos níveis de organização e foi um espaço privilegiado para trocas de experiências e aprendizagem. Devido à presença de cooperativas já estabelecidas na região, foi evidenciada a possibilidade de organização em rede envolvendo vários municípios de diferentes territórios.

A partir do debate suscitado por esse tema emergiu a ideia de discutir a organização regional a partir das cooperativas já existentes que contribuiriam para a organização de novas unidades e ampliação da atuação cooperativa na região. Vale ressaltar que a organização cooperativa é uma das características marcantes nos territórios presentes, com destaque para o Território do Sisal.

Com relação à participação nas políticas públicas foi bastante discutida a necessidade de as organizações participarem mais efetivamente no planejamento das chamadas públicas e estarem mais atuantes nos seus municípios de forma a cobrar dos gestores a aplicação dos recursos do PNAE na compra da agricultura familiar. Houve relatos de municípios que não chega ao mínimo exigido por lei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3636
UFES

O curso contribuiu bastante para orientar os participantes sobre todo processo de formação das chamadas públicas e de garantir que elas sejam amplamente divulgadas e possibilitem, ao agricultor familiar, comercializar parte da sua produção por via institucional.

Alguns relatos, no entanto, citaram a falta de clareza e equívocos nas chamadas, bem como as dificuldades enfrentadas com a morosidade na realização dos pagamentos. Foi relatado que em média são três meses para receber, fato esse que tende a comprometer os orçamentos das cooperativas, pois, a maioria das que se fizeram presentes no curso, não possui capital de giro. Possuir capital de giro foi, inclusive, foi um dos objetivos citados nos trabalhos em grupo.

Ainda se tratando dessa política, outro resultado foi orientação para os municípios implantarem o SIM (Sistema de Inspeção Municipal) uma vez que o governo do estado está estabelecendo parcerias com os municípios e bancando parte dos custos destinados ao funcionamento do SIM municipal, enquanto as propostas de mudanças no SIE tramitam no legislativo.

Informações que vieram a partir de associações ligada ao projeto Bahia Produtiva, atentou para a necessidade de adequação das plantas de unidades de beneficiamento e abatedouros aos sistemas de produção familiar, demanda, que por sua vez, também necessita de maior diálogo e articulação com o governo estadual. Outro resultado interessando foi, a partir da constatação da dependência do PNAE, as associações e cooperativas atentarem para a necessidade de buscar outros mercados, feiras de agricultores e mesmo os mercados privados.



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Serrinha BA (2018).



SETOR: SLP-CH
Fl.nº: 2637
UFES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Serrinha BA (2018).

Tabela 10. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Serrinha – BA.

No.	COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO
1.	ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL VIDA NATIVA NP
2.	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MUCAMBO
3.	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTA ROSA
4.	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTO ANTÔNIO
5.	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO BAIRRO SANTA LUZIA
6.	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DA PEDRA DA ONÇA
7.	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE MANDASSAIA I
8.	ASSOCIAÇÃO DE COOPERATIVAS DE APOIO A ECONOMIA FAMILIAR (ASCOOB)
9.	ASSOCIAÇÃO DE GESTORES DE COOPERATIVAS DA BAHIA
10.	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS DE REMANSO
11.	ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIA DO POVOADO DE TANQUE BONITO
12.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E MORADORES DA COMUNIDADE BEIRA RIO
13.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E MORADORES TABUA DA AGUA VERMELHA
14.	ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS CIVIS, BOMBEIROS MUNICIPAIS E SALVA VIDAS DO OESTE DA BAHIA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SLP-CH
Fl. nº: 3638
UFFS

15. ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA MATA DO PUBA
16. ASSOCIAÇÃO DOS PARCEIROS DOS CUPINS ANGICAL LL
17. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS DA UMBAÚBA
18. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE MALHADINHA
19. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CANA BRAVA
20. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SANTA RITA
21. ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E MARISQUEIRA E MARICULTORES DE MARICOABO
22. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR
23. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE LAFAIETE COUTINHO
24. ASSOCIACAO FLORES DA TERRA DE AGRICULTORAS AGROECOLOGISTAS
25. ASSOCIAÇÃO NOVA VITORIA
26. ASSOCIAÇÃO SOCIAL SAGRADA FAMÍLIA
27. ASSOCIAO DE PEQUENOS AGRICULTORESDE LAGOA REDONDA E PASSEIO
28. ASSOCAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA CASTELO
29. CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR
30. CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA CAATINGA
31. CENTRAL MATA ATLÂNTICA
32. COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE NOVA FÁTIMA
33. COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO VALE DO JQUIRIÇÁ LTDA
34. COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO PARAISO
35. COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO JQUIRIÇÁ- COOAMA
36. COOPERATIVA DAS MELHORES AGRICULTURAS FAMILIARES DE SAPEAÇU. COOPEMAFS
37. COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS
38. COOPERATIVA DE ETNODESENVOLVIMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS KITAANDA BANTU



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3639
UFFRS

39. COOPERATIVA DE PRODUTORES DE BARROCAS
40. COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE TANCREDO
41. COOPERATIVA DOS CATADORES DE PRODUTOS RECICLÁVEIS DE BARREIRAS E REGIÃO OESTE DA BAHIA LTDA.
42. COOPERATIVA DOS IRRIGANTES DO VAZ BARRIS
43. COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE E DERIVADOS
44. PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO DO RIO GAVIÃO E SERRA GERAL
45. COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS CAMAMU - COOPROCAM
46. COOPERATIVA FEMININA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VALENÇA
47. COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DO PROJETO ONÇA
48. COOPERATIVA MISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
49. COOPERATIVA POLIVALENTE FILHOS DA TERRA
50. COOPERATIVA REGIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA DO ENTORNO DO DESCOBRIMENTO-CAFAED
51. COOPERATIVA REGIONAL DE ARTESÃS FIBRAS DO SERTÃO CRIAÇÃO DE COOPERATIVA PARA ATENDER AOS PRODUTOS DO EXTRATIVISMO PIAÇAVA E DENDE
52. REDE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO FÉLIX

5.10 Valença – BA

O curso para conselheiros de associações e cooperativas da agricultura familiar no município de Valença, estado da Bahia, foi realizado no período de 17 a 19 de julho de 2018 e contou com a coordenação do Prof. Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho (UFPB).

O curso contou com a participação de 83 pessoas representando 39 cooperativas e associações de três territórios, Baixo Sul, Recôncavo e Vale do Jiquiriçá, e 19 municípios: Amargosa, Brejões, Cairú, Camamu, Cruz das Almas, Gandu, Ibirapitanga, Ipiaú, Ituberá, Jaguaripe, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Mutuípe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Ubaíra, Valença (Apêndice XXIX; Tabela 11).

A metodologia adotada para o curso foi a exposição dialogada, a partir do conteúdo proposto na cartilha, intercalado com trabalhos em grupos nos quais eram sugeridas discussões e reflexões sobre a situação das associações e cooperativas presentes. Esses momentos foram de fundamental importância para a troca de experiências e discussões sobre possíveis articulações interterritoriais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3640
UPF

Fizemos uma breve visita à feira de economia solidária organizada por agricultores familiares da cidade de Valença. Esse momento foi sugerido pelos participantes e foi muito oportuno para conhecermos as ações realizadas e para troca de experiências entre os feirantes e os participantes do curso.

Ao final do curso foi realizada uma avaliação na qual o conteúdo o professor e a realização foram bem avaliados, ficando com sugestão a realização de outros cursos tanto para gestores como para a base das associações e cooperativas.

Destaco a objetivo de o curso ter proporcionado um espaço para formação de dirigente de associações e cooperativas de três territórios, tendo possibilitado também uma rica troca de experiências entre instituições em diferentes níveis organizacionais. O resultado futuro desse tipo de atividade nos leva a prever o fortalecimento organizacional e a possibilidade de atuação em rede.

A metodologia aplicada, e o conteúdo abordado, também possibilitaram enfatizar a importância da democratização das tomadas de decisão, atentando para os processos de gestão participativa que visa fortalecer a identidade, o pertencimento e a atuação mais efetiva dos associados/cooperados com as suas instituições.

Os exercícios propostos sobre cálculos de ponto de equilíbrio, formação de preço, capital de giro, possibilitou um rico debate entre a necessidade de conhecimento teórico e prático sobre a gestão financeira. De entender os riscos e as possibilidades na gestão das cooperativas o que, por sua vez contribuiu para que os participantes pudessem, em grupo, refletir sobre a situação das suas instituições.

Dessa reflexão emergiu o debate sobre empreendimento empresariais e solidários dentro do cooperativismo, chamando a atenção para alguns processos apresentados nos quais, as cooperativas atuam com empresas comparadoras de produtos agrícolas, sem que haja efetivo conhecimento dos cooperados sobre as decisões e as contas desses empreendimentos.

Nos empreendimentos solidários, destacaram-se as experiências do Recôncavo em que a democracia interna está mais presente no cotidiano das cooperativas.

Com relação à participação nas políticas públicas, as associações e cooperativa se assemelham às apresentadas em outros territórios. Estão inseridas nos PNAE em seus municípios, mas enfrentam problemas quanto ao orçamento e a publicação das chamadas que, de forma geral, ainda não ocorre em conformidade com o que preconiza a lei. Alguns municípios não investem os 30% e poucos passam dessa cota. Com base nessa conversa o curso, mais uma vez, enfatizou a importância do controle social, da articulação e participação junto com a equipe executora em todos os processos que antecedem as chamadas públicas. Esse foi um ponto amplamente discutido e que se destacou no curso.

Fica, no entanto, uma incógnita quanto à inspeção, muitos municípios não implantaram e por isso produtos locais de alto potencial não estão sendo comercializados.

Como indicação ficou estabelecido que as organizações presentes se mobilizarem para a mudança desse quadro, levando a demanda para a esfera estadual, na qual há maior perspectiva para a implantação do sistema de inspeção estadual. Bem como as mudanças já em discussão para a adequação da legislação estadual aos processos de beneficiamento familiar.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

Com destaque para a região do Baixo sul, muitas cooperativas atuam na compra e venda de produtos vegetais como cacau, guaraná, piaçava, cravo, algumas são grandes cooperativas com capital vultoso e sérios problemas a serem enfrentados quando aos processos democráticos. No entanto, vale ressaltar a experiência diferenciada da cooperativa vinculada ao Projeto Onça, que beneficia e comercializa guaraná orgânico e assume gestão participativa com decisões dialogada entre o quadro de cooperados.

O exemplo dessa cooperativa é importante para as mudanças que precisam ser implantadas nas regiões quanto ao antigo processo em que as cooperativas ainda são, e se comportam como atravessadoras.

Vale ressaltar também todo o potencial produtivo dos Territórios participantes com relação aos diferentes produtos oriundos dos manejos agroflorestais da Mata Atlântica, o que nos possibilitou um rico debate e troca de conhecimentos sobre os manejos agroecológicos já implantados e os constantes conflitos com os manejos tradicionais que ainda insistem no uso indiscriminado de agrotóxicos.

Mais uma vez o destaque à produção orgânica fez a diferença, porém foi relatado que, no PNAE, não está existindo o pagamento diferenciado dos produtos por falta de certificação.

Ficou como encaminhamento estabelecer uma rede de certificação participativa a ser organizada dentro da política de desenvolvimento territorial.



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Valença BA (2018).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@ufff.edu.br, www.ufff.edu.br

SETOR: SLP-CH
Fl. nº: 3642
UFFF



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Valença BA (2018).

Tabela 11. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Valença – BA.

No. COOPERATIVAS/ASSOCIAÇÕES

1. ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL VIDA NATIVA NP
2. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES DA JAQUEIRA
REGIÃO DO PAPAGAIO E ÁREAS CIRCUNVIZINHAS
3. ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS PEQUENOS PRODUTORES
RURAS DA REGIAO DO JULIANA
4. ASSOCIAÇÃO DE COOPERATIVAS DE APOIO A ECONOMIA
FAMILIAR (ASCOOB)
5. ASSOCIAÇÃO DE GESTORES DE COOPERATIVAS DA BAHIA
6. ASSOCIAÇÃO DE P.A. COMUNIDADE SAPUCAIA E TABOCAL
7. ASSOCIAÇÃO DE PEQUENO PRODUTORES RURAIS DA
GAMELEIRA É TRAVESSÃO
8. ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA SERRA DO
ABIÁ
9. ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DAS C.S TABOCAL
10. ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO
PIAU
11. ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E PRODUTORAS UNIDOS PARA
VENCER
12. ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO BAIXO SUL
13. ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIAR
DO RIACHÃO DO MEIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3643
UFFS

14. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAL DE MOENDA
15. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS DA UMBÁUBA
16. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CANA BRAVA
17. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E TRABALHADORES DA UMBÁUBA - APROTUM
18. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE LAFAIETE COUTINHO
19. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO DE BATATEIRA
20. ASSOCIAÇÃO UNIDOS VENCEREMOS
21. CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL DE ITUBERA E REGIÃO BAIXO SUL DA BAHIA
22. COOAFI - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE IGRAPIUNA E REGIÃO
23. COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DO PROJETO LTDA
24. COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO VALE DO JIQUIRICHÁ LTDA
25. COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO VALE DO JIQUIRICHÁ LTDA
26. COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA CENTRAL MATA ATLÂNTICA
27. COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO JIQUIRICA - COOAMA
28. COOPERATIVA DAS MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES DE SAPEAÇU. COOPERMAFS
29. COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES
30. COOPERATIVA DE TRABALHADORES AUTONOMOS LITORAL SUL DA BAHIA LTDA
31. COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE IGRAPIUNA E REGIAO
32. COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE MUTUÍPE, VALE DO JIQUIRICHÁ E BAIXO SUL
33. COOPERATIVA FEMENKMA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE VALENÇA
34. COOPERATIVA FEMININA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VALENÇA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SLP-CH
Fl. nº: 3649
UFFRS

35. COOPERATIVA FEMININA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA
36. COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DO PROJETO ONÇA
37. COOPERATIVA MISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
38. COOPERMAR (COOPERATIVA MISTA DE MARISQUEIRO E AQUICULTORES DO BAIXO SUL DA BAHIA)
39. CRIAÇÃO DE COOPERATIVA PARA ATENDER AOS PRODUTOS DO EXTRATIVISMO PIAÇAVA E DENDE

5.11 Barreiras

O curso foi realizado nos dias 11, 12 e 13 de julho no município de Barreiras contando com a presença de 45 participantes de 27 organizações da agricultura familiar de vários municípios do território, a saber Luiz Eduardo Magalhães, Angical, Catolândia, Riachão das Neves, São Desidério, Baianópolis, entre outras (Apêndice XXX; Tabela 12). As atividades foram coordenadas pela Profa. Felizarda Viana Bebé do IF Baiano. O primeiro dia no turno da manhã foi realizada a abertura do curso e estiveram presentes os cursistas, agricultores familiares representantes de assentamentos, associações e cooperativas, o coordenador do colegiado territorial, o representante da SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia), a agente de desenvolvimento territorial (Bolsista do projeto) e o docente ministrante do curso. A discente bolsista destacou a importância de assinar as listas de presença e entregar as notas fiscais das despesas durante o período do curso. Após a abertura foi iniciado o curso com abordagem introdutória sobre o sistema hegemônico e como a criação, fortalecimento das cooperativas pode recuperar e buscar a sustentabilidade dos sistemas agrícolas e garantir um mercado justo e solidário. Ainda no turno matutino foram montados grupos de oito pessoas para realização do diagnóstico/levantamento da situação atual das cooperativas e associações presentes e logo em seguida apresentaram os resultados dos diálogos. De modo geral, os grupos relataram problemas comuns como desunião nas entidades, falta de participação, falta de compradores para os alimentos produzidos e falta de títulos/posse das terras dos assentados). O intervalo para almoço foi de apenas uma hora. No turno vespertino foi elaborada uma matriz fofa, abordando os pontos fracos e fortes das entidades, oportunidades e ameaças com apontamentos didáticos estimulando os cursistas a pensarem estratégias de transformar os pontos fracos em fortes e as ameaças em oportunidades. Foi discutido sobre autogestão e heterogestão e como as cooperativas devem trabalhar com autogestão e quais os elementos essenciais para uma boa gestão. No final do dia foi discutido sobre planejamento estratégico, estático e operacional evidenciando o que foi construído no levantamento.

No segundo dia foi discutido sobre o ambiente dos mercados e os desafios para as cooperativas. Toda discussão foi com ênfase em mercado justo e solidário que deve ser adotado pelas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SLP-CH
Fl. nº: 3645

UFFS

cooperativas e associações. Foi mostrado dois vídeos da rede Ecovida destacando a importância de conservar os recursos naturais e fortalecer a intercooperação formando redes e estimulando criação de cooperativa de consumidores como estratégia de garantir um canal de comercialização justo e solidário. Foi apresentado um vídeo da cooperativa COOPERCUC que é uma entidade que começou com 44 cooperados e hoje mais de 200 e inclusive com exportação de produtos de frutos nativos para cinco países com objetivo de mostrar a importância da cooperação para melhorar a fixação no campo com qualidade de vida. Ao final do conteúdo do dia, houve uma fala de uma servidora do banco do nordeste, a pedido da SEPLAN, sobre o crédito para associações, cooperativas e as dificuldades enfrentadas com a inadimplência de alguns agricultores do Pronaf B.

No terceiro dia foi abordada uma introdução sobre política pública, tipos e a influência sobre as cooperativas e associações. Em seguida, foram discutidos detalhadamente os programas PNAE, PNAE e SIPAF com as mudanças recentes. Foram destacados exemplos de editais do PNAE dos municípios do Território Bacia do Rio Grande, inclusive com simulação de quantitativo de demanda para compra da agricultura familiar.

Principais resultados:

- Qualificação para autogestão de qualidade das cooperativas e associações;
- Estímulo para criação de mercado justo e solidário.
- Estímulo para mudança do cultivo do sistema convencional para sistema agroecológico;
- Despertou nos cursistas diversos canais de comercialização;
- Perspectivas de intercooperação das associações e cooperativas cursistas;
- Criação de uma câmara temática de Agricultura familiar para ser aprovada na plenária do Colegiado Territorial;
- Criação de grupo do Whatsapp para troca de experiências e fortalecer a produção agroecológica e orgânica e para criação da cooperativa de crédito no futuro.



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Barreiras BA (2018).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SLP-CA
Fl. nº: 3646
UFES



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Barreiras BA (2018).

Tabela 12. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Barreiras – BA.

No
COOPERATIVAS/ASSOCIAÇÕES

1. ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO BAIRRO SANTA LUZIA
2. ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E MORADORES DO CHICO PRETO, SAO VICENTE E LAMARAO
3. ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA RURAL AGRICOLA DA BAIXA FRIA
4. ASSOCIAÇÃO DA TABUA DA AGUA VERMELHA
5. ASSOCIAÇÃO DA UNIAO SOCIAL DOS AGRICULTORES RURAIS DO PROJETO RIO DE ONDAS VILA SAO PEDRO AGRO VILA III
6. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO MIMOSO
7. ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE MORARÁ
8. ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E MORADORES DA COMUNIDADE DO BEIRA RIO
9. ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E MORADORES TABUA DA AGUA VERMELHA
10. ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E MORADORES DA COMUNIDADE RIO DE PEDRA
11. ASSOCIAÇÃO DOS BARRAQUEIROS AMBULANTES DE BARREIRAS E OESTE BAIANO
12. ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS CIVIS, BOMBEIROS MUNICIPAIS E



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEI-CH
Fl. nº.: 3697
UFFS

SALVA VIDAS DO OESTE DA BAHIA

13. ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA MATA DO PUBA
14. ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO MIMOSO
15. ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES DO BEBEDOURO E PASSAGEM FUNDA.
16. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS SENHOR DO BONFIM
17. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E MORADORES DA COMUNIDADE DO PALMEIRAS
18. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CAJAZEIRAS E ARREDORES
19. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SANTA RITA
20. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ALHO DO ASSENTAMENTO RIO BRANCO
21. ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA RURAL AGRICOLA DA BAIXA FRIA
22. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA CASTELO
23. ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE AGRESTINHO
24. COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS
25. COOPERATIVA DOS CATADORES DE PRODUTOS RECICLAVEIS DE BARREIRAS E REGIAO OESTE DA BAHIA LTDA.
26. UNIÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA DA BAHIA
27. UNIAO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DA BAHIA

5.12 Juazeiro BA

O curso realizado no município de Juazeiro - BA no período de 24 a 26 de julho contou com a participação de 50 dirigentes de 37 cooperativas e associações da agricultura familiar de diferentes municípios da região, incluindo Sento Sé, Sobradinho, Canudos, Jaguarari, Campo Formoso, Caso Nova, entre outros (Apêndice XXXI; Tabela 13). As atividades foram coordenadas pela Profa. Felizarda Viana Bebé do IF Baiano.

No primeiro dia, foi realizado o diagnóstico das cooperativas presentes na atividade de curso. No levantamento, observamos cooperativas e associações de dois territórios, Sertão São Francisco e Pimento Norte do Itapicuru. Os cursistas apresentaram problemas comuns como baixa participação dos sócios/cooperados, dificuldade de acesso ao crédito, assim como a experiência de cooperativa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3648
UFFS

que está exportando anorgânicos, cooperativas e associações que participam do PNAE e cooperativa de crédito.

Após o diagnóstico, elaborou-se com os cursistas uma matriz fofa e foi construído um plano norteador para transformar as ameaças em oportunidade e pontos fracas em fortes. Foi discutido os elementos de uma boa gestão e passado um vídeo de uma cooperativa do território Sertão do São Francisco como exemplo de gestão adequada.

No segundo dia foi abordado temas como mercado justo e solidário e como as cooperativas podem se fortalecer e conseguir novas canais de comercialização, inclusive com ênfase em formação de rede de comercialização tendo como exemplo a rede ECOVIDA. No período vespertino, uma cooperativa de crédito foi convidada para explicar as vantagens e a possibilidade de as cooperativas fazerem parte e acessar os serviços da cooperativa de crédito. Após a participação da cooperativa, um agente de desenvolvimento do banco do Nordeste esclareceu dúvidas dos cursistas quanto ao crédito para cooperativas.

No terceiro dia foram discutidas políticas públicas voltadas às organizações da agricultura familiar. Principalmente Pronaf, PAA e PNAE. Foram apresentadas as plataformas online onde as cooperativas e associações podem acompanhar a publicação de chamadas públicas e recursos do FNDE destinados às prefeituras para compra da alimentação escolar.

Principais resultados:

- Qualificação de gestores, principalmente quanto aos aspectos da gestão de cooperativas;
- Estímulo ao mercado justo e solidários;
- Promoção do sistema de produção agroecológica;
- Informação sobre novos canais de comercialização (compras institucionais);
- Criação de uma câmara temática de agricultura familiar a ser aprovada na plenária do Colegiado Territorial;
- Grupo Whatsapp para troca de experiências;
- Promoção da intercooperação entre cooperativas participantes do curso;
- Estimulo a ampliação da produção orgânica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@ufff.edu.br www.ufff.edu.br

RETOR: CLEP-CH
Fl. nº: 3649
UFFF



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Juazeiro BA (2018).



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Juazeiro BA (2018).

Tabela 13. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Juazeiro – BA.

No.	COOPERATIVAS/ASSOCIAÇÕES
-----	--------------------------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SEP-CH

Fl. nº: 3650

UFFRS

1. ASSOCIAÇÃO AFRO BRASILEIRA QUILOMBO ERÊ - ATABAQUE
2. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FOLHA LARGA E ADJACÊNCIAS
3. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES RURAIS DE LAGOA BRANCA
4. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES RURAIS DE LAGOA BRANCO
5. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS HORTICULTORES DO RIO ÁGUA BRANCA E BREJO DO COLHO DE ANTONIO GONÇALVES
6. ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS PRODUTORES RURAIS DE GILÓ
7. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E AGRO PASTORIL DO POVOADO DE PATOS
8. ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA QUILOMBOLA E AGROPASTORIL DE CASA NOVA DOS MARINOS
9. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIO AGRO-PASTORIL DE FAZENDA TRAIRA, MOCO, IPUERA GRANDE E ADJACÊNCIAS.
10. ASSOCIAÇÃO DE FOLHA LARGA E ADJACÊNCIAS
11. ASSOCIAÇÃO DE FUNDO DE PASTO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO SITIO MELANCIA
12. ASSOCIAÇÃO DE FUNDO DE PASTO E PEQUENOS PRODUTORES E APICULTORES DE LADEIRA GRANDE
13. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MARCO
14. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES E AMIGOS CRIADORES RURAIS DE LAGOA DO BOI E VIZINHANCAS
15. ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS DE REMANSO
16. ASSOCIAÇÃO DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO VAZA BARRIS
17. ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DE SENTO-SÉ
18. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE PERIQUITO E ADJACÊNCIAS-FILADÉLFIA-BA
19. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE SITIO LAGOINHA
20. ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES PESCADORES E AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICIPIO DE SENTO-SÉ BA.
21. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO DE OURICURI E ADJACÊNCIAS
22. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO DE OUTICURI E ADJACÊNCIAS.
23. ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SLP-CH

Fl. nº: 3651

UFMS

- RURAIAS DE BARROÇÃO DE CIMA
24. ASSOCIAÇÃO LAGOA DO BASTIÃO
25. ASSOCIACAO PEQUENOS PRODUTORES SITIO RURAL RIACHINHO I
26. ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIA DA FAZENDA NOVA JATOBÁ
27. CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES E COMUNIDADES TRADICIONAIS AGROPASTORIS DE FUNDO E FECHO DE PASTO-CAFFP
28. CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES INTEGRADAS DE UAUÁ
29. CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR
30. CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS DA CAATINGA
31. COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO PARAISO
32. COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE MASSAROCA E REGIÃO
33. COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE GILO E REGIÃO LTDA - COOPAG
34. COOPERATIVA DOS IRRIGANTES DO VAZA BARRIS
35. COOPERATIVA DOS IRRIGANTES DO VAZA BARRIS
36. COOPRATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
37. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ANTONIO GONÇALVES

5.13 Catanduvas

O curso realizado no município de Catanduvas no período de 11 a 13 de julho contou com a participação de 37 dirigentes de 15 cooperativas e associações da agricultura familiar de diferentes municípios da do estado de Santa Catarina (Apêndice XXXII; Tabela 15). As atividades foram coordenadas pelo Prof. Pedro Ivan Christoffoli (UFFS).

A atividade contou com a participação de cooperativas e associações da reforma agrária de Santa Catarina, as quais buscaram através da atividade formação no âmbito da gestão, comercialização e políticas públicas. A atividade foi organizada em três momentos distintos, sendo: o primeiro abordou os aspectos da gestão nas empresas sociais (Cooperativas e associações); o segundo abordou a questão das políticas públicas para o cooperativismo; e o terceiro apresentou experiências voltadas a comercialização, com foco nos mercados institucionais, espaço onde o público está inserido.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 198-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEI-CH
Fl. nº: 3652
UFES

No momento inicial, realizou-se o processo de credenciamento, entrega de materiais aos participantes, a abertura, seguida de uma apresentação breve de cada participante e de sua cooperativa ou associação. Desta forma, permitiu o conhecimento geral do público e o foco que cada organização buscava com a atividade.

1º. Dia – Eixo temático – Autogestão e Gestão

A apresentação teve início pelo retrato histórico do desenvolvimento do cooperativismo no mundo. Na sequência buscou relacionar o caráter das cooperativas da reforma agrária e sua inserção no modelo produtivo globalizado, visando demonstrar de onde surge as inúmeras dificuldades no processo gerencial destas entidades.

Outro aspecto abordado foi o modelo de gestão adotado nas cooperativas dos agricultores familiares e assentados, realizando uma crítica ao modelo atual, no qual não se prioriza o processo de formação técnica na área da gestão, bem com a construção de novas lideranças, tornando muitas vezes o processo decisório centralizado. Ainda foram abordados os elementos fundamentais para a gestão dos empreendimentos, sempre considerando os limites técnicos e econômicos das cooperativas e associações presentes.

Por fim, se dedicou um tempo para a apresentação do modelo de gestão de Mondragón – País Basco/Espanha. O sistema cooperativo construído no país após o fim da Guerra Civil Espanhola, hoje serve de exemplo para o mundo, visto que integraram a indústria, pesquisa e educação, o comércio e o crédito no sistema, tornando-o mais resistentes as crises do capital. Neste sentido, além da apresentação das ferramentas de diagnóstico e planejamento utilizados, foram demonstrados os resultados do trabalho da Fundação Mundukide (vinculada a corporação Mondragón) no Brasil, junto a cooperativas da reforma agrária.

Por fim, o assessor demonstrou que o processo formativo na área da gestão é fator fundamental para as cooperativas e associações evoluírem, seja no aspecto econômico, social e na intercooperação, pois o movimento mundial é a centralização das empresas em conglomerados e a especialização de suas ações, ou seja, não é possível as pequenas cooperativas atuarem sozinhas frente ao sistema complexo em que se insere, ainda mais com os limites financeiros e técnicos que estão submetidas.

2º. Dia – Eixo temático – políticas públicas para o cooperativismo

O assessor fez um resgate histórico das políticas públicas para o meio rural no Brasil, dando destaque para as últimas duas décadas, onde diversos programas foram criados e operacionalizados, em especial alguns voltados a estruturas organizadas dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Na sequência detalhou algumas políticas e programas, as quais podem beneficiar as entidades presentes, sendo as seguintes:

- Programa Terrasol: Gestionado pelo INCRA, tem foco no processo de construção de agroindústrias, apoio à comercialização através de feiras, estudos mercadológicos e capacitação técnica;
- Pronaf Agroindústria: operacionalizado pelo sistema financeiro (bancos e cooperativas de crédito)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3653
UFFS

para cooperativas que dispõem de DAP Jurídica. Pode apoiar o investimento e custeio para agroindústrias.

- Pronaf Cotas-partes: operacionalizado pelo sistema financeiro (bancos e cooperativas de crédito) e pode ser acessado por agricultores vinculados a cooperativas que dispõem de DAP Jurídica. Pode apoiar o investimento, custeio, capital de giro e saneamento financeiro para agroindústrias e cooperativas.

- Selo da Agricultura Familiar: Selo que identifica e dá visibilidade aos produtos dos agricultores familiares, o qual é incluso nas embalagens de comercialização dos produtos.

PAA: Operacionalizado pela CONAB, através de chamamentos públicos de projetos, tem foco na comercialização de produtos da agricultura familiar. Se apresenta em duas modalidades: Doação Simultânea e Formação de Estoque. Para acessar deve-se apresentar projeto pelo PAANet e apresentar documentação a Superintendência Regional da CONAB, inclusive a DAP Jurídica. Os valores dos projetos dependem da disponibilidade de recursos do governo federal e a escolha dos recebedores dos alimentos deve se dar com o aval dos conselhos municipais de segurança alimentar ou assistência social.

PNAE: Gestionado pelas prefeituras municipais, pode ser acessado via grupos informais ou por cooperativas e associações. Cada agricultor tem o limite de 20 mil reais anuais por chamada. Este programa tem seus recursos a partir do FNDE, sendo que do volume de recursos repassados às prefeituras, 30% deve ser adquirido diretamente da agricultura familiar ou de suas organizações. O PNAE tem se mostrado um programa estruturante para as cooperativas e agricultores, promovendo a geração de renda e qualificando o processo de gestão da produção nas propriedades, pois requer regularidade e qualidade.

Para concluir o segundo dia, realizou-se um debate sobre estas políticas, ficando críticas sobre a dificuldade de acesso a estas, em especial no que se refere aos créditos do Pronaf, os quais demandam de garantias reais, visto que se trata de crédito bancário, onde muitas cooperativas não dispõem destas estruturas, tornando assim inócua a política pública. Ainda no que tange ao PAA, a crítica está na redução do orçamento disponibilizado ao programa, o qual tem sido precarizado e inviabilizado a participação de muitos agricultores.

3º. Dia – Eixo temático – Comercialização

Neste terceiro dia foi discutido a temática da comercialização, com foco no mercado institucional, visto que muitas entidades participantes estão inseridas neste mercado ou buscam se inserir. As principais demandas se devem ao processo de inserção, regularidade e estruturação logística coletiva.

Desta forma, primeiramente foi dado sequência com maior detalhamento das políticas públicas de comercialização institucional, a qual foi realizada pelo assessor Dilso Barcellos. Neste momento, abordou-se as regras e formas de acesso do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Vendas para o Exército Brasileiro e Instituições públicas de ensino técnico e Superior – IFs e Universidades.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-GH
FL. nº: 3654
UFFS

Posteriormente, realizou-se a apresentação de duas experiências concretas de cooperativas da reforma agrária – Coopercontestado e Cooperdotchi, as quais possuem contratos de venda através do PNAE – Prefeituras e Estado de SC – bem como executaram ou estão executando projetos de PAA.

Ambas apresentações tiveram foco no processo organizativo da produção, relação com os produtores e seu vínculo com a cooperativa, manutenção de DAP Ativa, organização logística de recolhimento de produtos, processo de industrialização e vigilância sanitária, custos operacionais, preços e prazos de recebimento.

Por fim, realizou-se um debate com todas as organizações, visando construir uma proposta de centralidade através da Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina – CCA/SC a fim de representar as mesmas em chamadas públicas ou então repassar informações as organizações para que possam viabilizar sua participação.

Ao término desta parte, realizou-se um processo de avaliação da atividade, na qual as pessoas que se manifestaram relatam à necessidade de manter um processo contínuo de intercâmbio de informações e experiências entre os participantes, utilizando os meios de comunicação que estão disponíveis a todas. Além disso, fortaleceu-se a ideia que a CCA/SC é a central que representa as cooperativas e associações da reforma agrária em SC e que esta deve dispor de sua marca (Terra Viva) para estas entidades (mediante condições previamente acertadas) a fim de que possam comercializar seus produtos.



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Catanduvas SC (2018).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 198-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SEI-CH
Fl. nº: 3655
UFMS



Curso de qualificação para dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, Catanduvas SC (2018).

Tabela 14. Lista de cooperativas e associações da agricultura familiar no curso de Catanduvas – SC.

No.	COOPERATIVAS/ASSOCIAÇÕES
1.	Associação de Cooperação Agrícola Irma Jandira
2.	Associação de Cooperação Agrícola Terra Livre
3.	Associação dos Pequenos Agricultores da Região do Contestado
4.	Associação Estadual de Cooperação Agrícola
5.	Associação Regional Cultural dos Assentados da Brigada Maria Rosa
6.	Associação Regional Herdeiros do Contestado
7.	Associação Sepé Tiaraju
8.	Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina
9.	Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste
10.	Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva
11.	Cooperativa Regional Agropecuária Terra Livre
12.	Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste
13.	Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização Dolcimar Luiz Brunetto
14.	Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização Meio Oeste



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br www.uffs.edu.br

SETOR: SEI-SC
Fl. nº: 3656

UFFS

Contestado

15. Cooperativa Regional do Meio Oeste Contestado

Neste item destaque também se houve:

a) Atividades planejadas que não foram realizadas e NÃO foram substituídas por outras:

Sim, houveram atividades planejadas não realizadas. A meta 03 do projeto previa a realização de 50 de qualificação para dirigentes de cooperativas/associações da agricultura familiar. Conforme descrito no item acima, foram realizados 13 cursos ou 26% do previsto. A justificativa para a não realização das atividades serão apresentadas no espaço oportuno (abaixo).

b) Atividades planejadas que não foram realizadas e foram substituídas por outras:

Não houveram atividades e/ou ações desta natureza.

c) Atividades não planejadas que foram realizadas sem substituir qualquer outra atividade que fora planejada:

Não houveram atividades e/ou ações desta natureza.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br www.uffs.edu.br

SETOR: SEI-40
Fl. nº: 2654
UFFS

Demais alterações no cronograma, não contempladas acima:
Não houveram alterações não previstas no cronograma final do projeto.

Quantificação da produção intelectual (Número de artigos, livros, comunicações em eventos, publicações ou relatórios de metodologias, publicações ou relatório de novas tecnologias, produção de vídeos, espetáculos, exposições, arranjos, etc.)	Quantifique especificando à produção
Leite, J.G.D.B; Berto, J.L.; Christoffoli, P.I. 2018. Desafios à qualificação de dirigentes de cooperativas da agricultura familiar. In: Seminário Integrador de Extensão UFFS. Apêndice XXXIII. https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/SIE/article/view/10388	01 Resumo expandido
Dos Santos, C. S.; Christoffoli, P. I. Curso de qualificação de dirigentes de cooperativas da agricultura familiar. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó, 2017 – 94 p. ISBN 978-85-64905-56-6.	01 Livro Didático (cartilha).
Leite, J.G.D.B; Berto, J.L.; Christoffoli, P.I.; Arns, C.E. Qualificação de dirigentes de cooperativas e associações da agricultura familiar: características, desafios e oportunidades. Submetido para publicação. Apêndice XXXIV.	01 Capítulo de Livro Acadêmico.

3) IMPACTO DAS AÇÕES E RESULTADOS OBTIDOS

Número e descrição da população beneficiada:
O público das ações de extensão foram dirigentes de cooperativas e associações da agricultura familiar em todo o país. Foram 13 cursos realizados, sendo dois no Rio Grande do Sul (Viamão e Cerro Largo), um em Santa Catarina (Catanduvas), quatro no Paraná (dois em Francisco Beltrão, Cascavel e Laranjeiras do Sul) cinco na Bahia (Riachão do Jacuípe, Juazeiro, Barreiras, Valença e Serrinha) e um em São Paulo (Jundiaí).
A população beneficiada atingiu aproximadamente 580 dirigentes de 390 organizações da agricultura familiar (i.e., cooperativas e associações) nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. Os dados coletados durante o período de inscrição demonstram que as organizações interessadas nas atividades do projeto possuem quadros sociais relativamente pequenos. 45% das organizações inscritas são formadas por cooperativas e associações com até 50 membros e 90% é composta por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E. Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SEI-C

Fl. nº: 3658

UFFRS

até 200 membros. As maiores, que possuem entre 301 a mais de 1000 associados, representam 6% do conjunto das organizações, dentre as quais, apenas 2% possuem mais de 1000 associados. Esta predominância de pequenas organizações associativas pode ser explicada por características próprias da agricultura familiar e camponesa, como a grande diversidade e complexidade de seus sistemas produtivos, a heterogeneidade cultural e socioeconômica (mas detalhes são apresentadas nas produções intelectuais – resumo e capítulo de livro (este último submetido para publicação).

Comparação das metas propostas e dos resultados alcançados:

Do ponto de vista financeiro, o saldo global (recurso disponível menos despesas realizadas), de 20 novembro de 2015 a 31 de agosto de 2018, é de R\$ 1.889.977,07. Os recursos disponíveis nas metas concluídas (Metas 1, 2 e 5) e parcialmente concluídas (Meta 3, 26% ou 13 cursos) correspondem a R\$ 1.155.601,76, sendo que os gastos realizados nestas mesmas metas foram de R\$ 760.000,93, o que resulta num saldo positivo proporcional de R\$ 395.600,83.

Reitero que o principal resultado não alcançado refere-se à realização de cursos de qualificação para dirigentes de cooperativas e associações da agricultura familiar. Esta meta previa a realização de 50 cursos, tendo o projeto executado 13 (ou 26%). As principais razões para a realização são apresentadas abaixo.

Justificativa dos resultados não alcançados

Uma das principais limitações do projeto foi a realização dos cursos de qualificação para dirigentes de cooperativas e associações da agricultura familiar (Meta 03). Desde 2016 a SEAD coordena, através de sua rede de contatos, o processo de mobilização e inscrições de cooperativas para realização dos cursos com o apoio das delegacias estaduais do MDA. No entanto, o retorno na maioria dos estados brasileiros foi insuficiente. Em muitos estados, o número de inscrições não atingiu o mínimo necessário (40 dirigentes e pelo menos 10 cooperativas) para iniciar uma turma. Outros estados não atingiram suficiência na etapa de nucleação (agrupamento de cooperativas próximas para formação das turmas), pela relativa dispersão das cooperativas, o que significa ter um número insuficiente de cooperativas numa determinada região do estado (mais detalhes na próxima seção “Considerações Finais). Nesta etapa, a UFFRS atuou de forma mais ativa em sua região de atuação (i.e., região Sul), através da mobilização, nucleação, formação das turmas e execução dos cursos nos estados do Rio Grande do Sul (Viamão e Cerro Largo), Santa Catarina (Catanduvas) e Paraná (Cascavel, Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul). Outra dificuldade a realização dos cursos foi o processo de repactuação, que resultou no primeiro aditivo deste projeto assinado em novembro de 2016 (Apêndice III). A discussão sobre a repactuação orçamentária, que reduziria o orçamento do projeto de 11,5 milhões de reais para 2,6 milhões de reais, implicou na revisão da proposta do PPP quanto ao número de cursos e participantes e, também, no número de horas para o curso e conteúdos programados. A revisão e reestruturação do PPP impediu temporariamente a execução de atividades diretamente relacionadas a realização dos cursos de qualificação, assim como pode ter reduzido a atratividade do curso às cooperativas.

Outro grande desafio foi o pagamento da Fundação de Apoio (i.e., Faurgs) e contratação de serviços de terceiros - hora técnica (aprovaada pelo departamento Jurídico em outubro de 2017). Consequentemente, muitas atividades previstas nas Metas 1, 2 e 3 foram realizadas pela equipe técnica do projeto, incluindo seminários (nacional e regionais), PPP e cartilha didática do curso, mobilização das cooperativas e execução dos cursos de formação.

4) AVALIAÇÃO DAS AÇÕES REALIZADA

Avaliação do Coordenador da Ação:

Embora o resultado financeiro global do projeto tenha sido positivo, a realização da Meta 03 (cursos de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SLIP-C...
Fl. nº: 3159
UFFRS

qualificação para gestores de cooperativas da agricultura familiar; realizada parcialmente – 26%) apresentou desafios, principalmente quanto a demanda e mobilização das cooperativas. Os mais importantes foram: i) A revisão da proposta do curso, a partir da repactuação orçamentária no início de 2016, com redução do número de horas aula (de 40 para 24 horas) pode ter desmotivado as cooperativas ao entenderem que a contribuição/qualificação seria superficial e, assim, menos importante aos gestores; ii) O encerramento do projeto pela SEAD em julho de 2018, o que implicou no cancelamento de turmas mobilizadas em diferentes regiões do país; e iii) A recessão da economia nacional. O ajuste orçamentário de políticas públicas significou a revisão de programas importantes às cooperativas, como o PAA, que também sofreram cortes. Logo, muitas cooperativas passaram a priorizar a sobrevivência do empreendimento, o que reduziu o interesse por cursos de qualificação.

O impacto dos cortes orçamentários foi percebido claramente no processo de mobilização coordenado pela SEAD. Esta etapa foi construída através de convites, enviados por e-mail, às cooperativas da agricultura familiar em todo país. Após resposta (aceite) e inscrição dos dirigentes (realizada pela UFFRS), as delegacias estaduais do MDA coordenavam a nucleação e formação de turmas em regiões específicas de cada estado. Como apontado em diferentes partes deste relatório, a demanda das cooperativas ficou abaixo do esperado. Muitos estados do Norte e Nordeste não atingiram o número mínimo de cooperativas para iniciar uma turma. Outros estados não atingiram suficiência na etapa de nucleação (formação das turmas).

Conquanto, a partir da prorrogação do TED em dezembro de 2017 (até 31 de agosto de 2018), o processo de mobilização ganhou força. A SEAD retomou o contato com as delegacias estaduais e a universidade buscou parceira com organizações da agricultura familiar, como a Unicafe. Desde o início de 2018 o número de inscrições realizadas através de formulário on-line aumentou, principalmente pelo trabalho das Delegacias do MDA. Destaque para a DFDA-BA onde cinco turmas foram mobilizadas e realizadas nos municípios de Riachão do Jacuípe, Serrinha, Valença, Barreiras e Juazeiro, e a DFDA-SP, que também mobilizou uma turma realizada em Jundiá.

A parceria entre UFFRS e organizações da agricultura familiar também frutificou. Foram duas turmas nos municípios de Catanduvas SC e Francisco Beltrão. No entanto, outras turmas em estágio avançado de mobilização em Tocantins, Ceará, Alagoas e Mato Grosso do Sul foram canceladas em vista do encerramento do projeto pela SEAD no dia 03 de julho de 2018, dois meses antes do final de sua vigência, pelo Ofício no. 12/2018/CGFAT/DATER/SAF/SEAD/CC-PR (Apêndice XXXVI). A partir do encerramento, somente as atividades das turmas já em andamento foram mantidas pela UFFRS.

Avaliação dos participantes da Ação:

Os participantes foram questionados sobre a importância dos temas propostos pelo curso de qualificação, no âmbito do projeto de extensão executado pela UFFRS. Embora todos os temas tenham sido considerados relevantes, com pelo menos 49% das respostas, gestão e controle, comercialização e acesso a políticas públicas são especialmente importantes aos dirigentes das organizações da agricultura familiar.

As respostas demonstram a necessidade de promover programas de qualificação, com foco na construção de habilidades administrativas e negociais capazes de inserir as organizações da agricultura familiar em novos mercados (e.g. compras institucionais) e/ou tradicionais, com competitividade e competência.

Alguns dos principais resultados são:

- Qualificação de gestores, principalmente quanto aos aspectos da gestão de cooperativas;
- Estímulo ao mercado justo e solidários;
- Promoção do sistema de produção agroecológica;
- Informação sobre novos canais de comercialização (compras institucionais);
- Criação de uma câmara temática de agricultura familiar a ser aprovada na plenária do Colegiado Territorial;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH

Fl. nº: 3660

UFFS

SETOR: SEP-CH

Fl. nº: 3660

UFFS

- Grupo Whatsapp para troca de experiências;
- Promoção da intercooperação entre cooperativas participantes do curso;
- Estimulo a ampliação da produção orgânica;

Considerações:

Gostaríamos de utilizar este espaço para detalhar a contribuição da equipe organizadora das ações realizadas durante a execução deste projeto de extensão. Os nomes abaixo não compõem a equipe técnica do projeto, pois sua atuação foi de caráter eventual. Principalmente nas atividades de mobilização (pré curso), acompanhamento (durante o curso) e prestação de contas (pós curso).

- **DJONES ROBERTO ZUCOLOTTI:** através da Coceargs (Cooperativa Central dos Assentamentos do RS) o colaborador atuou ativamente na mobilização das organizações na região metropolitana de Porto Alegre, a qual resultou na realização do curso de qualificação em Viamão. Djones também participou no apoio durante a prestação de contas, através do envio de documentação e listas de presença. Atividades estas que se estenderam por semanas após a finalização do curso.
- **MARCELO ANTONIO KEHL:** atuou na mobilização das cooperativas e associações no estado de Santa Catarina, com a realização do curso de qualificação em Catanduvas. Também participou ativamente na etapa pós-curso (prestação de contas). A parceria com a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (Cooptrasc) foi fundamental no processo de mobilização (liderado pelo Marcelo), principalmente pela relação que a Cooptrasc tem com outras cooperativas da agricultura familiar no estado.
- **OVÍDIO JOSE CONSTANTINO:** participou de forma decisiva na mobilização e acompanhamento dos cursos de qualificação em Francisco Beltrão, Cascavel e Toledo – todos no estado do Paraná. A atuação do Ovidio resultou da parceria construída entre o projeto e a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes – PR).
- **CRISTINA STURMER DOS SANTOS:** ex-professora da UFFS, Cristina continuou atuante mesmo após o encerramento de seu contrato em 2017. Atua ativamente na mobilização, acompanhamento e prestação de contas do curso de qualificação realizado em Laranjeiras do Sul – PR (onde possuía vínculo como professora do ensino superior).
- **JENNIFER DE SOUZA FERNANDES; JULIANA HERNANDES ANTUNES:** colaboradoras da secretaria do MDA no estado de São Paulo. Jennifer e Juliana apoiaram na realização do curso em Jundiá -SP. Participaram nas etapas de mobilização das cooperativas e inscrições dos dirigentes, acompanhamento e prestação de contas.
- **BIASE LAURIA SEABRA; GUSTAVO GÓES SILVA:** atuaram na etapa de mobilização das turmas da Bahia (cinco no total). Através da Delegacia do MDA-BA, Biase e Gustavo buscaram parceria com a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) para mobilizar e inscrever organizações da agricultura familiar em diferentes territórios do estado. A equipe também deu apoio no deslocamento de professores e material didático, assim como acompanhou as atividades à campo.
- **MARCIA RODRIGUES LOPES:** atuou nas turmas de Riachão do Jacuípe e Barreiras, ambas no estado da Bahia. Márcia foi fundamental durante a organização do curso, distribuição do material didático, esclarecimento de dúvidas e, principalmente, prestação de contas. Muitos problemas surgiram com a documentação dos participantes, o demandou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3661
UFFS

~~SETOR: SLIC~~
~~Fl. nº: 33~~
~~UFFS~~

muito trabalho após a finalização do curso.

- **ARLENE CRISTINA FREIRE ARAÚJO:** coordenou o curso de qualificação em Serrinha BA. Arlene foi responsável pela mobilização (envio de convite) dos participantes, inclusive apoiando na reserva e locação de espaço para realização do evento. Acompanhou os participantes durante o evento e encaminhou a prestação de contas. Esta última etapa demandou muito tempo e trabalho. A turma de Serrinha foi uma das maiores realizadas pelo projeto (mais de 80 participantes), além do volume de documentos tivemos muitos problemas com documentação incorreta – o que necessitou reprocessamento.
- **CARLA VALOIS RIBEIRO; ELIOENAI DE OLIVEIRA XAVIER; TED FERNANDO SOUZA TRINDADE:** a equipe atuou no curso de qualificação em Juazeiro BA. Embora Carla tenha coordenado as atividades, Elioenai e Ted apoiaram, principalmente na etapa de mobilização à campo, uma vez que a turma de Juazeiro agregou cooperativas e associações de outros territórios do norte do estado. O grupo também acompanhou as atividades e encaminhou toda a prestação de contas, fazendo todas as correções quando necessário.
- **JOÃO NILDO DE SOUZA CARVALHO; SEONÁRIA COSTA SANTANA:** João e Seonária coordenaram a turma de Valença BA, no território Baixo Sul do estado. Atuaram na mobilização dos participantes, acompanhamento das atividades durante o curso e, finalmente, encaminhamento da prestação de contas.

5) ORÇAMENTO

DESPESAS DO PROJETO			
I. CUSTEIO			
	PESSOAL CLT	VALOR INICIAL	VALOR EXECUTADO
31.90.11.01	Vencimentos e Salários	R\$	R\$
33.90.04.15	Obrigações Patronais	R\$	R\$
DIÁRIAS			
33.90.14.14	Diárias no país	R\$ 30.178,00	R\$ 23.905,50
33.90.14.16	Diárias no exterior	R\$	R\$
33.90.18.04	Auxílio para desenvolvimento de estudos e pesquisas	R\$	R\$
33.90.36.02	Diárias a colaboradores eventuais no país	R\$ R\$ 1.219.861,83	R\$ 238.179,10
BOLSAS			
33.90.18.01	Bolsas de estudo no país	R\$ 44.000,00	R\$ 6.213,33
33.90.20.01	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	R\$ 255.200,00	R\$ 160.600,00
33.90.36.99	Outros serviços de terceiros Pessoa Física (servidor/bolsa técnico administrativo)	R\$ 44.000,00	R\$ 41.800,00
MATERIAL DE CONSUMO			
33.90.30.01	Combustíveis e lubrificantes automotivos	R\$ 19.866,17	R\$ 0,00
33.90.30.04	Gás e outros materiais engarrafados	R\$	R\$



SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3602
UFES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

33.90.30.06	Alimentos para animais	R\$	R\$
33.90.30.07	Gêneros de alimentação	R\$	R\$
33.90.30.08	Animais para pesquisa e abate	R\$	R\$
33.90.30.09	Material farmacológico	R\$	R\$
33.90.30.10	Material odontológico	R\$	R\$
33.90.30.11	Material químico	R\$	R\$
33.90.30.14	Material educativo e esportivo	R\$	R\$
33.90.30.16	Material de expediente	R\$ 22.471,00	R\$ 0,00
33.90.30.17	Material de processamento de dados	R\$	R\$
33.90.30.18	Materiais e medicamentos para uso veterinário	R\$	R\$
33.90.30.19	Material de acondicionamento e embalagem	R\$	R\$
33.90.30.21	Material de copa e cozinha	R\$	R\$
33.90.30.22	Material de limpeza e produtos de higienização	R\$	R\$
33.90.30.23	Uniformes, tecidos e aviamentos	R\$	R\$
33.90.30.24	Material para manutenção de bens imóveis/instalações	R\$	R\$
33.90.30.25	Material para manutenção de bens móveis	R\$	R\$
33.90.30.26	Material elétrico e eletrônico	R\$	R\$
33.90.30.28	Material de proteção e segurança	R\$	R\$
33.90.30.29	Material para áudio, vídeo e foto	R\$	R\$
33.90.30.30	Material para comunicações	R\$	R\$
33.90.30.31	Sementes, mudas de plantas e insumos	R\$	R\$
33.90.30.33	Material para produção industrial	R\$	R\$
33.90.30.35	Material laboratorial	R\$	R\$
33.90.30.36	Material hospitalar	R\$	R\$
33.90.30.39	Material para manutenção de veículos	R\$	R\$
33.90.30.40	Material biológico	R\$	R\$
33.90.30.41	Material para utilização em gráfica	R\$	R\$
33.90.30.42	Ferramentas	R\$	R\$
33.90.30.44	Material de sinalização visual e outros	R\$	R\$
33.90.30.46	Material bibliográfico	R\$	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SERVIÇO
FL. nº: 3663

UFFS

33.90.30.47	Aquisição de software - produto	R\$	R\$
33.90.32.09	Material para divulgação	R\$	R\$
33.90.30.99	Outros Materiais de Consumo	R\$	R\$
	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
33.90.33.01	Passagens para o país	R\$ 259.705,14	R\$ 121.707,09
33.90.33.02	Passagens para o exterior	R\$	R\$
33.90.33.03	Locação de meios de transportes	R\$ 28.371,83	R\$ 1.747,69
33.90.33.05	Locomoção urbana	R\$	R\$
33.90.33.99	Outras despesas com locomoção	R\$ 5.760,00	R\$ 800,00
	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA		
33.90.36.05	Direitos autorais	R\$	R\$
33.90.36.06	Serviços técnicos profissionais	R\$ 143.700,48	R\$ 5.990,00
33.90.36.35	Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 46.169,92	R\$ 0,00
33.90.36.99	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física (autônomo)	R\$ 44.792,00	R\$ 0,00
33.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas (cota patronal 20%)	R\$ 58.665,60	R\$ 1.198,00
	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		
33.90.39.01	Assinaturas de periódicos e anuidades	R\$	R\$
33.90.39.04	Direitos autorais	R\$	R\$
33.90.39.05	Serviços técnicos profissionais	R\$	R\$
33.90.39.08	Manutenção de software	R\$	R\$
33.90.39.10	Locação de imóveis	R\$	R\$
33.90.39.11	Locação de softwares	R\$	R\$
33.90.39.12	Locação de máquinas e equipamentos	R\$	R\$
33.90.39.14	Locação de bens. Mov. Out. naturezas e intangíveis	R\$	R\$
33.90.39.16	Manutenção e conservação de bens imóveis	R\$	R\$
33.90.39.17	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	R\$	R\$
33.90.39.18	Serviço de estacionamento de veículos	R\$	R\$
33.90.39.19	Manutenção e conservação de veículos	R\$	R\$
33.90.39.22	Exposições, congressos e conferências	R\$	R\$
33.90.39.25	Confecção de uniformes	R\$	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SLI-4
Fl. nº: 3664
UFES

33.90.39.26	Desenvolvimento de software	R\$	R\$
33.90.39.27	Suporte de infraestrutura de TI	R\$	R\$
33.90.39.28	Suporte a usuários de TI	R\$	R\$
33.90.39.30	Hospedagem de sistemas	R\$	R\$
33.90.39.31	Locação de equipamentos de processamento de dados	R\$	R\$
33.90.39.41	Fornecimento de alimentação	R\$	R\$
33.90.39.43	Serviços de energia elétrica	R\$	R\$
33.90.39.44	Serviços de água e esgoto	R\$	R\$
33.90.39.47	Serviços de comunicação em geral	R\$ 21.925,00	R\$ 1.483,26
33.90.39.50	Serviços médico-hospitalar, odontológicos e laboratoriais	R\$	R\$
33.90.39.51	Serviços de análises e pesquisas científicas	R\$	R\$
33.90.39.56	Serviços de tecnologia da informação	R\$	R\$
33.90.39.58	Serviços de telecomunicações	R\$	R\$
33.90.39.59	Serviços de áudio, vídeo e foto	R\$	R\$
33.90.39.62	Serviços de produção industrial	R\$	R\$
33.90.39.63	Serviços gráficos e editoriais	R\$ 40.000,00	R\$ 13.180,00
33.90.39.69	Seguros em geral	R\$	R\$
33.90.39.71	Confecção de material de acondicionamento e embalagem	R\$	R\$
33.90.39.72	Vale-transporte	R\$	R\$
33.90.39.74	Fretes e transportes de encomendas	R\$	R\$
33.90.39.79	Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	R\$	R\$
33.90.39.80	Hospedagens	R\$	R\$
33.90.39.83	Serviços de cópias e reprodução de documentos	R\$	R\$
33.90.39.90	Serviços de publicidade legal	R\$	R\$
33.90.39.94	Aquisição de softwares sob encomenda	R\$	R\$
33.90.39.95	Manutenção e conservação de equip. de processamento de dados	R\$	R\$
33.90.39.97	Comunicação de dados	R\$	R\$
33.90.39.99	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	R\$ 205.640,04	R\$ 43.977,35
33.90.39.99	Custos Operacionais da Fundação de Apoio	R\$ 159.670,99	R\$ 99.219,61
33.90.39.99	Ressarcimento pelo uso da infra-estrutura UFES	R\$	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 168-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadmi@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEI-CH
Fl. nº: 3665
UFFS

33.90.39.99	Ressarcimento pelo uso da infra-estrutura Unidade	R\$	R\$
2. CAPITAL			
	OBRAS E INSTALAÇÕES		
44.90.51.80	Estudos e projetos	R\$	R\$
44.90.51.91	Obras em andamento	R\$	R\$
44.90.51.92	Instalações	R\$	R\$
44.90.51.96	Almoxarifado de obras	R\$	R\$
44.90.51.99	Outras obras e instalações	R\$	R\$
	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE		
44.90.52.04	Aparelhos de medição e orientação	R\$	R\$
44.90.52.06	Aparelhos e equipamento de comunicação	R\$	R\$
44.90.52.08	Aparelhos/equip./utensílios, médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	R\$	R\$
44.90.52.10	Aparelhos e equip. para esportes e diversões	R\$	R\$
44.90.52.12	Aparelhos e utensílios domésticos	R\$	R\$
44.90.52.18	Coleções e materiais bibliográficos	R\$	R\$
44.90.52.24	Equipamento de proteção, segurança e socorro	R\$	R\$
44.90.52.26	Instrumentos musicais e artísticos	R\$	R\$
44.90.52.30	Máquinas e equipamentos energéticos	R\$	R\$
44.90.52.33	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	R\$	R\$
44.90.52.34	Máquinas e utensílios diversos	R\$	R\$
44.90.52.35	Equipamentos de processamento de dados	R\$	R\$
44.90.52.36	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	R\$	R\$
44.90.52.38	Máquinas, instalações e utensílios de oficina	R\$	R\$
44.90.52.39	Equipamentos e utensílios, hidráulicos e elétricos	R\$	R\$
44.90.52.40	Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	R\$	R\$
44.90.52.42	Mobiliário em geral	R\$	R\$
44.90.52.51	Pecas não incorporáveis a imóveis	R\$	R\$
44.90.52.52	Veículos de tração mecânica	R\$	R\$
44.90.52.57	Acessórios para veículos	R\$	R\$
44.90.52.99	Outros materiais permanentes	R\$	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

SETOR: SEI-CH
Fl. nº: 3666
UFFS

	TOTAL	R\$ 2.649.978,00	R\$ 760.000,93
--	--------------	-------------------------	-----------------------

Justificativa dos recursos não utilizados:

Os recursos não foram integralmente utilizados porque as metas não foram integralmente concluídas. Do ponto de vista financeiro, o saldo global (recurso disponível menos despesas realizadas), de 20 novembro de 2015 a 31 de agosto de 2018, é de R\$ 1.889.977,07. Os recursos disponíveis nas metas concluídas (Metas 1, 2 e 5) e parcialmente concluídas (Meta 3, 26% ou 13 cursos) correspondem a R\$ 1.155.601,76, sendo que os gastos realizados nestas mesmas metas foram de R\$ 760.000,93, o que resulta num saldo positivo proporcional de R\$ 395.600,83.

Para mais detalhes, por favor ver “**Justificativa para resultados não alcançados**” neste relatório.

Quantitativo Total de Envolvidos na Organização da Ação:

Professores da UFFS	08
Técnico-administrativos da UFFS	01
Alunos da UFFS	04
Comunidade Externa	18
Bolsistas	11
Alunos Voluntários	0

6) ANEXOS

ANEXO I – Resumo expandido

ANEXO II – Livro didático

Chapecó, 05/12/2018

Coordenador(a) de Projeto
João Guilherme Dal Belo Leite
SIAPE 2366882
Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS
Campus Chapecó / SC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

SETOR: SEP-CH

Fl. nº: 3669

UFFRS

ANEXO I



**DESAFIOS À QUALIFICAÇÃO DE DIRIGENTES DE COOPERATIVAS
DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Desenvolvimento Rural

J.G.D.B. LEITE¹; J.L. BERTO²; P.I. CHRISTOFFOLI³

Resumo:

A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da nova política de Ater, entre 2009 e 2010, criou condições ao avanço do mercado institucional e dos serviços de assistência técnica e extensão rural em todo o país. No entanto, dificuldades de gestão e de organização produtiva mostraram ser limitações importantes entre as organizações da agricultura familiar. O objetivo deste trabalho é apresentar características do perfil das cooperativas que se apresentam como desafios para projetos de qualificação de dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, como o executado pela UFFS entre 2016 e 2018. Os dados sobre o perfil das cooperativas e dirigentes foram coletados durante o primeiro semestre de 2018 através de questionário online. Identificou-se que a maioria dos dirigentes têm ensino médio completo e que 90% das cooperativas/associações têm até 200 associados. Os principais desafios incluem a construção do aprendizado em consonância com as expectativas e limitações dos participantes e a capacitação para o acesso às políticas públicas de forma efetiva.

Palavra-chave: desenvolvimento rural; cooperativismo; gestão.

Introdução e objetivo

A publicação da nova lei de Ater (Lei 12.188), em 11 de janeiro de 2010, marcou um dos principais avanços à assistência técnica e extensão rural em todo país (Batista, 2015). Este marco legal instituiu dois elementos fundamentais a Política de Ater. O primeiro, e mais importante, consiste no reconhecimento da agricultura familiar como

- 1 João Guilherme Dal Belo Leite (servidor docente).
- 2 James Luiz Berto (servidor docente).
- 3 Pedro Ivan Chistoffoli (servidor docente).



II Seminário Integrador de Extensão



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL

SETOR: SEP-Ch
Fl. nº.: 3677

UFES

objeto central dos esforços de Ater. O segundo elemento, regulariza a utilização de Chamadas Públicas como instrumentos legais à contratação e fornecimento de serviços de Ater, o que reduz burocracia e amplia a efetividade das atividades realizadas com os agricultores.

A nova política de Ater permitiu o desenvolvimento de estratégias alinhadas com a promoção da agricultura familiar, principalmente no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), previsto entre as diretrizes da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. O Art. 14 prevê que, pelo menos, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados ao PNAE devem ser destinados aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar e/ou suas organizações (e.g. cooperativas e associações). Embora o PNAE tenha representado um grande avanço ao mercado institucional (i.e. compras governamentais), com participação ativa da agricultura familiar, muitas cooperativas e associações demonstraram não estar preparadas para atender a demanda criada pelo programa. Consequentemente, em muitas regiões do país, a meta de aquisições de produtos da agricultura familiar prevista pelo PNAE não foi alcançada.

Entre as organizações da agricultura familiar, dificuldades de gestão e de organização produtiva mostraram ser as principais limitações ao avanço do mercado institucional. Neste contexto, em 2012, o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) lançou o programa de Ater Mais Gestão, que foi seguido, em 2016, pelo projeto de extensão “Qualificação de conselheiros de administração e fiscal de cooperativas da agricultura familiar”. Este último foi executado pela UFES e tinha como meta principal a qualificação da gestão de cooperativas e associações da agricultura familiar em todo Brasil. A formação (i.e. curso) concentrou esforços em expandir o conhecimento sobre gestão, estratégias de comercialização, intercooperação e acesso a políticas públicas num período de 24 horas ou três dias de atividade.

No âmbito do projeto de extensão executado pela UFES, o objetivo deste trabalho é apresentar algumas das principais características do perfil das cooperativas inscritas e os desafios para execução das atividades.

Metodologia



II Seminário Integrador de Extensão



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL

Para coleta dos dados, utilizou-se um questionário com nove questões sobre o perfil das cooperativas/associações e seus dirigentes (diagnóstico). As questões propostas incluíam elementos como localização (estado), escolaridade, número de cooperados, receita anual e planejamento estratégico. O questionário diagnóstico foi encaminhado às cooperativas/associações da agricultura familiar junto com o formulário para inscrição.

O primeiro semestre de 2018 concentrou os maiores esforços para mobilização de cooperativas/associações da agricultura familiar em todo país. Este processo contou com colaboração das delegacias estaduais do MDA e outras organizações da agricultura familiar, como a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Desenvolvimento e processos avaliativos

Entre janeiro e junho de 2018, o processo de mobilização resultou na inscrição de 969 cooperativas/associações da agricultura familiar. Os estados da Bahia e São Paulo concentraram o maior número de inscrições, totalizando 78% do total. A contribuição das delegacias estaduais do MDA durante as etapas de mobilização e execução foram essenciais para tal resultado.

Quanto a escolaridade, 60% dos dirigentes de cooperativas/associações têm até o ensino médio completo, 31% tem graduação e 9% pós-graduação (Figura 1). A baixa escolaridade apresentada pela maioria dos dirigentes de cooperativas é um fator que contribui para as dificuldades na gestão e acesso a políticas públicas em todo país.

Outra característica comum entre as cooperativas/associações envolvidas no projeto é o seu tamanho. 45% das organizações inscritas são formadas por cooperativas e associações com até 50 membros e 90% é composta por até 200 membros (Figura 2). Segundo a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC, 2016), em 2015 a média nacional de cooperados por cooperativa foi aproximadamente dois mil membros, com tendência para crescimento. Tal disparidade afeta a capacidade de competir das organizações da agricultura familiar, o que as torna ainda mais dependentes de sua habilidade de se apropriar das oportunidades oferecidas pelo mercado institucional e outros programas de desenvolvimento rural. Se por um lado essa característica aumenta a necessidade de capacitação dos gestores, por outro dificulta a participação devido ao número reduzido de pessoas que se encarregam do dia a dia das organizações.



II Seminário Integrador de Extensão

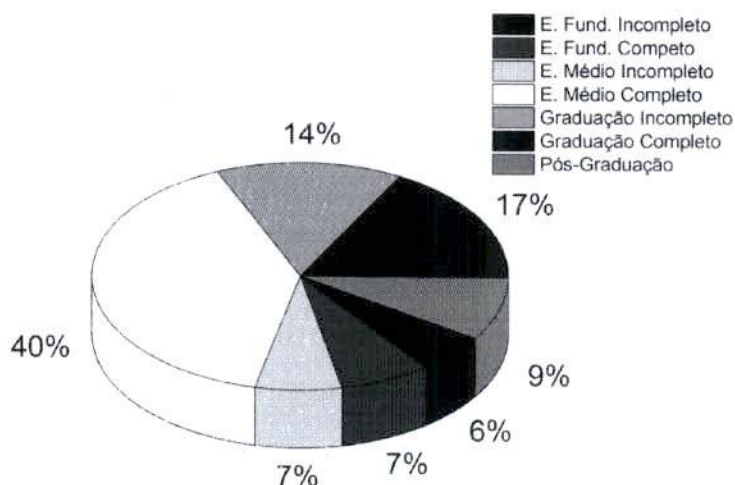


Figura 1. Escolaridade dos dirigentes de cooperativas/associações inscritos.

Em relação à execução de políticas públicas voltadas à alimentação escolar, geradoras de mercados institucionais para agricultores familiares, constatou-se que em 40% dos municípios da região Nordeste, as aquisições de produtos da agricultura familiar ficam abaixo de 20% dos recursos transferidos pelo FNDE (FNDE, 2016). Mesmo na região Sul do país, os números dessa política são preocupantes. Baccarin et al (2017) identificaram que, nos estados de SC, PR e SP, apenas os municípios de Santa Catarina superaram os 30%, em média, de aquisição de produtos da agricultura familiar, sendo que 60% de seus municípios superaram 35% de percentual de aquisição. Paraná, com 19,9% e São Paulo, com 13,8% ficaram bem abaixo da meta mínima.

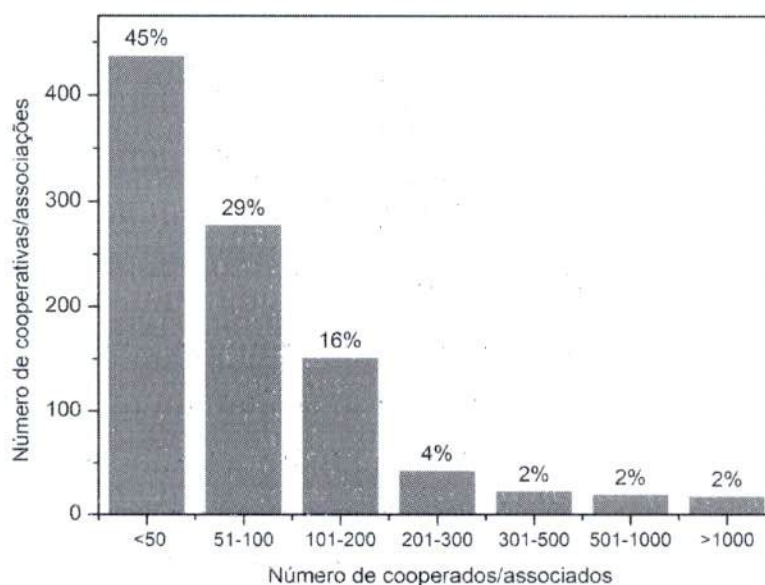


Figura 2. Frequência de cooperativas por número de cooperados.



Os resultados não são de responsabilidade exclusiva, nem principal, das cooperativas da agricultura familiar. Entretanto, diversas análises mostram que parte dos problemas ainda reside nas condições de infraestrutura e gestão das mesmas.

Considerações Finais

Através do processo de mobilização realizado em 2018, o projeto de qualificação para gestores de cooperativas/associações da agricultura familiar inscreveu 969 organizações. Na etapa de diagnóstico, identificou-se que a maioria dos dirigentes têm ensino médio completo e que 90% das cooperativas/associações têm até 200 associados. Ao meso tempo em que tais características tornam o processo de qualificação dos gestores extremamente necessário para a promoção da competitividade das organizações, também são um desafio à execução do projeto, pois requer a construção do processo de aprendizagem em consonância com as expectativas (necessidades) e limitações dos participantes.

Referências:

Baccarin, J. G., Triches, R. M., Teo, C. R. e Silva, D. Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. In: Rev. Econ. Sociol. Rural vol.55 no.1 Brasília Jan./Mar. 2017

Batista, M. (2015). Assistência técnica e extensão rural (entrevista). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/assistencia-tecnica-e-extensao-rural> Acesso em 28 agosto 2018.

FNDE. (2016). Dados da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar> Acesso em 30 agosto 2018.

OCESC. (2016). Prestação de contas e relatório de atividades. Florianópolis. 46 p.



SETOR: SEP-CH
Fl. nº: 3675

UFFS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3774
proad.suadm@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
NÚCLEO DE ESTUDOS EM COOPERAÇÃO - NECOOP
SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SEAD/CASA CIVIL

***Curso de Qualificação de
Dirigentes de Cooperativas
da Agricultura Familiar***



Cartilha Pedagógica - Versão Cursista

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
NÚCLEO DE ESTUDOS EM COOPERAÇÃO - NECOOP

***Curso de Qualificação de
Dirigentes de Cooperativas
da Agricultura Familiar***

**Secretaria Especial de Agricultura Familiar e
Desenvolvimento Agrário (SEAD)
CASA CIVIL**

Chapecó, 2017

AUTORES

Cristina Sturmer dos Santos
Pedro Ivan Christoffoli

ORGANIZADORES

João Guilherme Dal Belo Leite
José Tadeu Leal Peixoto
Solange Todero Von Onçay

COLABORADORES

Adriano M. Soler Jr
Carlos Eduardo Arns
Silas Cleiton Soligo

Formatação

Alexandre Luis Fassina

Capa e Ilustração

Fernando Teixeira de Freitas
Orlando Perez

S237c

Santos, Cristina Sturmer dos

Curso de qualificação de dirigentes de cooperativas da agricultura familiar / Cristina Sturmer dos Santos, Pedro Ivan Christoffoli; Organizadores: João Guilherme Dal Belo Leite, José Tadeu Leal Peixoto, Solange Todero Von Onçay. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) [Chapecó]: , 2017. -- 94 p.: il.

ISBN 978-85-64905-56-6

1. Agricultura familiar. 2. Gestão cooperativa. 3. Qualificação profissional. 4. Cooperativas. 5. Políticas públicas. I. Título. II. Pedro Ivan Christoffoli. III. Leite, João Guilherme Dal Belo (Org.). Peixoto, José Tadeu Leal (Org.). IV. Onçay, Solange Todero Von (Org.). V. UFFS. Núcleo de Estudos em Cooperação.

CDD: 334

338.10981

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA CARTILHA

O cooperativismo busca afirmar um lugar de reconstrução das condições de vida, tendo na economia humana o seu fundamento.

Walter Frantz

Esta cartilha, produzida a partir da união de esforços entre a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD/CASA CIVIL) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFRS), tem por fim subsidiar a Qualificação de Cooperativas da Agricultura Familiar e Camponesa em todo o Brasil.

Seu conteúdo está organizado em três grandes eixos, além de um capítulo introdutório, sendo: a) *Gestão Cooperativa em Rede e autogestão*; b) *Comercialização e ambiente em que as cooperativas atuam*; c) *Políticas Públicas de Apoio à Cooperação e Integração da Agricultura Familiar através da Cooperação em rede*. O conteúdo proposto em cada eixo é reforçado por textos complementares, que serão dispostos em um ambiente virtual, com a finalidade de aprofundamento, podendo os mesmos serem utilizados pelo formador e pelos participantes.

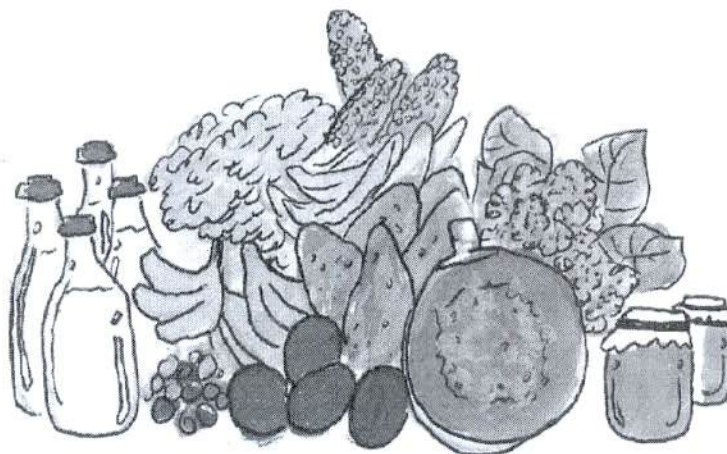
Com o desenvolvimento do projeto, pretende-se incorporar novos materiais que possam dialogar com demandas que certamente emergirão. Assim, o percurso formativo pretende constituir-se em um processo interativo, de modo que os participantes se coloquem como sujeitos reflexivos, interventores, aprendentes, ensinantes, sempre estimulados a fazer de suas práticas objeto de estudo e fonte de análise capaz de permitir troca, construção de conhecimento e de alternativas viabilizadoras.

Bom Estudo a tod@s!
A Coordenação!

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
Orientações para os facilitadores/formadores: abordagem metodológica.....	13
Iniciando a conversa.....	15
Estar organizado em forma de cooperativas e associações é contribuir para o potencial transformador da sociedade!.....	15
A base de sustentação dos processos associativos.....	16
Eixo 1 Gestão cooperativa em rede e a autogestão.....	23
1.1 Gestão cooperativa.....	23
1.2 Cooperação: autogestão vs heterogestão.....	33
Referências.....	36
Eixo 2 Comercialização e ambiente em que as cooperativas atuam...37	
2.1 Mercados e as Cooperativas.....	37
2.1.1 O ambiente do Mercado e os desafios para as cooperativas.....	39
2.1.2 Oportunidades para as cooperativas.....	44
Referências.....	51
Eixo 3 Políticas Públicas de Apoio à Cooperação e Integração da Agricultura Familiar através da Cooperação em rede.....	53
3.1 Contextualizando.....	53
3.2 O que são Políticas Públicas?.....	54
3.3 Quais os objetivos gerais das Políticas Públicas?.....	55
3.4 Quais são as características das Políticas Públicas?.....	56
3.5 Quais os Tipos de Políticas Públicas?.....	56
3.6 Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar.....	57
Principais Programas Nacionais.....	65
3.7 Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).....	65
3.7.1. Orçamento.....	66
3.7.2 Articulação entre atores sociais.....	67
3.7.3 Cardápio.....	68
3.7.4 Pesquisa de preço.....	69
3.7.5 Chamada pública.....	70
3.7.6 Projeto de venda.....	73
3.7.7 Seleção dos projetos de venda.....	74
3.7.8 Controle de qualidade.....	79
3.7.9 Contrato de compra.....	80

3.7.10 Termo de recebimento e pagamento.....	81
3.8 Programa de Aquisição de Alimentos (Paa).....	84
3.8.1 Grupo gestor.....	86
3.8.2 Beneficiários.....	87
3.8.3 Como os agricultores familiares podem participar.....	87
3.8.4 Preços de aquisição.....	88
3.8.5 Limite de venda.....	89
3.8.6 Chamada Pública.....	89
3.8.7 Pagamento.....	90
3.8.8 Operacionalização do Paa: passo a passo.....	91
3.9.1 Quem pode utilizar o Sipaf.....	93
3.9.2 Como solicitar o Sipaf: passo a passo.....	94
3.9.3 Aprovação do pedido e uso do Sipaf.....	94
Referências.....	95



APRESENTAÇÃO

O projeto de extensão “*Qualificação de Conselheiros de Cooperativas da Agricultura Familiar*” materializa o ideário que constituiu a Universidade Federal da Fronteira Sul, transforma o que era objetivo na criação da Instituição em realidade. É compromisso da UFFS contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural alternativo ao hegemônico, fortalecendo a Agricultura Familiar e Campesina.

O Projeto Político Pedagógico Institucional é norteado, entre outros elementos, pela “*Confiança na Agricultura Familiar como um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento*” e “*Valorização e superação da matriz produtiva existente como premissa*”

Com esse espírito a CARTILHA é um relevante material que subsidiará o processo formativo, visando fortalecer a gestão das cooperativas envolvidas no projeto.

De outra parte, cabe destacar que a participação de todo território brasileiro, abrangendo em torno de 9000 (nove mil) participantes é uma experiência de extensão assentada no paradigma do Bem Comum, o qual se preocupa com a produção de relações sociais, econômicas e culturais comprometidas com a preservação do meio ambiente e a valorização do trabalho enquanto superação das crises e mazelas criadas pelo modelo hegemônico presente.

Desejo que a reflexão provocada pela CARTILHA anime a luta cotidiana pelo fortalecimento do cooperativismo enquanto instrumento de organização dos povos do campo e dos trabalhadores urbanos.

Prof. Dr. Émerson Neves da Silva

Pró-Reitor de Extensão e Cultura – UFFS

INTRODUÇÃO

As cooperativas e associações têm se constituído em um dos grandes instrumentos de apoio à agricultura familiar e camponesa, especialmente para o acesso a mercados, mas também avançando na prestação de serviços e no consumo. Através da cooperação, pequenos agricultores contribuem para a oferta e distribuição de alimentos de qualidade, com preservação dos recursos naturais e criação de oportunidades de trabalho e renda em todo o país, tornando digna e possível a reprodução da diversidade dos modos de vida e valores socioculturais, duramente fragilizados pela industrialização e comoditização da agricultura nos últimos 50 anos.

Fruto dessa mesma movimentação, temos nessas últimas décadas, a implementação de uma nova geração de políticas públicas ao setor da agrícola. São programas como PAA, PNAE e PRONAF, que também têm nas cooperativas um espaço importante para se efetivarem e ampliarem seu alcance.

Considerando a emergência de oportunidades institucionais, trazidas por políticas públicas criadas na última década, a dinâmica e a complexidade competitiva de mercados locais e internacionais, torna-se de extrema importância desencadear processos formativos de aprofundamento teórico e capacitação técnica que qualifiquem essas organizações para os novos desafios.

Desta forma, o Curso “*Qualificação de Conselheiros de Administração e de Fiscais de Cooperativas da Agricultura Familiar*” objetiva desenvolver um processo formativo, com fins de aperfeiçoar a gestão das cooperativas e de ampliar o acesso às políticas públicas.

Mesmo em tempo reduzido (24 horas-aula), pretendemos, com o Curso, constituir referenciais que permaneçam, contribuindo de forma interativa e empoderadora junto às cooperativas. Para isso, nutridos da prática experienciada, desenvolveu-se uma reflexão básica a cada eixo temático, sendo disponibilizados outros subsídios teórico-metodológicos via internet, que oferecem possibilidade de acesso e uso, frente às expectativas manifestadas pelos participantes.

Todavia, para que esse percurso se torne formativo e suficien-

temente denso, destaca-se a importância dos momentos de trocas e interações dialógicas acerca das experiências dos participantes, em suas relações e princípios da cooperação, bem como da construção de novas relações que potencialmente possam se constituir em redes e outras formas duradouras de intercâmbio.

Considerando ainda a diversidade sociocultural de nosso país, bem como a riqueza das experiências das organizações cooperativas, pretende-se a) Reconhecer as especificidades próprias de cada organização, considerando os níveis e estágio em que se encontram; b) revalorizar os aspectos éticos e culturais de cada contexto, fortalecendo as relações de cooperação; e c) capacitar coletivamente os envolvidos, intensificando formas dialógicas e problematizadoras, a fim de gerar aprendizados mútuos.

Como expressa o diagnóstico inicial, que definiu elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP/2016), às cooperativas e associações da Agricultura Familiar e Camponesa, embora munidas de força de vontade, normalmente possuem deficiência de qualificação técnica e teórica, o que as impede de avançar num método de gestão organizacional mais consistente. As ações desenvolvidas acerca do processo gerencial e a dinâmica das organizações cooperativas, especialmente no que tange à comercialização, apresentam limitações, ineficiências, ou seja, o processo de comercialização que envolve as cooperativas, neste momento, apresenta-se como um dos principais gargalos.

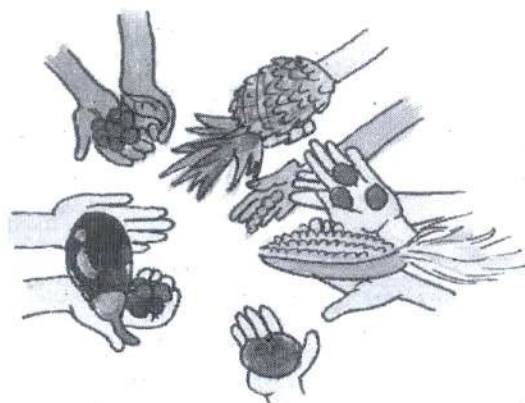
Diante deste quadro, o material foi organizado partindo do pressuposto de que estaremos trabalhando com quem está inserido em alguma instância de gestão ou decisão das cooperativas. Assim fez-se a opção de trilhar um caminho metodológico que busque dialogar com questões concretas acerca da gestão e comercialização, possibilitando incrementar com as experiências dos participantes. Para isso, apresenta-se inicialmente, como possibilidade, essa orientação aos formadores e na sequência desenvolve-se os *Eixos 1 e 2 "Gestão Cooperativas em rede e autogestão"* e *"Comercialização e ambiente em que as cooperativas atuam"*, considerando que a gestão de cada empreendimento tem suas particularidades. Trabalha com noções básicas e instrumentos de estratégia; finanças, produção, marketing, pessoal e ações administrativas como planejamento, organização, controle e direção, unindo elementos que possam contribuir com a aprimoramento e resolução de problemas.

E, por fim, o Eixo 3 *“Políticas Públicas de Apoio à Cooperação e Integração da Agricultura Familiar, através da Cooperação em rede”*, busca conceituar política pública e os Novos Marcos para a Agricultura Familiar, apontando caminhos para a modalidade de compra institucional de produtos da agricultura familiar, realizada através de chamada pública. Detalha o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em suas formas de articulação, participação e responsabilização dentre os atores sociais envolvidos. Este eixo difere dos anteriores, uma vez que foi preparado para fazer parte do material de subsídio dos formadores. Entretanto, à expressão do debate em alguns locais, perpassando a temática, levou a coordenação requerer a inclusão do texto na íntegra, em ambos os materiais.

Almeja-se, com esse processo, colocar à disposição um aporte teórico-metodológico que empodere às Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar e Camponesa, gerando benefícios sociais, culturais e tecnológicos, que, postos a serviço das necessidades e interesses dos Agricultores Familiares, melhorem as condições de resistência e acesso a uma vida digna no campo.

Aos que lutam:

Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são imprescindíveis.
Bertolt Brecht



SETOR: SEP-CH

Fl. n.º: 3687

UFFS

Orientações para os facilitadores/formadores: abordagem metodológica



Muito obrigada por ter aceitado o desafio de participar conosco deste curso! Talvez você deva estar pensando em como pode organizar esta formação em apenas 24 horas. Realmente temos pouco tempo para discutir coisas muito importantes para as cooperativas. Para que esse processo possa surtir efeito, algo central que devemos desenvolver é um diálogo muito próximo das nossas atividades com as iniciativas e estratégias que já estão sendo desenvolvidas na região pelas cooperativas participantes ou outras entidades. Considerando isso, o que sugerimos é que o formador movimente, tanto os **seus conhecimentos**, quanto os que estão presentes **na região**.

Dessa forma, a partir da sua experiência, um passo importante para dar início ao curso, é promover um levantamento das atividades e aprendizados relevantes que existem junto aos cursistas. De maneira que, durante a formação, ao invés de discutir apenas o conceito “Política Pública”, por exemplo, se incorporem na programação do encontro, por primeiro, momentos de **relatos de experiências** (30 a 40 minutos com materiais audiovisuais e informes produzidos pelas pró-

prias cooperativas), para só depois introduzir discussões mais teóricas. Para esse princípio, que tem por base a Educação Popular, é fundamental: partir das práticas e níveis de conhecimento já presentes entre os cursistas para, a partir daí, ir evoluindo na compreensão existente, de forma concreta naquela região. Ou seja, traga duas ou três experiências sobre PAA e PNAE, e depois debata relacionando às experiências, mais as falas e contribuições levantadas pelos demais participantes e, a partir daí, acresça às contribuições teóricas (do próprio instrumento ou de materiais de apoio).

Essa dinâmica, já testada nas etapas preparatórias deste projeto, resultam em cursos mais qualificados, que dialogam melhor com o nível de conhecimento e desenvolvimento dos participantes, e leva a uma maior apropriação coletiva de conhecimentos, valorizando o conhecimento gerado pelos próprios agricultores e suas cooperativas.

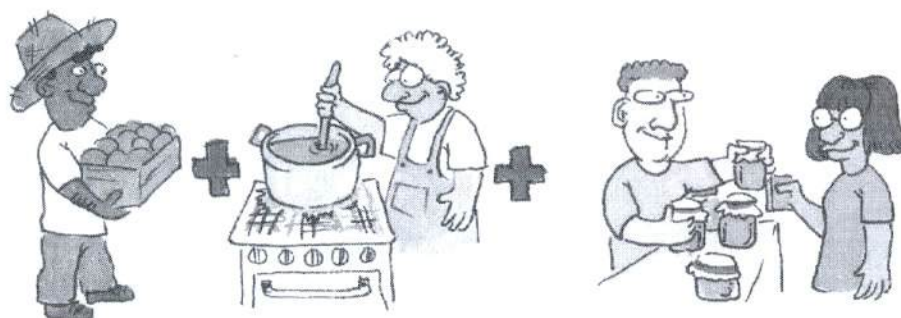
Considerando que vocês educadores, em vossa trajetória de trabalho, também devam conhecer algum material que podem ser utilizado pelas cooperativas e, se julgarem interessante compartilhar, entre em contato conosco pelo e-mail <uffsnecoop@gmail.com>. Se você nos enviar esse material, ou indicar onde obtê-lo, poderemos disponibilizá-lo no ambiente virtual do Núcleo de Estudos em Cooperação da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Laranjeiras do Sul (Paraná) <uffsnecoop.wixsite.com/necoop>, que estará acessível para todos os cursistas e demais internautas.

Para a organização deste curso, a seguir sugerimos uma reflexão que pode ser a base metodológica sobre a qual você pode articular a organização do curso. É fundamental que você aproveite da sua experiência, das vivências dos participantes, de experiências cooperativas relevantes da região, e dos elementos que estamos apresentando como sugestão para o desenvolvimento do mesmo.

BOM TRABALHO!

Iniciando a conversa

Estar organizado em forma de cooperativas e associações é contribuir para o potencial transformador da sociedade!



No contexto da sociedade capitalista em que vivemos, como reação às injustiças, à pobreza e à exploração, alguns segmentos dessa população excluída e muitas vezes seriamente empobrecida irão se organizar na forma de cooperativas e associações. Como já comentamos anteriormente, essas estratégias emergiram da experiência de trabalhadoras e trabalhadores há quase 200 anos, diante dos problemas que enfrentam dentro da sociedade capitalista, como uma das formas de construir um outro tipo de organização social e do trabalho. As cooperativas até hoje são utilizadas por uma quantidade significativa e crescente de trabalhadores e trabalhadoras tanto do campo quanto da cidade. Os dados estimativos indicam que atualmente mais de 15 milhões de pessoas no Brasil estão ligadas a algum tipo de cooperativa.

No entanto, são inúmeros os problemas que assolam essas iniciativas, porque o que elas se propõem a alterar está na essência do sistema capitalista, na raiz de toda a organização da sociedade. Isso é muito difícil.

Mas o que faz uma cooperativa (ou associação) ser diferente em relação a outras formas organizativas? As cooperativas têm o potencial de promover outro tipo de organização e relação de trabalho das pessoas e da sociedade, de forma que os trabalhadores podem se apropriar do resultado efetivo de seu trabalho. Esse potencial, entretanto, nem sempre é viabilizado na prática. Esse é o desafio de cada

uma dessas organizações.

Ficou mais simples de entender agora o papel deste curso, que visa contribuir com o processo de superação de problemas e fortalecimento dessas iniciativas, mantendo o seu foco, que é a construção de um projeto mais justo de sociedade, o que pressupõe formar sujeitos que conheçam seus direitos e compreendam a necessidade de serem sujeitos de seus destinos.

Para formar sujeitos ativos, as formas “tradicionais” e passivas de transferência de conhecimento não são eficazes. Entendemos também que intervenções pontuais, como o próprio curso, não são suficientes para resolver os problemas de um grupo ou organização associativa, porque é difícil contribuir para obter mudanças *sistêmicas* (amplas, sociais e interligadas) que colocamos acima.

Contudo, veremos neste material, que várias experiências já foram acumuladas e muita coisa já foi feita no sentido proposto. Para tentar potencializar esse processo de formação que ocorrerá em diversas partes do país, sugerimos aqui uma forma de olhar para esses empreendimentos e desenvolver o trabalho de formação. Alguns apontamentos metodológicos já foram apresentados no início do material, são eles: “a) reconhecer e respeitar as especificidades próprias de cada organização, considerando os níveis e estágio em que se encontram; b) revalorizar os aspectos éticos e culturais de cada contexto, fortalecendo as relações de cooperação; e c) capacitar coletivamente os envolvidos, intensificando formas dialógicas e problematizadoras, a fim de gerar aprendizados mútuos”.

A base de sustentação dos processos associativos



Uma pergunta que devemos sempre fazer é: qual o elemento central de qualquer cooperativa ou associação? Seria a sua estrutura física? Ou os clientes? Seus recursos? Qual a coluna vertebral de uma cooperativa?

Entendemos que o que sustenta uma organização associativa são as **pessoas** que dela tomam parte. As pessoas são o que uma cooperativa tem de mais importante, pois sem elas não existe cooperativa. Se tivermos pessoas motivadas e não tivermos um barracão para realizar as atividades, por exemplo, essas pessoas organizadas são capazes de ir atrás, se empenhar e conseguir um barracão. Mas, se, por outro lado, tivermos o barracão, mas sem pessoas interessadas e organizadas, esse recurso ficará abandonado. Ter isso claro é muito importante, uma vez que esse é o ponto frágil, muitas vezes, de nossos empreendimentos. Muitas organizações são criadas, porque conseguem um recurso, uma estrutura ou maquinário. Muitos governos estimulam o associativismo como condição para receberem recursos. Apesar das boas intenções essa quase sempre é uma receita que gera problemas.

As pessoas são importantes, pois são elas que se organizam

diante de uma *ideia coletiva*. Essa ideia coletiva geralmente tem base em uma necessidade ou aspiração comum. Essa necessidade é o que irá unir essas pessoas em torno de uma ideia comum, que pode ser comercializar leite ou conseguir máquinas, para tentar superar a situação de pobreza e de exploração a que estão condicionadas. Diante dessa necessidade e para atingir os seus objetivos, as pessoas irão assumir um compromisso. O estabelecimento desse compromisso irá ter relação com outros cooperados via uma relação de confiança, que também gera ou parte de sentimentos de solidariedade. A solidariedade e a confiança serão parte da relação primordial com a comunidade e a sociedade.

Porém o que significa na prática ser solidário? Solidariedade com a sociedade pode ser traduzida em os membros da cooperativa contribuírem com outros trabalhadores da região onde ela está, por exemplo. E promover relações humanas através de processos cooperativos que possam se estender a outros segmentos da sociedade e que envolvem a superação de relações injustas ou de exploração. Entretanto, a cooperativa é um empreendimento econômico e essas pessoas, para atingirem o objetivo que elas escolheram dentro dessa ideia coletiva, terão que atuar com profissionalismo, ou seja, serem bons naquilo que estão se propondo fazer, seja produzir leite, transformar produtos agrícolas, ou comercializar artesanato. O profissionalismo pressupõe que as tarefas sejam desempenhadas com qualidade e em condições que permitam à cooperativa gerar resultados, que a ideia coletiva tenha êxito.

As pessoas que se organizam em torno de uma ideia coletiva precisarão de **recursos**, para que atinjam seu objetivo. Esses recursos serão *financeiros, físicos, não-físicos* e, principalmente, *organizacionais*. Os recursos organizativos serão aqueles que permitirão ao grupo coordenar suas atividades e organizar as pessoas. Eles envolvem o planejamento (temos de saber para onde ir), a divisão de tarefas internas (o que, para atingir o planejamento, cada um terá que fazer), a dinâmica de coordenação das atividades e do acompanhamento dos resulta-

dos, as normas tanto jurídicas quanto os acordos coletivos e compromissos.

Unindo esses elementos ainda será necessário promover **processos** que as pessoas, usando os recursos, desempenharão. Os processos que serão desenvolvidos, mesmo com as particularidades dos empreendimentos, de certa maneira terão elementos comuns. O primeiro deles será que todos os processos se originam do PLANEJAMENTO, este é quem orienta o que iremos fazer. Com base nesse planejamento, o empreendimento irá PRODUIR. Ao produzir são realizadas funções de administração, econômicas e financeiras, como registros, construção de fluxos de caixa, e todas as outras operações que permitirão dizer se a cooperativa está tendo ganho ou não, com a atividade que está sendo desenvolvida. Algo que deve ser destacado é que produzir é um processo-chave.

Em alguns empreendimentos, teremos ainda uma etapa de TRANSFORMAÇÃO. Realizar esse processo envolve o domínio das pessoas das questões que contemplam a realização dessa atividade. Após planejar, produzir e transformar temos a atividade fim, que é COMERCIALIZAR. A comercialização é a ligação com outro elemento-chave que move a cooperativa, que são os **resultados**, de forma que possamos ter a geração de resultados para os *clientes*, com as *pessoas* e o *resultado econômico* da atividade. Estes resultados podem e devem ser medidos em números e permitirão avaliar o planejamento realizado no início do processo (adiante falaremos mais de planejamento). Para tentar entender melhor a importância desses resultados, imagine que você está sentado em um banco com três pernas. Agora alguém chega e retira uma das pernas do banco. O que acontece com você? Você cai, e pode até se machucar, dependendo da queda. Considerando os três resultados, imagine; sobre o banco está a cooperativa e cada um dos resultados é um deles. Pense, se a cooperativa ficar sem clientes? Ela cai. Se a cooperativa ficar sem pessoas? Ela cai. Se a cooperativa ficar sem resultado econômico positivo? Ela também cai. Então a obtenção dos resultados é um elemento importante para que a

cooperativa se mantenha e é por isso que as pessoas buscam recursos e organizam processos para obter resultados.

Figura 1 – Ilustração dos resultados de uma cooperativa.



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Como colocamos no início do texto, uma cooperativa tem uma proposta maior e mais ousada de atuação que diz respeito à transformação social. Uma cooperativa sem compromisso de transformação social acaba se tornando uma empresa capitalista qualquer. Por isso, um dos resultados importantes diz respeito à *sociedade* é medido em valores e princípios, e não por números. Estará relacionado a nossa capacidade de indignação social e responsabilidade sobre aquilo que fazemos e os locais onde estamos. Tem como objetivo promover um trabalho consciente, realizar formação e possuir as informações e proposições sobre a realidade que nos cerca. O trabalho que desenvolvemos é uma ferramenta poderosa de transformação social. Desenvolver um trabalho responsável, consistente e com comprometimento contribui para alterar a situação social em que nos encontramos.

Resumindo, os elementos metodológicos dialogados nessas breves orientações, sistematizaremos dentro do organograma abaixo. Essa reflexão vem sendo desenvolvida a partir da colaboração da experiência cooperativa de Mondragón.

Figura 2 - Organograma da base de sustentação dos processos associativos.



Fonte: elaboração dos autores, 2017.

SETOR: SEP-Ch
Fl. nº: 3697

UFES

Eixo 1 Gestão cooperativa em rede e a autogestão

Nota: Considerando que a gestão de cada empreendimento tem as suas particularidades e são diferentes entre si o objetivo desse eixo é unir elementos que possam contribuir com a aprimoramento e resolução de problemas básicos. Os elementos que irão permear esse eixo são noções básicas e instrumentos de 1. Estratégia; 2. Finanças; 3. Produção; 4. Marketing; 5. Pessoal; e 6. Ações Administrativas: (planejamento, organização, controle, direção).

1.1 Gestão cooperativa

Várias coisas podem ajudar uma cooperativa a sobreviver no mercado e ir cada vez melhor, uma delas é uma boa gestão do empreendimento. A gestão de uma cooperativa tem aspectos semelhantes e diferentes dos empreendimentos capitalistas ou organizações individuais.

Mas, o que é gestão? O dicionário diz que “*Gestão significa gerenciamento, administração, onde existe uma instituição, uma empresa, uma entidade social de pessoas, a ser gerida ou administrada*”.

Bom, mas o que isso quer dizer? Gestão envolve organizar de alguma maneira aquilo que estamos fazendo na nossa cooperativa. A forma como cada cooperativa faz isso pode variar de uma para outra e mesmo que não nos demos conta, estamos fazendo algum tipo de gestão.



Conversem em grupos e escrevam como vocês organizam por exemplo os horários, a distribuição de trabalho na cooperativa. Vi-ram, esse é um tipo de gestão, uma forma de se organizar.

Porém, mesmo que façamos alguns processos de gestão sem perceber, a falta dessa percepção pode atrapalhar bastante o andamen-to e sucesso da nossa cooperativa. Assim, pensar e usar a gestão de forma organizada é importante para evitar ou superar vários problemas da nossa cooperativa. Existem elementos que permitem termos uma *boa* gestão dentro de nossa cooperativa e eles estão associados a: 1. Estratégia; 2. Finanças; 3. Produção; 4. Marketing; 5. Pessoal; e 6. Ações Administrativas: (planejamento, organização, controle, dire-ção).

Um destaque: *Os elementos técnicos não devem soterrar os saberes em presença ou favorecer a potência de ação e processos de autonomia. O que queremos enfatizar é que não se trata de encontrar e aplicar o melhor método, mas de colocar em questão o processo de trabalho e as condições nas quais ele acontece, incluindo sua organização (KRAYCHETE, 2007).*

Trabalhar tudo isso parece bem complicado, e na verdade é. No entanto, existem inúmeras ferramentas que podem contribuir para descomplicar essa tarefa. Para iniciarmos os trabalhos, tentem respon-der os seguintes questionamentos:

- Temos alguma estratégia para a nossa cooperativa? Quais são nossos objetivos para daqui a três ou cinco anos na cooperativa?

Ou como imaginamos que a nossa cooperativa vai estar daqui a dez anos?

- Como é a organização de nossas finanças? Existe controle do que se vende e compra, ou das dívidas da cooperativa, por exemplo?

- Sabemos o custo do que produzimos? Temos um controle de nossa produção por mês, semestre ou durante o ano?

- Quanto vendemos para cada canal de comercialização? Qual a estratégia de venda?



- A cooperativa realiza atividades de planejamento? Se sim, os planejamentos são acompanhados?

- Como está a relação da cooperativa com os associados e funcionários? Existem ações que visam fortalecer o vínculo de cooperação entre a cooperativa e os cooperados?

Difícil responder? Mas calma. Esse é só o início, é um **diagnóstico** para começarmos a trabalhar. Para iniciar todo esse processo de gestão temos que **definir os objetivos** que queremos atingir. No entanto, sempre pensando em três elementos: **planejar, implementar e controlar**.

Figura 3 – Organograma de elementos da gestão, 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Pegamos um caso concreto de uma cooperativa de leite que funciona no município de Três Barras, Paraná. Esta cooperativa coleta, refrigera e vende o leite para um laticínio em Cascavel. A cooperativa tinha como objetivo vender até 100 mil litros de leite por mês para poder manter um preço de 0,90 centavos por litro de leite para o associado. Como ela irá conseguir fazer isso? Nesse momento, entra em cena o planejamento. O planejamento é uma ferramenta importante que pode servir para organizarmos desde a produção até a nossa estratégia. Então podemos ter um **planejamento operacional**, um **tático** e um **estratégico**. Cada um terá uma função dentro da cooperativa. Assim:

- **planejamento estratégico**: envolve linhas gerais da nossa cooperativa, para onde queremos ir, tem relação com o futuro;

Por exemplo: a cooperativa de leite de Três Barras do Iguaçu deseja ampliar seu quadro de sócios e conseguir obter o melhor preço para

os associados. Isso será fácil? Acontecerá de ontem para hoje? Não, isso é difícil e requer tempo, meses, anos... e iremos necessitar, pelas características do mercado, ter algum tipo de processamento para agregar valor ao produto.

- **planejamento tático:** envolve definições no médio prazo de como vamos alcançar aqueles objetivos definidos no planejamento estratégico:

Por exemplo: ainda sobre a nossa cooperativa de leite de Três Barras do Iguaçu, para que ela possa ampliar seu quadro de sócios, conseguindo obter o melhor preço para os associados, terá que garantir um mínimo de sócios por mês e por ano e manter o preço pago mensalmente em uma faixa de, por exemplo, 0,85 centavos. Mas, também tentar garantir via financiamentos ou projetos, uma estrutura de processamento para agregar valor aos produtos.

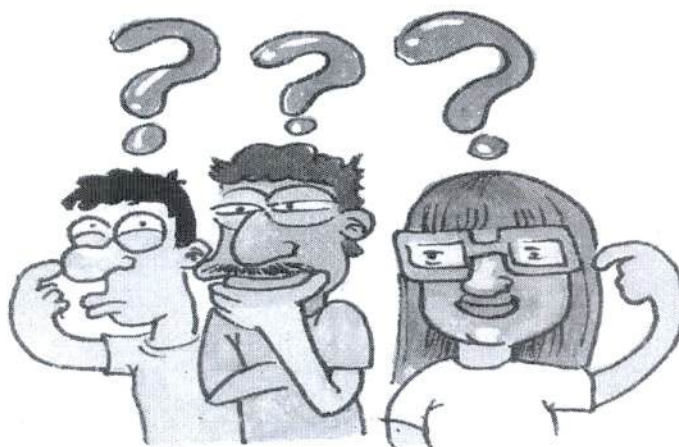
- **planejamento operacional:** contempla as questões de curto prazo que se relacionam com as ações do dia a dia.

Por exemplo: durante a semana teremos uma rota de recolhimento de leite que será utilizada para a manutenção do empreendimento. Teremos que ter estratégias de expansão das ações, para que tenhamos mais sócios.

Um exemplo da forma de organizar isso pode ser o planejamento participativo. Um planejamento participativo estrutura-se em **três momentos** que irão considerar e incorporar tanto questões em

nível estratégico, quanto em nível tático e operacional.

O **primeiro** momento constitui a reunião, tanto com a direção da cooperativa quanto com os associados. Esse grupo fará uma discussão livre sobre os principais elementos da cooperativa. Essa discussão será uma “**chuva de ideias**”, que deverá ter uma pessoa como moderador, que irá contribuir com os processos de encaminhamento e organização da discussão.



Mas antes de continuar, vamos pensar: para planejarmos algo é necessário que tenhamos noção da nossa real situação, ou seja, como nossa cooperativa está internamente? Quais são nossos problemas? Quais são nossos pontos fortes? Ou ainda: o que existe de risco ou oportunidade no ambiente externo da cooperativa? Por isso, algo que deve ser complementar ao nosso planejamento, é um diagnóstico, que pode ser executado via uma **análise ambiental**.



Matriz F.O.F.A

A matriz F.O.F.A. é um instrumento de análise ambiental relativamente simples e muito valioso. Podemos utilizá-la para detectar pontos fortes e fracos da nossa cooperativa/associação, com o objetivo de torná-la mais eficiente e competitiva, corrigindo assim suas deficiências. F.O.F.A quer dizer Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Realizar uma análise F.O.F.A. leva a pensar nos aspectos favoráveis e desfavoráveis do negócio, dos seus proprietários e do mercado.

O uso dessa ferramenta visa alcançar os seguintes objetivos principais:

- > Ter uma visão interna e externa da cooperativa

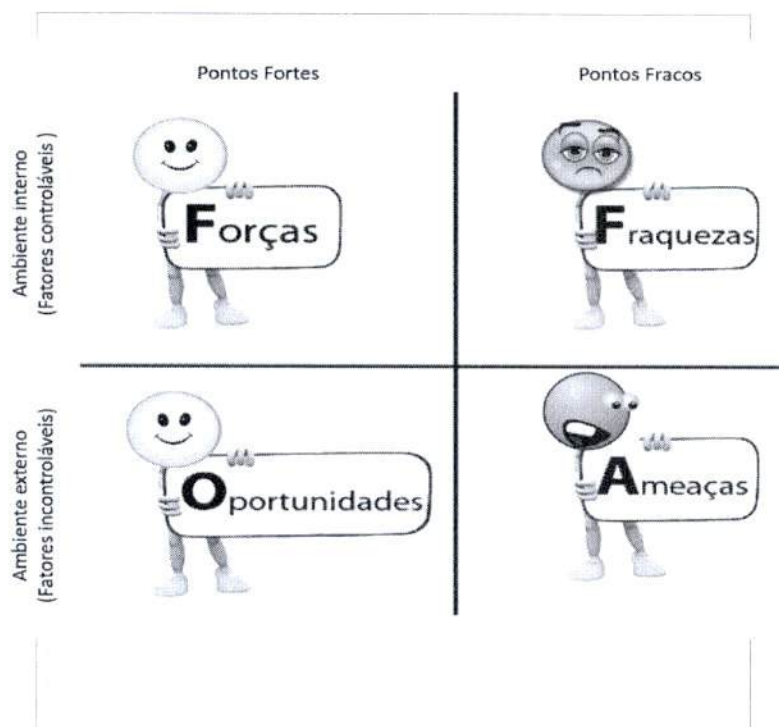
e da atividade produtiva.

- > Identificar os elementos-chave para a gestão.
- > Estabelecer prioridades de atuação e de decisões a serem tomadas.
- > Ter um “diagnóstico” da saúde do empreendimento: os pontos positivos, os potenciais competitivos nos quais podemos investir para aumentar o crescimento e os principais pontos críticos e de falha.
- > Definir posturas a fim de resolver ou minimizar os riscos e problemas levantados.

Como fazer

A matriz F.O.F.A. é sempre feita dentro dos quatro quadrados iguais expostos no desenho abaixo. Em cada quadrado são registrados fatores positivos e negativos para a implantação do negócio. A tarefa principal é levantar o maior número possível de itens para cada área (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Quanto mais completo for esse levantamento, mais precisa será a análise e melhores serão as chances de desenvolver soluções eficazes.

Figura 4- Representação gráfica da Matriz F.O.F.A para cooperativas, 2017.



Fonte: PET – Políticas públicas e agroecologia, 2015.

Continuando...

O **segundo** momento envolve um processo de filtragem das inúmeras ideias que irão surgir dentro dos três níveis de planejamento sobre as quais já conversamos. Essa filtragem irá segmentar o que é viável de ser feito e tem ligação com os objetivos e linhas gerais da cooperativa. Algo muito importante de lembrar e ter presente nesse momento são os acordos e delimitações presentes no **estatuto social** da cooperativa.

No terceiro momento, segmentando as ideias dentro dos níveis de planejamento, estes objetivos e ações precisam ser materializados e para que aconteçam devemos distribuir as responsabilidades.

Uma estrutura que pode contribuir é estabelecer tarefas, que podem ser organizadas da seguinte maneira: O que vamos fazer? Até quando deverá ser feita? Precisa ser encaminhada com quem? Assim podemos ter o seguinte esquema:

Quadro 1 – Proposta organizacional de planejamento participativo por tarefa, 2017.

Nível de planejamento	Tarefa	O que fazer?	Até quando deverá ser feito?	Precisa ser encaminhada com quem?	E a situação dessa tarefa?

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Já diz o ditado popular: ***“quem não sabe para onde ir vai para onde os outros levam”***. Isso se aplica também para a gestão da cooperativa/associação. Precisamos ter objetivos, saber o que queremos. Mas para além disso, precisamos saber se está sendo implementado adequadamente, por isso a importância dos controles. O processo de controle é como se fosse um termômetro daquilo que estamos fazendo e ele permite que retomemos ações que estão fora do planejamento e solucionemos o problema antes que gere prejuízo ou fiquemos sem tempo. O modelo de organização acima pode contribuir para esse acompanhamento das tarefas. Um grande desafio é promover um processo de acompanhamento, principalmente porque precisamos anotar e manter um controle desses vários elementos em vários setores. Por exemplo, podemos perceber que existe a necessidade de estabelecimento de um fluxo de caixa ou ainda de um controle de estoque (<<https://uffsnecoop.wixsite.com/necoop/uff-s-sead-mds>>).

Pensando na necessidade do controle, por exemplo, se tenho um planejamento estratégico de que os produtos da cooperativa alcancem novos mercados, no meu planejamento tático a ação de fazer o leite UHT da cooperativa chegar a 100 supermercados e no operacional empacotar 25 mil litros de leite por dia. Se a cooperativa observar nos controles de compra de leite que não atinge os 20 mil litros por dia eu sei que existe um problema. E para resolver preciso tomar alguma medida, se for possível aumentar a quantidade comprada e o número de produtores ou perceber que não tem como devo redimensionar o planejamento. Por isso, o planejamento é um processo que sempre vai estar acontecendo, é um ciclo.

Estes elementos são importantes para qualquer empreendimento. Porém, em uma cooperativa/associação, existem questões diferenciadas e esse é o tema do próximo tópico.

1.2 Cooperação: autogestão vs heterogestão

Uma cooperativa/associação é diferente de uma empresa capitalista ou de empreendimentos individuais de qualquer natureza. Mas, por quê? O que as diferencia? Uma empresa é uma união de capitais e as decisões são pautadas pela quantidade de capital que cada integrante tem. Uma cooperativa é uma união de pessoas e as decisões são pautadas de forma democrática, ou seja, uma pessoa é um voto. Isso também se reflete na gestão dos empreendimentos, que é o pano de fundo dessa grande diferença.

Para entender melhor tomemos como exemplo a organização de uma fábrica de bolas de futebol. Essa fábrica tem um dono e 15 funcionários que trabalham nos diferentes processos de produção. O

dono da fábrica é que decide que formato as bolas de futebol terão e como serão confeccionadas, como será o processo de produção, para quem serão vendidas, etc. Para produzir os funcionários, realizam um processo de **divisão do trabalho** onde cada um se especializa em uma atividade que ao final permitirá que o produto seja concluído. Isso aumenta muito mais a produtividade do que se cada pessoa produzisse uma bola do começo ao fim. Esse processo constitui **uma forma de cooperação**, uma vez que os trabalhadores precisam do trabalho um dos outros para obter o produto final.

Ao final do mês de janeiro de 2017, os funcionários produziram 20 mil bolas de futebol que renderam 40 mil reais. Porém, eles receberam como pagamento 5 mil reais, somando o salário de todos. Foram usados mais 5 mil reais, para pagar outros custos e os 30 mil reais sobrados ficaram para o patrão¹. Este exemplo simples tem como objetivo ilustrar como funciona um modelo de **heterogestão**. Essa palavra quer denominar uma forma de fazer gestão, onde quem planeja o processo produtivo é diferente de quem executa. E mais do que isso, quem planeja o processo é quem se apropria da maior parte dos resultados desse processo produtivo, como acontece no exemplo da fábrica.

Esse não é o melhor cenário para os trabalhadores. Percebendo isso, estes se organizam em formas alternativas, em empreendimentos produtivos, onde os próprios trabalhadores fazem tanto o processo de planejamento quanto o processo de execução desse planejamento. E para além disso, estes obtêm de forma igualitária o resultado do seu trabalho. O processo descrito acima ilustra um modelo de **autogestão**, onde os que planejam são os mesmos que executam. As coo-

¹ Mais-valia constitui a diferença entre o valor produzido pela força de trabalho, e as suas próprias despesas de manutenção (MANDEL, 1978).

perativas são formas concretas de materialização dessa proposta. Os sócios são a cooperativa, é através deles que se organizam e executam as inúmeras funções de gestão, planejamento, execução de todas as diversas funções relacionadas à cooperativa. Esse processo tem como possibilidade emancipar os trabalhadores da lógica de exploração que explicamos acima².

No entanto, esse é um desafio significativo, pois quanto classe trabalhadora não estamos acostumados a lidar com os processos de gestão e organização, surgindo inúmeras problemáticas, como colocado, que se materializam em questões de: a falta de referencial e de capacitação para a gestão; o escoamento da produção ou comercialização; a falta de recursos, como capital de giro e linhas de crédito; a resistência à cultura da cooperação; a limitação de tempo para o trabalho de acompanhamento; a falta de identidade de grupo; as dificuldades com os instrumentos de gestão e com a capacitação das pessoas; o não conhecimento acerca dos processos administrativos – comercial, contábil e de produção; as dificuldades com o marketing; o baixo retorno da produção; as resistências à implementação de normas e procedimentos; as lideranças centralizadoras; a tendência à reprodução do modelo de emprego; as dificuldades na interação entre os objetivos do grupo e os objetivos dos técnicos/assessores” (KRAYCHETE, 2007).

Todas essas situações aí apontadas se vinculam a uma mesma interrogação: *como chegar à autogestão?*

Não existem receitas prontas, porém alguns elementos podem

2 Para mais informações e discussões SINGER, P. ECONOMIA SOLIDÁRIA VERSUS ECONOMIA CAPITALISTA. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sc/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>

contribuir com esse processo principalmente os que incentivam o empoderamento das pessoas, ou seja, o fortalecimento da capacidade autônoma das pessoas, que não é tanto capacitar tecnicamente as pessoas para gerir um empreendimento econômico num sentido vertical e unidirecional, mas sim, ajudar as pessoas a extraírem suas capacidades para empreender e se relacionar coletivamente, serem conscientes delas e assim aumentar a sua autoestima e segurança.

Referências

XX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET, 2015, Laranjeiras do Sul/PR. (Anais) PET – Políticas públicas e agroecologia. Aplicação da análise FOFA como ferramenta para avaliação do cenário dos grupos PET da UFFS.

KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia (Orgs.) **Economia dos setores populares sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

MANDEL, Ernest. **Iniciação à Teoria Econômica Marxista**. Lisboa: Antídoto, 1978.

Eixo 2 Comercialização e ambiente em que as cooperativas atuam

2.1 Mercados e as Cooperativas

Mesmo que tenhamos um grupo bem organizado na nossa cooperativa e que produza bens ou serviços ótimos, tudo vai por água abaixo



se não conseguirmos vender! Por isso a nossa conversa vai iniciar pelo processo de comercialização que envolve as cooperativas. Este é um grande desafio, principalmente em um mundo onde, como diz o ditado, “o maior come o menor”. Mas vamos lá, e iniciemos com a nossa primeira pergunta:

Como vendemos os produtos da nossa cooperativa hoje?

Para responder essa pergunta temos que responder antes outros questionamentos:

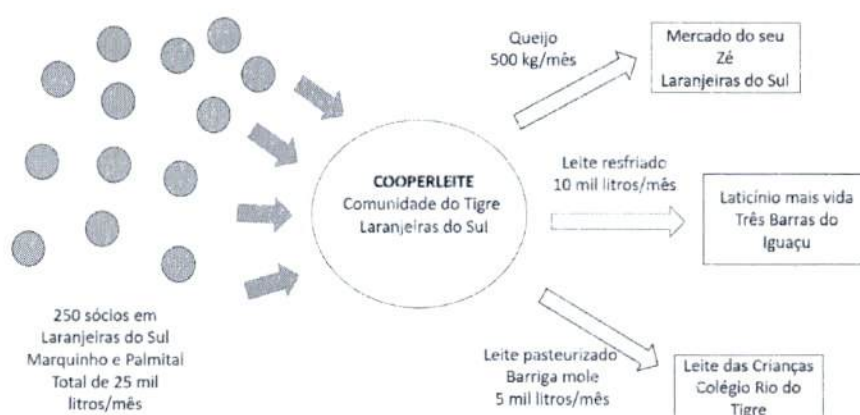
Quanto sócios a cooperativa tem e onde estão localizados?

Quanto de cada produto os sócios vendem para a cooperativa por mês?

Quanto compradores a cooperativa tem e onde estão localizados?

Quanto a cooperativa vende de cada produto para cada comprador por mês?

Respondidas essas perguntas, vamos construir um desenho e tentar marcar as quantidades que vendemos e para quem. Dona “Maria”, da Cooperativa “Cooperleite”, fez esse fluxo. (ilustração abaixo)



O que acharam?

Deu bastante trabalho lembrar de todas essas informações e construir o desenho, não é mesmo? Sabe por quê? Não estamos acostumados a fazer esse tipo de serviço, temos tudo na cabeça, mas colocar no papel é mais difícil. Porém, isso pode ajudar bastante a cooperativa a melhorar o processo de venda e compra dos produtos e melhorar os retornos para os sócios, a cooperativa e a comunidade.

Além disso, lembrem-se de que realizar um processo de comercialização coletiva requer ferramentas e apresenta desafios que são diferentes de realizar um processo de comercialização individual. Esse

processo coletivo irá mesclar dois campos distintos: um **externamente**, onde a cooperativa irá se relacionar com o mercado e terá que *localizar e passar a conhecer quais são e onde estão os diferentes tipos de compradores e quais são suas exigências em relação ao produto (qualidade, classificação, quantidade mínima de cada compra, tipos de embalagem, preços etc)*; e um **internamente**, entre os associados, uma vez que *cada produtor normalmente conhece bem sua propriedade, mas nenhum (ou muito poucos) têm uma visão da produção de todos em conjunto. Se o objetivo é vender em coletivo, é indispensável ter uma visão clara da produção que queremos vender. E para isso é preciso que todos tenham claro quantos associados participam do processo, onde cada um se localiza, quanto cada um produz, qual a época aproximada da colheita de cada um, etc* (FROSSARD, 2009).



Nesta parte deste material iremos desvendar várias coisas sobre a comercialização e o ambiente onde nossas cooperativas estão comprando e vendendo produtos. Vamos lá e não esqueça do exercício que fizemos acima, ele vai ajudar bastante no trabalho deste módulo.

2.1.1 O ambiente do Mercado e os desafios para as cooperativas

A primeira coisa que temos que saber para trabalhar a comercialização é *o que são os mercados?* Mesmo que pareça estranho, não existe um único mercado, mais sim, vários mercados, porque estes são extremamente diferentes entre si. De um jeito simples, um mercado é “uma construção social, como um espaço de interação e troca, regido por normas e regras (formais ou informais), onde são emitidos sinais (por exemplo, os preços) que influenciam as decisões dos atores envolvidos” (WAQUIL et al, 2009).



De um jeito menos complicado, os mercados são construções das sociedades e não algo fora da realidade social, abstrata. Os mercados são construções das pessoas e têm características e relações diferentes, dependendo do lugar e do tempo. Por exemplo, comercializar tomate é diferente em Laranjeiras do Sul (PR) e Cascavel (PR), pois são municípios com estruturas de varejo, tamanho do mercado consumidor completamente distintas. É diferente também comercializar 100 kg de tomate por ano e 10.000 kg por mês. Ou ser um produtor individual comercializando ou ser uma cooperativa com 800 associados e

associadas. Assim, ter clareza daquelas informações que levantamos no início do módulo ajuda a saber para **aonde iremos e em que mercado estamos atuando**.

Os mercados serão basicamente onde quem tem algo para vender e quem quer comprar algo. Então aplica-se tanto a relação da cooperativa, com algum comprador quanto do sócio com a cooperativa, quando compram e vendem algo. Devemos dar importância para os dois momentos, porque teremos nesses dois processos relações distintas.

Uma cooperativa pode optar e estar inserida em inúmeros canais de comercialização que têm diferentes funcionamentos, vantagens e desvantagens.

Quadro 1 – Funcionamento, vantagens e desvantagens dos diferentes canais de comercialização para empreendimentos associativos

Canais de comercialização	Funcionamento	Vantagens	Desvantagens
Venda direta aos consumidores	Comercialização sem intermediários ou atravessadores, tem relação direta entre consumidor e produtor. Ex: feira.		
Atacadistas e varejistas	Relação com intermediários que revendem em grandes quantidades no caso do atacado e relação com instituições que revendem para consumidores diretamente em quantidades menores ou apenas unitárias. Ex: Supermercados e Distribuidoras.		
Bares e restaurantes	Comercialização com estabelecimentos de consumo que fornecem os produtos direto aos consumidores.		
Tradins e exportação	Relação com empresas que realizam processos de inter-		

	mediação de exportação.		
Agroindústrias e indústrias	Fornecimento de matéria-prima que irá passar por um processo de transformação em gêneros alimentícios ou não. Ex: venda de leite para laticínio.		
Governos	Comercialização com qualquer instituição pública, seja municipal, estadual ou federal. Ex: venda para a merenda escolar.		

Os canais de comercialização variam de acordo com o tipo de produto que será vendido ou comprado pela cooperativa. Se os produtos forem *in natura* ou industrializados a estratégia, o canal de comercialização serão completamente diferentes, de acordo com o segmento em que atua a cooperativa. Dentro desses mercados existem grandes desafios, principalmente relacionados à competitividade das organizações frente aos concorrentes; ao preço dos produtos; e à regularidade da oferta de produtos ao mercado. Ser competitivo impõe uma série de exigências aos empreendimentos cooperativos relacionados à forma como irão se posicionar no mercado e maneira como ocorrerá a gestão interna da cooperativa/associação. Por exemplo, se somos uma cooperativa que vende hortaliças e para um supermercado, temos que saber como quem estamos concorrendo (se são outros produtores familiares ou empresas maiores); qual o preço praticado por esses concorrentes (se está maior ou menor que o dos outros, se está assim por causa do custo³); qual a quantidade de produtos que temos que fornecer e se ela vai modificar ao longo do ano (no inverno posso produzir mais, porém existe um consumo menor de folhosas).

³O custo são gastos que estão associados ao processo produtivo, e podem ser fixos ou variáveis. Por exemplo o gasto com matéria prima é um custo variável e o gasto com pagamento de salários é um custo fixo.

Texto em box - Esse tal mercado é livre e competitivo mesmo?

A visão corrente sobre mercado reafirma que existe um processo de competição muito acirrado, onde as maiores empresas absorvem as menores e têm as maiores fatias de mercado. Isso é verdade, porém, não ocorre ao acaso. O processo de desenvolvimento do sistema econômico capitalista faz com que exista **tendência** geral dentro da economia de concentração e centralização do capital. Assim, observando todas as áreas da economia, vamos visualizar, em maior ou menor medida, um processo de concentração em poucas empresas que vendem bens ou serviços aos consumidores (oligopólios) e ainda poucas empresas que vendem matérias-primas e insumos para os produtores (oligopsônios).

Na agricultura isso não é diferente. Principalmente pelo modelo dominante de agricultura que vigora atualmente, fundado na utilização de insumos químicos (fertilizantes, pesticidas, herbicidas...) e na monocultura. Esse modelo de agricultura se espalha pelo mundo após a segunda guerra mundial e com o tempo irá tomando novos contornos porém mantendo sempre sua essência. Visualiza-se, na atual configuração, um aprofundamento do vivido com a *revolução verde*, com a difusão dos avanços nas modificações genéticas causadas pelos transgênicos.

Para termos uma noção da concentração na agricultura, três empresas controlam 53% do mercado mundial de sementes, seis empresas de agrotóxi-

cos dominam 76% do setor, e dez corporações controlam 41% do mercado de fertilizantes. Isso não se restringe ao mercado dos convencionais, quando visualizamos o mercado nascente de alimentos orgânicos onde, por exemplo, no Brasil, 77% dos produtos orgânicos (certificados) são comercializados. Em 2011 foram vendidos em supermercados, nas grandes redes varejistas, com Pão-de-Açúcar, Carrefour e Walmart com marcas próprias de produtos orgânicos (IPD, 2011).

Nesse cenário, os agricultores ficam “espremidos” entre as poucas empresas que vendem insumos e as poucas empresas que comercializam seus produtos. Mas será que isso nos afeta? Essas empresas são gigantes, será que nos relacionamos com elas? Olhando para a comercialização das nossas cooperativas, quando vamos comercializar em um supermercado ou concorrer em uma licitação, estamos sim, sofrendo a influência e concorrendo, mesmo que indiretamente, com esses agentes. E mais do que isso, as forças que levam à concentração e centralização nos afetam em grande medida, uma vez que não somos imunes a elas. E agora, diante desse cenário onde temos a possibilidade de concorrer com organizações enormes, com filiais no mundo todo e muito mais poder de mercado com a nossa cooperativa? Uma alternativa é fazer o mesmo que os nossos sócios fazem: cooperar, ou seja, cooperar com outras cooperativas e associações. As empresas capitalistas fazem isso quando realizam, por exemplo, vendas ou compras conjuntas. A construção de redes de cooperativas pode permitir que ocorram resultados positivos para os empreendimentos.

Considerando o que foi apresentado, mesmo com todas essas dificuldades e barreiras para o processo de comercialização das cooperativas, existem algumas oportunidades que se apresentam a esses empreendimentos.

2.1.2 Oportunidades para as cooperativas

Diante do contexto apresentado é possível visualizar algumas alternativas dentro desse mercado extremamente competitivo e oligopolizado. Duas delas são importantes para a sobrevivência das cooperativas no mercado: a **intercooperação** e a **diferenciação** (os mercados institucionais serão abordados em um tópico específico).

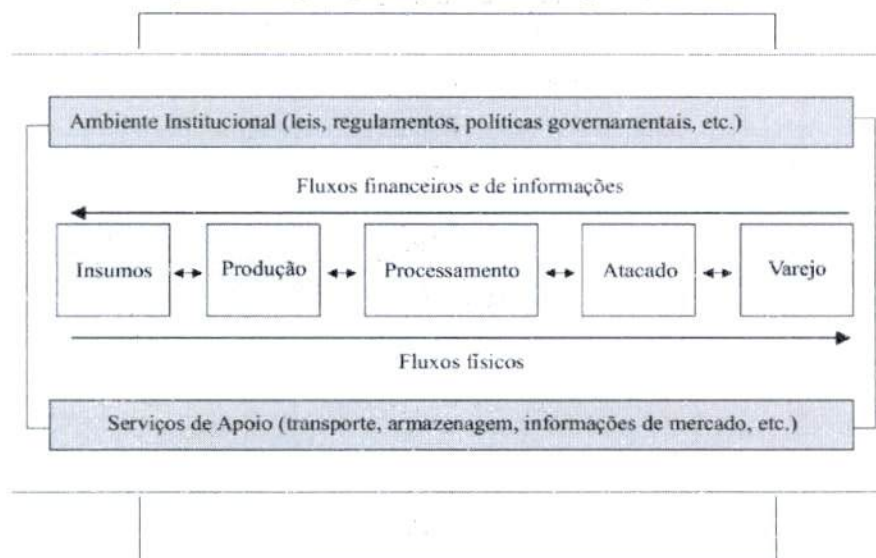


A intercooperação refere-se ao processo de cooperação entre cooperativas/associações. Como colocamos no tópico anterior ações dessa maneira, permitem que as cooperativas possam fazer frente a empreendimentos maiores e têm **ganhos competitivos**. Mas de que forma? Será que dá certo? Uma forma que tem se mostrado eficiente para esse processo é a construção de **cadeias produtivas solidárias**.



Texto em box – O que é uma cadeia produtiva: o conjunto de atividades que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização, constituindo-se em segmentos (elos) de uma corrente.

Figura 2 – Organograma de uma cadeia produtiva, 2016.



Fonte: Adaptado de WAQUIL et al., 2009.

O objetivo de uma cadeia produtiva solidária é a apropriação coletiva dos excedentes. “Quando um empreendimento econômico solidário controla apenas parte da cadeia produtiva fica subordinado à lógica definida anteriormente pelo controlador da cadeia, seja na condição de fornecedor, atravessador ou transformador” (SCHIOCHET ; BRANDES, 2009). A ideia básica dessa remontagem consiste em substituir fornecedores de insumo que operem sob a **lógica do capital**, por fornecedores que operem sob a **lógica da economia solidária**. Assim, por exemplo, ao invés de a nossa cooperativa trabalhar com um banco convencional, poderíamos dar preferência para cooperativas de crédito.

Essa ideia de mudar nossa relação com os elos da cadeia produtiva passa por um processo de formação de redes. As redes têm como ponto de partida a mesma lógica das cadeias produtivas solidárias, mas podem interligar diferentes setores, e também agentes que tenham outros objetivos e lógicas que não só a produtiva.



Texto em box - Comercialização em rede: a experiência do circuito sul de circulação e comercialização de produtos da Rede Ecovida de Agroecologia

A Rede Ecovida surge em 1998, da necessidade de articulação que as organizações não governamentais e grupos de agricultores que realizavam atividades de produção e comercialização de alimentos agroecológicos. A Rede Ecovida organiza-se atualmente em 28 Núcleos Regionais distribuídos nos três Estados da região Sul do Brasil e desenvolve, entre outras ações, um processo de certificação de conformidade de produtos orgânicos e articula um circuito de comercialização dessas produções.

O circuito de comercialização de produtos está organizado em dez Estações-Núcleo, sendo três no Paraná, quatro em Santa Catarina, três no Rio Grande do Sul e uma no Vale do Ribeirão, em São Paulo, e há articulação para a constituição de novas estações em Sacramento-MG e Itacaré – BA. Em torno destas Estações-Núcleo estão quinze Subestações que agregam, por sua vez, outras tantas Estações-locais, formando um sistema Regional de circulação dos alimentos da agricultura familiar. Em cada Estação constitui-se em um ponto de troca, compra e venda de alimentos, fazendo assim circular uma grande quantidade de alimentos pelos três Estados do Sul. Atualmente, participam deste processo de circulação e comercialização cerca de 1.500 famílias. Até 2011 comercializavam cerca de 1.211.783 kg/mês (PEREZ-CASSARINO, 2012) sendo que em

2014 foram comercializados 3.535.310 kg apenas pelo ponto regional do Paraná (REDE ECOVIDA, 2016).

A figura abaixo ilustra o organograma de funcionamento da Rede e o trajeto desse circuito.

GRUPOS

Cada Grupo é uma pequena rede de família

REDE

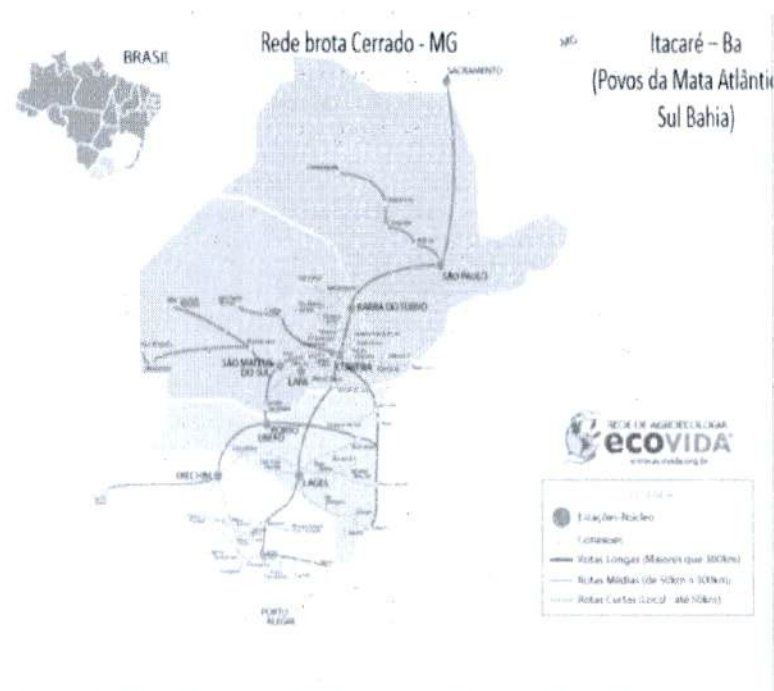
A Rede Ecuvieta é uma das redes

NÚCLEO

Núcleo é uma rede de organizações e entidades

Visualização da forma de agir em Rede da Rede, de um Núcleo e de um Grupo

Figura 4 – Rotas do Circuito Sul de Circulação e Comercialização dos produtos da Rede Ecovida



Fonte: Rede Ecovida, 2016.

Nessa organização, somam-se aos grupos de agricultores organizações de consumidores, entidades de assessoria, comercializadoras e agroindústrias, tornando-se um exemplo de comercialização em rede via um forte processo de intercooperação.

Agora, pensando no que foi exposto, tentem construir um esquema da cadeia produtiva onde sua cooperativa ou associação está inserida. E pensem: Que parcerias podemos fazer? Como podemos dar pequenos passos para construir uma rede ou uma cadeia produtiva solidária?

Além dessas estratégias de intercooperação, outra alternativa para contornar as dificuldades decorrentes dos mercados oligopolizados é a construção de produtos e serviços **diferenciados**. A diferenciação passa por um processo de inserção em **nichos de mercado**. Um nicho de mercado refere-se a uma estratégia de segmentação e direcionamento dos produtos, seja por localização geográfica, critério demográfico, características socioeconômicas dos consumidores, padrões de consumo, benefícios procurados pelos consumidores, estilos de vida dos compradores e personalidade dos clientes.

Nesses mercados, como os produtos são diferenciados, os apelos para sua compra serão outros que não apenas o menor preço ou a marca mais famosa. Exemplo de mercado assim são os produtos orgânicos, os produtos com identidade local (como o queijo de Minas). Nesse processo de diferenciação as cooperativas podem apostar também na organização de circuitos curtos de comercialização, que

aproximam os consumidores das cooperativas e permitem a criação de laços que podem contribuir para a manutenção de uma fatia de mercado.

Exposto este contexto mais amplo, algumas alternativas e desafios para a comercialização das cooperativas, apresentamos a seguir algumas metodologias que podem contribuir no processo de organização da comercialização.

Referências

FROSSARD, C. Processo de comercialização. In: BEZERRA, A. et al. **Economia dos setores populares**: pensamentos, ferramentas e questões. Porto Alegre: Cartase – Coletivo de Comunicação, 2009.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. In: NIEDERLE, P; ALMEIDA, L; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. 1ed. Curitiba-Paraná: Kairós, 2013, v. 1, p. 171-214.

REDE ECOVIDA. **AGROECOLOGIA E CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA NO SUL DO BRASIL**. Divulgação Arquivo Interno, 2016.

SCHIOCHET, V.; BRANDES, M. E. **Espaço e Cadeias Produtivas Solidárias**. O Caso da Reciclagem. 2009. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/artigo>_45.

WAQUIL, P. D. et al. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

Eixo 3 Políticas Públicas de Apoio à Cooperação e Integração da Agricultura Familiar através da Cooperação em rede

O objetivo principal deste eixo é apresentar alguns elementos fundamentais às políticas públicas nacionais voltadas à agricultura familiar e suas organizações. A abordagem apresentada prioriza a evolução e desenvolvimento de políticas públicas, desenvolvimento rural e agricultura familiar, bem como alguns dos principais programas governamentais voltados à redução da pobreza no campo.



Este eixo difere dos anteriores, uma vez que foi preparado para fazer parte do material de subsídio dos formadores. Entretanto, acolheu-se a sugestão da Coordenação, do assunto ser incluído na íntegra, em ambos os materiais.

3.1 Contextualizando

O campo das políticas públicas se constitui em uma subárea da ciência política⁴, que vem registrando um ressurgimento de sua importância nas últimas décadas (SOUZA, 2006; LIMA, 2012). Para Souza (2006), três grandes fatores contribuíram para essa revitalização

4 Para Bonavides (2000) **Ciência Política** é o estudo da política, que diz respeito aos sistemas políticos, das organizações políticas e dos processos políticos, envolve o estudo da estrutura, de suas mudanças e dos processos de governo ou qualquer sistema equivalente de organização humana que tente assegurar segurança, justiça e direitos civis. No entanto, existe no interior da Ciência Política uma discussão acerca do objeto de estudo desta ciência, que, para alguns, é o Estado e, para outros, o poder. A primeira posição restringe o objeto de estudo da ciência política; a segunda amplia.

das discussões em torno das políticas públicas, sendo que o primeiro fator está relacionado à adoção de políticas de restrição de gastos públicos no pós-segunda guerra mundial, promovendo o ajuste fiscal (equilíbrio entre receitas e despesas) que passou a dominar a agenda da maioria dos países. O segundo fator está ligado a novas visões sobre o papel dos governos, menos intervencionista, em substituição às políticas keynesianas do período anterior. O terceiro fator está relacionado à falta de uma coalizão política mais estável, especialmente em países em desenvolvimento, capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas de desenvolvimento econômico e de inclusão social (SOUZA, 2006).

Para Arretche (2003), no Brasil, a razão da expansão dos estudos em políticas públicas está relacionada à inovação e experimentação em programas governamentais provocados pela grande competitividade eleitoral, a ampliação da autonomia dos governos locais, o processo de reforma do Estado e a oportunidade aberta à participação social em diversas políticas setoriais, especialmente a saúde, educação e assistência social, a partir de várias modalidades de representação de interesses e pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos de cargos eletivos.

3.2 O que são Políticas Públicas?

Várias são as definições de políticas públicas e não existe uma melhor segundo Souza (2006) que apresenta diversas definições, dentre as quais destacamos duas: i) a política pública é a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos; e ii) a política pública é o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Vargas Velasques apud Deubel

(2006) define o termo como conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução das mesmas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis.

Portanto, a política pública pode ser concebida como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado - nas escalas federal, estadual e municipal, com a finalidade de solucionar problemas do próprio governo e/ou para atendimento a determinados setores da sociedade civil, ou de *interesse público*, desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e, mais recentemente, também com a iniciativa privada.

Uma das grandes controvérsias na definição de políticas públicas está no entendimento do que é interesse público. De modo geral, o que garante o caráter público é o seu conteúdo, a quem se destinam seus resultados, quais são os benefícios e como se dá o seu processo de construção.

3.3 Quais os objetivos gerais das Políticas Públicas?

Mesmo diante da complexidade e amplitude dos campos de constituição de políticas públicas, seus objetivos podem ser sintetizados em:

- Promover o desenvolvimento econômico, promover a reprodução e acumulação de capital na esfera produtiva em um sistema capitalista;
- Compensar desajustes sociais criados por ações do Estado e do capital;
- Ampliar e efetivar direitos de cidadania que são conquistados nas lutas sociais;

- Responder a demandas (necessidades) dos setores da sociedade considerados como mais vulneráveis;
- Regular conflitos entre atores sociais (conflitos de interesses de classes e grupos).

3.4 Quais são as características das Políticas Públicas?

Para Souza (2006), as políticas públicas apresentam um conjunto de características:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

3.5 Quais os Tipos de Políticas Públicas?

A tipificação ou classificação de políticas públicas é diversa e varia de acordo com os objetivos dos diferentes autores. No entanto, a maioria dos modelos de análises se inspira no modelo sugerido por Theodore J. Lowi, onde as políticas públicas são divididas em 5 tipos

(LOWI, Theodore J. Four, 1972 *apud* RUA; ROMANINI, 2013) :

- ⌚ 1. Políticas Distributivas
- ⌚ 2. Políticas Constitutivas ou de infraestrutura
- ⌚ 3. Políticas Regulamentares
- ⌚ 4. Políticas Redistributivas
- ⌚ 5. Políticas Específicas

3.6 Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

A partir do entendimento do que são as políticas públicas, seus objetivos e um conjunto de questões relacionadas com o tema, é preciso compreender algumas das principais especificidades dos espaços rurais, da agropecuária como um setor da economia e da Agricultura Familiar como ator social e o Agricultor Familiar como um sujeito de direitos. Isto pode contribuir decisivamente para a compreensão das demandas por políticas públicas para o desenvolvimento rural e da agricultura familiar, bem como compreender o processo de construção dessas políticas públicas ou suas ausências, como também, avaliar adequadamente o desempenho destas políticas em seus objetivos.

Para Ferreira e colaboradores (2008) como para outros autores, ocorre uma falta de compreensão ou uma compreensão fragmentada da realidade das políticas públicas locais e especialmente em realidades rurais, esse problema é ainda mais grave.

A construção de políticas públicas para o campo vem sendo profundamente impactada por um conjunto de fatores, que vem sendo destaque em estudos de diversos autores.

Dentre os principais fatores podem ser destacados:

O debate em torno de temas como a nova ruralidade;

- Surgimento e reconhecimento de novos atores sociais do campo;
- A abordagem regional/territorial no atendimento às especificidades diante da diversidade de um país continental como o Brasil;
- Reconhecimento de problemas sociais históricos de alta gravidade no campo, como a fome e a desnutrição.

3.6.1 Papel da Agricultura no desenvolvimento

Apenas como forma ilustrativa faremos uma divisão temporal para caracterização do papel da agricultura e do rural a partir da visão do desenvolvimento agrícola e da visão do desenvolvimento rural.

Entre 1950 até 1995: Produzir alimentos fartos e baratos, para garantir baixos salários ao processo de industrialização emergente;

- Produzir matéria-prima padronizada (no modelo *commodities*);
- Liberar mão de obra pela incorporação das tecnologias da dependência (modernização da agricultura);
- Exportação para equilíbrio da balança de pagamento;
- Constituir o rural em mercado de consumo dos produtos industrializados (insumos e alimentos processados);
- Entre 1996 até 2016:
- Produzir comida, em quantidade e de qualidade biológica (sem contaminação)
- Garantir Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – SAN;
- Produzir matéria-prima padronizada (no modelo *commodities* regradas pelas ISOs);
- Gerar trabalho e renda atraindo novos moradores pela multifuncionalidade e a pluriatividade;

- Exportação de excedentes para fortalecer a segurança alimentar global;
- Produzir bens e serviços em sistemas de trocas justas, solidárias e sustentáveis;
- Redução da pobreza rural;
- Ampliação e qualificação da escolarização (educação do campo);
- Garantir a acessibilidade da população urbana aos ativos naturais;
- Garantir a reprodução social da diversidade sociocultural (hábitos, costumes, práticas culturais);
- Produção de espaços de interação social;
- Preservação, manutenção e melhoria dos ecossistemas e seus recursos naturais.

3.6.2 Objetivos das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural

Como demonstrado em diversos trabalhos, os objetivos das políticas públicas estão associados em grande medida ao modelo de desenvolvimento e ao papel estabelecido para a agricultura e mais recentemente para o meio rural de forma mais ampla. No presente contexto os objetivos das políticas públicas para o meio rural, podem ser sintetizados em:

- Garantir alimentos ao menor preço para o conjunto da população do país;
- Garantir uma boa remuneração (qualidade de vida) aos agricultores;
- Garantir acesso à terra e demais meios de produção;
- Garantir a produção e difusão de tecnologias mais produtivas, sustentáveis e includentes socialmente;
- Oportunizar formação / capacitação à PEA presente nos territórios rurais;

- Promover a cidadania e autonomia dos sujeitos sociais;

Políticas Agrícolas

As políticas agrícolas constituem-se em um ramo da política econômica aplicado ao setor primário (agropecuária), que visam a ampliação da produção de alimentos e o alcance dos demais objetivos definidos para esse setor (agricultura).

As políticas agrícolas podem ser conceituadas como o conjunto de instrumentos de governo, utilizados para regular o comportamento dos agentes privados e orientar os organismos públicos, com vistas a atingir os objetivos definidos para o setor primário.

Principais políticas agrícolas:

- 1- Crédito Rural (custeio, investimento, habitação);
- 2- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);
- 3- Subsídio Agrícola (para linhas, públicos, produtos ou insumos);
- 4- Comercialização: PAA (Mais Alimentos, Formação de Estoques, etc.), PNAE, Compras Institucionais, Preço Mínimo - por produto ou segmento;
- 5- Armazenagem;
- 6- Seguro Agrícola;
- 7- Agregação de Valor (Agroindústrias)

Políticas Agrárias

A expressão “Política Agrária” tem sido utilizada num sentido amplo, compreendendo a política agrícola e a política fundiária e reforma agrária. A política agrária é o conjunto de princípios fundamentais e de regras disciplinadoras do desenvolvimento do espaço rural. Outra acepção da política agrária refere-se à regulação da estrutura fundiária – uso e posse da terra e das relações entre os sujeitos do campo - legislação e os contratos agrários.

Aqui conceituamos política agrária como o universo de medidas que têm como objetivo principal a modificação estrutural do sistema produtivo ou a adequação deste às necessidades da sociedade.

Principais políticas agrárias:

1. Reforma agrária;
2. Colonização;
3. Ordenamento agrário/fundiário;
4. Crédito fundiário;
5. Imposto Territorial Rural – ITR
6. Habitação Rural (Minha Casa Minha Vida)

Políticas Territoriais

As políticas territoriais constituem uma nova geração de políticas públicas, concebidas para atender as demandas de determinados espaços caracterizados territorialmente, como também a partir da adequação de políticas já existentes.

Os principais objetivos das políticas públicas territoriais caracterizam-se pelo propósito de:

- superar a visão de rural enquanto espaço constituído predominantemente de pobres e pelo desenvolvimento das atividades agrícolas/agropecuárias;
- oferecer uma alternativa à concepção e prática da ação setorial: agrícola (crédito), agrário (terra), etc.;
- atenuar a dicotomia entre rural/urbano, cidade/campo, entre atrasado e moderno, dominada pela prática de separação, divisão e não de complementaridade, de interdependências;
- superar a visão fragmentada, verticalizada das realidades, compreendendo o desenvolvimento em sua múltipla dimensionalidade e de interação multiescalar, identificando e apoiando assim as diferentes dinâmicas socioculturais e produtivas;
- contribuir com a redução das desigualdades intra e inter-regionais do desenvolvimento próprias do capitalismo;

Principais políticas territoriais:

1. Territórios rurais de identidade: PRONAT, PROInf (Ex-MDA atual SEAD);
2. Territórios da Cidadania (Ex-MDS atual MDSA); Meso Regiões de Fronteira do MIN – Ministério da Integração Nacional (Exemplo: Meso Região da Fronteira do Mercosul);
3. Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDRs, atuais Agências de Desenvolvimento Regional – ADRs do Governo de Santa Catarina.

Referências

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. RBCS – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 51, jan. 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo. 10 ed. 2000. 616 p. (Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/14104/Paulo_Bonavides-Ciencia_Politica.pdf>)

DEUBEL, André Nöil Roht. La génesis del Estado republicano en Colombia: elementos para una historia social de la administración pública. Cuadernos de Historia del Derecho. 2006. 13 p.

FERREIRA, Patrícia Aparecida; ALENCAR, Edgard; SANTANA, Ana Carolina. **Agricultura Familiar: Algumas Dimensões Interpretativas que Suscitam a Fragmentação entre Formulação e Implementação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento desta Categoria no Sul de Minas Gerais**. ENAPEG – Encontro de Administração Pública e Governança. Salvador/BA – 12 a 14 de novembro de 2008. 16p. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2008/2008_ENAPG223.pdf>

LIMA, Wagner Gonçalves. **Políticas públicas: discussão de conceitos**. Núcleo de educação, meio ambiente e desenvolvimento. Rev Interface – Porto Nacional. N.º 5, out. 2012.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. **Para aprender políticas públicas**. Volume I: conceitos e teorias. IGEPP – Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas. Curso online, Disponível em http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Rev Sociologias**. Porto Alegre. Ano 8, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

Principais Programas Nacionais



3.7 Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor dos recursos financeiros repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Pnae devem ser utilizados em aquisições de alimentos produzidos pela agricultura familiar ou suas organizações (cooperativas e associações), priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. A execução do Pnae se dá através de Entidades Executoras, compostas por instituições da rede pública de ensino federal, estadual e municipal que recebem recursos diretamente do FNDE para a alimentação escolar.

Desde sua implantação, o Pnae tem ampliado as possibilidades de vendas diretas da agricultura familiar através do mercado institucional da alimentação escolar. O programa tornou-se um instrumento eficaz à agregação de valor e geração de renda a muitos estabelecimentos e organizações da agricultura familiar, particularmente cooperativas. Neste item, trataremos das principais etapas para operacionalização e acesso ao Pnae pelas organizações da agricultura familiar.

3.7.1. Orçamento

Responsabilidade: Entidade Executora

A Entidade Executora deve identificar o valor total do repasse realizado pelo FNDE para definir o valor mínimo, equivalente a 30% do repasse total, a ser destinada às aquisições da agricultura familiar.

A obrigatoriedade de compra mínima da agricultura familiar somente é dispensada pelo FNDE quando presente uma das seguintes condições:

- ⌚ Impossibilidade de emissão de documento fiscal;
- ⌚ Inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios, desde que respeitada a sazonalidade dos produtos;
- ⌚ Condições sanitárias inadequadas, em desacordo com o disposto no art. 33 da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013.

Importante: as organizações da agricultura familiar devem estar atentas às condições ou exceções estabelecidas pelo FNDE para o descumprimento da

legislação do Pnae. Particularmente aos pontos I e II, para os quais volume, estabilidade de produção e qualidade (aspectos sanitários) podem impor barreiras ao acesso dos agricultores familiares ao programa.

3.7.2 Articulação entre atores sociais

Responsabilidade: Entidade Executora e Organizações da Agricultura Familiar

Esta etapa deve identificar a diversidade e quantidade de produtos da agricultura familiar que são ofertados ou que podem ser ofertados (potencialidades) pela agricultura local. Os itens identificados devem, então, ser avaliados quanto a sua contribuição nutricional e participação no cardápio da alimentação escolar.

Importante: a identificação e quantificação dos gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar requer diálogo entre as organizações da agricultura familiar, as Secretarias de Educação e de Agricultura e as entidades locais de assistência técnica e extensão rural (ATER). Desta interação é possível mapear a realidade e as potencialidade locais para atender ao Pnae. O mapeamento deve conter a descrição dos produtos produzidos (e potenciais), a quantidade disponível e a época de colheita (período de oferta do produto).

A participação do nutricionista, responsável pela elaboração do cardápio escolar, também é importante. Este profissional pode destacar a melhor combi-

nação de produtos, nas diferentes épocas do ano, levando em consideração as demandas nutricionais dos estudantes e a diversidade (riqueza) da agricultura local. O nutricionista também pode orientar o trabalho dos extensionistas e cooperativas na identificação de potencialidades e fortalecimentos de cadeias produtivas já existentes na região.

3.7.3 Cardápio

Responsabilidade: Entidade Executora (equipe técnica – nutricionista)

O cardápio da alimentação escolar deve ser desenvolvido de acordo com o mapeamento dos produtos da agricultura familiar, incluindo alimentos regionais, com respeito às referências nutricionais e os hábitos alimentares locais, e de acordo com a disponibilidade sazonal (safra).

Através do cardápio, o nutricionista tem a oportunidade de explorar a diversidade da agricultura familiar local e assim oferecer uma dieta rica, constituída de produtos frescos, saudáveis e respeitando a cultura e a vocação agrícola local.

Importante: é desejável que o cardápio da alimentação escolar favoreça modelos agroalimentares alternativos, como a agricultura orgânica, agroecológica e o extrativismo, desde que construídos a partir de uma proposta de sustentabilidade social, econômica, ambiental, política, cultural e ética.

Também deve-se dar prioridade aos produtos da sociobiodiversidade gerados a partir de recurso da

biodiversidade nativa, voltados à formação de cadeias produtivas centradas nas populações indígenas, povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Além da geração de renda, a promoção dos produtos da sociobiodiversidade deve valorizar práticas e saberes tradicionais, assegurar sua manutenção e preservar o patrimônio cultural local.

3.7.4 Pesquisa de preço

Responsabilidade: Entidade Executora

Os preços dos produtos da agricultura familiar são estabelecidos pela Entidade Executora e publicados no edital da Chamada Pública.

Os preços listados na Chamada Pública serão os preços pagos ao agricultor familiar ou suas organizações pela venda dos seus produtos. Chamada Pública é o instrumento administrativo utilizado pelo governo federal para seleção de propostas de aquisição de produtos da agricultura familiar, destinados a alimentação escolar. Os preços dos produtos contratados pela Chamada Pública devem refletir os preços de mercado, os quais são previamente definidos pela Entidade Executora através de pesquisa.

Importante: para a pesquisa de preços a Entidade Executora poderá contar com a colaboradores, tais como entidades de assistência técnica e extensão rural, universidades e organizações da agricultura familiar. O preço de aquisição do produto será o preço médio pesquisado em, no mínimo, três mercados lo-

cais, acrescidas outras despesas previstas no edital de Chamada Pública, tais como frete para entrega dos produtos (do local de produção até a escola), embalagem, encargos sociais e outras despesas necessárias para o fornecimento do alimento.

A pesquisa de preços deve dar preferência as feiras da agricultura familiar. Quando não houver mercado local (no próprio município) para algum produto específico, a pesquisa de preços deve ser realizada em pontos de venda territorial (municípios que compõe o território), estadual ou nacional, nessa ordem.

Para Chamas Públicas que contemplem produtos orgânicos ou agroecológicos, a Entidade Executora poderá realizar pesquisa de preços específica para esses produtos. Caso tal pesquisa de preços específica não ocorra, a Entidade Executora pode acrescentar 30% dos preços dos produtos orgânicos/agroecológicos, considerando a pesquisa realizada para os mesmos gêneros alimentícios, porém não orgânicos/agroecológicos.

3.7.5 Chamada pública

Responsabilidade: Entidade Executora

A Entidade Executora (prefeitura, secretaria estadual de educação, escola ou unidade executora) é a responsável pela Chamada Pública, por meio da qual torna pública a intenção de compra dos produtos da agricultura familiar destinados ao Pnae.

É extremamente importante que a Chamada Pública contenha informações suficientes para que os agricultores familiares e suas organizações formulem os projetos de venda. A Chamada Pública deve conter os tipos de produtos, quantidades, cronograma de entregas (diárias, semanais, e por quanto tempo), locais de entrega e o preço definido para cada produtos e quantidade (unidade, kg, litro, etc.).

Importante: embora a legislação do Pnae estabeleça um valor mínimo de 30% dos repasses do FNDE para aquisição de produtos da agricultura familiar, a Chamada Pública poderá ser ampliada para até 100% dos repasses do FNDE, desde que destinados a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Divulgação: as Entidades Executoras devem publicar os editais de Chama Pública para a alimentação escolar em jornal de circulação local, na forma de mural em local público de ampla divulgação. A Chamada Pública também desse ser postada online (site), quando este recurso for disponível as Entidades Executoras. As organizações da agricultura familiar, como sindicatos rurais, cooperativas, associações, movimentos sociais e demais entidades da agricultura familiar (agentes de extensão rural), também devem ser notificadas da Chamada Pública. Os editais de Chamada Pública também podem ser divulgados através de rádios comunitárias, jornais de circulação local, estadual e nacional.

Os editais deverão permanecer abertos para recebimento dos projetos de venda por um período mínimo de 20 dias.

3.7.6 Projeto de venda

Responsáveis: Agricultores familiares ou suas organizações

Pelo projeto de venda, os agricultores familiares formalizam seu interesse em vender sua produção para a alimentação escolar.

A responsabilidade pela elaboração e entrega dos projetos de venda é dos agricultores familiares ou suas organizações. De acordo com a Chama Pública, o projeto de venda deverá apresentar sua proposta de fornecimento de gêneros alimentícios (variedade, quantidade, cronograma de entrega).

Podem elaborar projetos de venda:

- ① Grupos formais: agricultores familiares organizados em associações e cooperativas detentoras de DAP jurídica. Nesse caso, os contratos são firmados com a organização da agricultura familiar;
- ① Grupos informais: agricultores familiares organizados em grupos informais (sem DAP jurídica). Neste caso serão firmados contratos individuais;
- ① Fornecedores individuais: agricultores familiares individuais, nesse caso os contratos também serão firmados com agricultores individualmente.

No caso de grupos informais ou fornecedores individuais, o projeto de venda deverá incluir todos os agricultores participantes, com nome completo, CPF e DAP física.

Durante a elaboração do projeto de venda, todo agricultor participante (individual e de grupo informal) deverá preencher uma declaração de

que os produtos a serem entregues, relacionados à sua DAP física, são de produção própria. No caso de grupos formais a declaração deve ser feita pela organização formal (cooperativa ou associação) e assinada pelo seu representante legal.

Importante: nos estados, Distrito Federal, municípios e escolas federais onde o valor total de repasse do FNDE para execução do Pnae seja superior a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais por ano), a Entidade Executora poderá optar por aceitar propostas apenas de organizações com DAP jurídica, desde que previsto na Chamada Pública.

3.7.7 Seleção dos projetos de venda

Responsável: Entidade Executora

Habilitação: os projetos de venda serão habilitados desde que acompanhados da seguinte relação de documento:

Grupos formais	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP jurídica) para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias; Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente; Projeto de venda assinado pelo seu representante legal; Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados; Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do
----------------	---

	limite individual de venda de seus cooperados/associados; Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.
Grupos informais	Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF; Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física) de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias; Projeto de venda com assinatura de todos os agricultores participantes; Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda; Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.
Fornecedores individuais	Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF; Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física) do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias; Projeto de venda com a assinatura do agricultor participante; Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda; Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

Importante: os agricultores familiares fornecedores individuais ou organizados em grupos informais e detentores de DAP física poderão contar com uma Entidade Articuladora (conforme definição do MDA) que poderá, nesse caso, auxiliar na elaboração do Projeto de Venda.

Na ausência ou desconformidade de qualquer dos documentos listados para habilitar projetos de venda, fica facultada à Entidade Executora a abertura de prazo para a regularização da documentação.

A relação dos projetos de venda habilitados para a

Chamada Pública será apresentada em sessão pública e registrada em ata, ao término do prazo de apresentação dos projetos.

Seleção

Os projetos habilitados serão selecionados pela Entidade Executora de acordo com os critérios estabelecidos pelo FNDE (Resolução FNDE nº 26/2013; atualizados pela Resolução FNDE nº 04/2015).

Critérios de seleção

A Entidade Executora, inicialmente, dividir os projetos nos seguintes grupos:

Grupo 1 – projetos locais

Grupo 2 – projetos do território rural

Grupo 3 – projetos do estado

Grupo 4 – projetos do país

Após a separação dos projetos de vendas em Grupos, a Entidade Executora deverá analisar, nesta etapa, **APENAS os projetos do Grupo 1** (projetos locais), observar a seguinte ordem de prioridade para seleção dos projetos:

1º Assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes.

⌚ São considerados grupos formais e grupos informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas

e/ou indígenas aqueles em que na composição de seus grupos tiverem no mínimo representação de 50% + 1, conforme identificado na DAP.

⌚ No caso de empate, terão prioridade grupos com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas.

2º Fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003

- O Pnae prioriza alimentos orgânicos e agroecológicos por sua relação com uma alimentação segura e saudável, bem como sua contribuição ao desenvolvimento regional sustentável e ao cuidado com o meio ambiente.

3º Grupos formais (organizações com DAP jurídica)

4º Grupos informais (agricultores familiares, detentores de DAP física, organizados em grupos)

5º Fornecedor individuais (agricultores familiares, detentores de DAP física, não organizados)

- Os agricultores familiares podem participar da seleção na condição de fornecedores individuais, ou organizados em grupos informais ou formais (associações e cooperativas com DAP jurídica). No entanto, os grupos formais têm prioridade sobre os demais, e os grupos informais sobre os fornecedores individuais.

- O Pnae incentiva a organização formal dos agricultores familiares. Além de facilitar o processo de compra de

alimentos a merenda escolar, as organizações formais da agricultura familiar (cooperativas e associações) promovem melhores oportunidades de trabalho e fortalecem a comunidade de forma solidária, organizando a produção e facilitando o acesso aos mercados consumidores, com inclusão social e desenvolvimento local.

- No caso de empate entre grupos formais, serão selecionadas as organizações com maior porcentagem de agricultores familiares no seu quadro de sócios.

6º Demais grupos (Grupo 2 – projetos do território rural; Grupo 3 – projetos do estado; Grupo 4 – projetos do país)

- Somente quando as entidades executoras não obtiverem as quantidades necessárias de produtos oriundos de agricultores familiares locais (Grupo 1), estas poderão ser complementadas com propostas de produtores do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade. Na análise de cada grupo de projetos de venda, serão aplicados os mesmos critérios de priorização acima citados.

- Caso o fornecedor de determinado(s) produto(s) não possua capacidade de fornecimento de toda a quantidade solicitada, a Entidade Executora poderá adquirir o(s) mesmo(s) produto(s) de mais de um fornecedor, respeitando a ordem de classificação dos proponentes.

Controle do Limite da DAP

As vendas do agricultor familiar para a alimentação escolar, via Pnae, não devem ultrapassar R\$ 20.000,00 por DAP/ano/Entidade Executora.

Cabe à entidade executora verificar em seus registros o limite a ser pago a cada agricultor, dentro de sua jurisdição, quando a participação deste se dê via grupo informal ou de forma individual.

Os contratos individuais firmados no âmbito de cada entidade executora não poderão superar o valor de R\$ 20.000,00 por DAP no mesmo ano civil.

No caso de grupos formais, o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica × R\$ 20.000,00/ano/Entidade Executora.

É importante destacar que o limite por agricultor relativo ao Pnae não considera as vendas para outros programas de compras governamentais, como o PAA. Portanto, agentes públicos podem estimular a agricultura familiar por meio do uso de compras institucionais de variadas fontes, em acordo com a sua demanda e realidade local.

3.7.8 Controle de qualidade

Responsável: Entidade Executora

A avaliação e controle de qualidade dos produtos a serem comercializados se dará a partir de três critérios:

- I. Atender às especificações da Chamada Pública;
- II. Possuir certificação sanitária, quando houver essa exigência;
- III. Atender ao teste de amostra (características sensoriais).

Os produtos alimentícios a serem adquiridos para a alimentação escolar devem atender a legislação de alimentos estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa/Ministério da Saúde), Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa/Mapa) ou serviços de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM).

Importante: produtos “in natura”, sem nenhum tipo de processamento e de origem vegetal, não necessitam de avaliação sanitária. Já os produtos de origem vegetal que passaram por algum tipo de processamento e todos os produtos de origem animal, inclusive ovos e mel, necessitam de avaliação sanitária e devem ser inspecionados por serviços de inspeção como o SIM (permite a comercialização dentro do município), SIE (permite a comercialização dentro do estado) e SIF (permite a comercialização em todo país). O sistema Suasa (em implementação) visa unificar as formas de certificação sanitária para produtos de origem animal com abrangência nacional.

3.7.9 Contrato de compra

Responsável: Entidade Executora e fornecedores (agricultores familiares)

O contrato de compra é a formalização legal do compromisso assumido pela Entidade Executora e pelos fornecedores para a entrega

dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar.

A Lei de Licitações e Contratos (nº 8.666/1993) estabelece as regras que regulamentam os contratos de compra oriundos de Chamada Pública.

Os contratos devem estabelecer com clareza as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da Chamada Pública, tais como cronograma de entrega dos alimentos, com datas, locais, produtos e qualidades, e as datas de pagamento dos agricultores familiares, além das demais cláusulas de compra e venda.

Importante: o contrato de aquisição dos gêneros alimentícios deve ser assinado pelas partes envolvidas: pela Entidade Executora e pelo representante legal da cooperativa/ associação, pelos agricultores familiares que compõem o grupo informal, ou pelo fornecedor individual.

3.7.10 Termo de recebimento e pagamento

Responsáveis: Entidade Executora e fornecedores

No ato da entrega, que deve seguir o previsto no cronograma previsto no edital de Chamada Pública, o TERMO DE RECEBIMENTO, deve ser assinado pelo representante da Entidade Executora e pelo grupo ou agricultor individual fornecedor.

O termo de recebimento é o instrumento que atesta que os produtos entregues estão de acordo com o cronograma previsto no contrato e dentro dos padrões de qualidade exigidos. No termo estão descritos os tipos de produtos entregues, suas quantidades e os seus valores.

O termo de recebimento deve ser impresso em pelo menos duas vias, sendo uma delas destinada à Entidade Executora e a outra ao representante do grupo da agricultura familiar ou fornecedor individual. Junto à assinatura do termo de recebimento, é obrigatória a emissão de documento fiscal, nota do produtor rural, nota avulsa (vendida na prefeitura) ou nota fiscal (grupo formal).

- ✓ Associações da agricultura familiar são entidades sem fins econômicos e sem fins lucrativos. Porém, alguns estados estão permitindo que associações da agricultura familiar possam realizar a comercialização para as compras institucionais, inclusive do Pnae. Nestes casos, associações autorizadas a emitir nota fiscal, e que possuem a DAP jurídica, estão configuradas como grupo formal e o contrato pode ser celebrado diretamente entre a Entidade Executora e a associação. Para as demais associações, que não podem emitir nota fiscal – mas apenas representar os interesses dos seus associados na venda dos gêneros alimentícios da agricultura familiar –, os contratos serão celebrados diretamente com cada agricultor familiar constante no projeto de venda. Os pagamentos serão feitos diretamente aos agricultores familiares como fornecedores individuais, que emitirão as notas fiscais.

Importante: os produtos da agricultura familiar a serem entregues ao contratante (Entidade Executora) serão os definidos na chamada pública de compra, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem na mesma chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente. A possibilidade de substituição deverá ser atestada pelo Nutricionista Responsável Técnico.

Outras informações em:

https://www.fn-de.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC

3.8 Programa de Aquisição de Alimentos (Paa)



O Programa de Aquisição de Alimentos (Paa) é uma modalidade de compra institucional criada pelo Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012. Este programa é definido como um instrumento de política pública para compra de produtos da agricultura familiar realizada através de chamada pública para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos.

Os produtos da agricultura familiar são consumidos por órgãos, entidades ou instituições da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Importante: as aquisições da agricultura familiar serão feitas dispensando-se o procedimento licitatório, desde que obedecidas, cumulativamente, as seguintes exigências disciplinadas no art. 17 da Lei nº 12.512, de 2011:

Os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA);

Seja respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar, cooperativa ou por demais organizações formais da agricultura familiar, conforme definido em regulamento.

A partir de 1º de janeiro de 2016, pelo Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, do total de recursos no destinados à aquisição de gêneros alimentícios aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, pelo menos 30% deverão ser destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar. Esta aquisição poderá ser realizada por meio desta modalidade Compra Institucional.

Objetivos

- ✓ Promover o acesso da agricultura familiar no mercado das compras institucionais;
- ✓ Incentivar a alimentação saudável, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias;
- ✓ Valorizar os alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- ✓ Conservar a biodiversidade e incentivar a produção orgânica e agroecológica de alimentos;
- ✓ Fortalecer circuitos locais e regionais e redes de

comercialização;

- ✓ Estimular o cooperativismo e o associativismo;

Quem compra

As compras são permitidas para quem fornece refeições como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, restaurantes populares, entre outros.

3.8.1 Grupo gestor

A regras do Paa são definidas por um grupo gestor (GGPAA), órgão colegiado de caráter deliberativo e formado por representantes dos seguintes ministérios:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério da Fazenda; e
- Ministério da Educação.

O GGPAA orienta e acompanha a execução do Paa através de suas Resoluções. O GGPAA é responsável por definir as formas de funcionamento das modalidades do programa, metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar. Também atua estabelecendo as condições de doação dos produtos adquiridos, as condições de formação de estoques públicos,

os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores e consumidores.

As resoluções do GGPAa podem ser encontradas no site do MDS, <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/resolucoes-do-grupo-gestor>

3.8.2 Beneficiários

São beneficiários do Paa, consumidores de produtores de alimentos.

Os **produtores** são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Os **beneficiários** são os consumidores em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

3.8.3 Como os agricultores familiares podem participar

Os agricultores familiares podem participar do Paa individualmente ou através de suas cooperativas ou outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado.

Para participar do programa individualmente, os agricultores familiares devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que qualifica a família como da agricultura

familiar.

- ✓ Embora os agricultores familiares possam participar do programa de forma individualizada, na prática essa não é uma tarefa fácil. Frequentemente, agricultores familiares não conseguem atender o volume (quantidade demandada) e a frequência estabelecidas pelo edital de Chamada Pública. As organizações da agricultura familiar (cooperativas e associações) oferecem uma alternativa para vencer estas dificuldades. Agindo coletivamente, os agricultores familiares podem, mais facilmente, atender os requisitos do comprador e, ao mesmo tempo, reduzir os custos do processo de contratação.

A participação das organizações da agricultura familiar está condicionada a obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA (GPAA).

Públicos específicos, como indígenas, pescadores artesanais, quilombolas e assentados da reforma agrária, a DAP pode ser fornecida por organizações, segundo a Portaria do MDA nº 17 de 23 de março de 2010, tais como: a FUNAI, a Fundação Cultural Palmares, o Ministério da Aquicultura e Pesca ou Federação de Pescadores e suas colônias filiadas, o INCRA, entre outros.

3.8.4 Preços de aquisição

A definição dos preços de aquisição dos produtos da agricultura

familiar e suas organizações, será realizada pelo órgão responsável pela compra. O preço será definido a partir de, no mínimo, 3 (três) pesquisas devidamente documentadas no mercado local ou regional, sendo facultada a utilização dos preços de referência estabelecidos nas aquisições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Caso não seja possível realizar pesquisa de preço para a compra de produtos orgânicos ou agroecológicos, os preços poderão ser acrescidos em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais.

3.8.5 Limite de venda

As aquisições da agricultura familiar são limitadas. Cabe ao Órgão Comprador respeitar o valor máximo anual para aquisições de alimentos por meio da modalidade Compra Institucional, definido por unidade familiar, cooperativa ou por demais organizações formais da agricultura familiar. Cada família (unidade familiar) pode vender até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) anualmente para cada Órgão Comprador, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do Paa e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae.

Adicionalmente, cada organização fornecedora da agricultura familiar (cooperativas e associações) pode vender por ano, respeitados os limites por unidade familiar, até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para cada órgão comprador.

3.8.6 Chamada Pública

A demanda de consumo de alimentos, de sementes e de outros

materiais propagativos, por parte de órgão, entidade ou instituição da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é divulgada por meio de Chamada Pública, que deve conter, no mínimo:

- ✓ Objeto a ser contratado;
- ✓ Quantidade e especificação dos produtos;
- ✓ Local da entrega;
- ✓ Critérios de seleção dos beneficiários ou organizações fornecedoras;
- ✓ Condições contratuais; e
- ✓ Relação de documentos necessários para habilitação.

O edital de Chamada Pública poderá classificar as propostas segundo critérios de priorização de:

1. Agricultores familiares do município;
2. Comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas;
3. Assentamentos da reforma agrária;
4. Grupos de mulheres;
5. Produção agroecológica ou orgânica.

A Chamada Pública deverá ser publicada por meio de divulgação em local de fácil acesso à agricultura familiar, podendo ser jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, quando houver, além de divulgação em sítio na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação, pelo prazo mínimo de 10 (dez) dias.

Serão habilitadas as propostas apresentadas que contemplem:

- ✓ Todos os documentos exigidos na Chamada Pública; e
- ✓ Preços compatíveis com os de mercado.

3.8.7 Pagamento

Os pagamentos pelos produtos da agricultura familiar adquiridos na modalidade Compra Institucional serão realizados aos agricultores familiares, diretamente ou através de suas organizações (cooperativas e associações).

3.8.8 Operacionalização do Paa: passo a passo

- ✓ Após a identificação da demanda que pode ser atendida pela agricultura familiar local, o órgão comprador elabora o edital de Chamada Pública;
- ✓ A Chamada Pública deve ser amplamente divulgada em locais de fácil acesso, especialmente para as organizações da agricultura familiares;
- ✓ As organizações da agricultura familiar devem elaborar as propostas de venda de acordo com os critérios da Chamada Pública;
- ✓ O comprador habilita as propostas que atendem a documentação exigida no edital de Chamada Pública e com os preços de venda compatíveis com o mercado;
- ✓ O comprador e o fornecedor assinam o contrato que estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento aos agricultores familiares e todas as cláusulas de compra e venda;
- ✓ O início da entrega dos produtos deve atender ao cronograma previsto e os pagamentos realizados diretamente aos agricultores ou suas organizações.

3.9 Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf)

A grande maioria dos consumidores brasileiros não percebe a importância da agricultura familiar ao fornecimento de alimentos consumidos no país. Para torná-la visível na alimentação diária dos brasileiros, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) criou o Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf).

O selo foi instituído através da Portaria MDA nº45, de 28 de Julho de 2009 e atualizada pela Portaria nº 7, de 13 de janeiro de 2012.

Além de informar os consumidores sobre a origem do produto, o Sipaf serve como instrumento de agregação de valor, por estar associado ao desenvolvimento social e econômico e a preservação ambiental promovidos pela agricultura familiar nas diversas regiões do país.

Objetivo

O SIPAF pretende identificar os produtos que tenham em sua composição a participação majoritária da agricultura familiar e dar visibilidade a empresas e aos empreendimentos da agricultura familiar que promovem a inclusão econômica e social dos agricultores, gerando mais empregos e renda no campo.

3.9.1 Quem pode utilizar o Sipaf

Podem requerer e utilizar o selo:

- ✓ Agricultores familiares (pessoas físicas) que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);
- ✓ Cooperativas ou associações da agricultura familiar com ou sem DAP;
- ✓ Empresas cujos produtos tenham participação relevante da agricultura familiar.

Empresas ou cooperativas sem DAP, podem obter o selo da seguinte forma:

- ✓ Quanto o produto for constituído de uma matéria prima, deve-se comprovar que pelo menos 50% dos custos com aquisição da matéria prima têm origem na agricultura familiar;
- ✓ Quanto o produto é composto por mais de uma matéria prima, o empreendimento deve comprovar que mais de 50% da matéria prima principal deste produto foi adquirida da agricultura familiar.

3.9.2 Como solicitar o Sipaf: passo a passo

- ✓ O interessado em receber o selo da Agricultura Familiar deverá enviar carta de solicitação endereçada ao Secretário de Agricultura Familiar do MDA;
- ✓ Apresentar CPF ou CNPJ válidos;
- ✓ Preencher proposta de obtenção, na qual o agricultor familiar, cooperativa ou associação ou empresa prestará as informações necessárias para obtenção do selo;
- ✓ Empresas ou cooperativas que não possuem DAP jurídica devem apresentar declaração de como pretendem atender os critérios do Sipaf, conforme estabelecido na Portaria no. 7, de 13 de janeiro de 2012;
- ✓ Os produtos para os quais o Sipaf foi solicitado devem atender as exigências legais pertinentes à produção, industrialização e comercialização, atestada por declaração assinada pelo solicitante;

3.9.3 Aprovação do pedido e uso do Sipaf

A Secretaria da Agricultura Familiar terá até 60 dias para se manifestar quanto à aprovação do pedido de uso do Sipaf.

Em caso de aprovação, o interessado (agricultor familiar ou suas organizações) será comunicado pessoalmente, além da publicação da decisão no Diário Oficial da União.

O Selo da Agricultura Familiar terá validade de cinco anos e será permitido para a identificação de produtos como verduras, legumes, polpas de frutas e laticínios, entre outros.

Mais informações: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-sipaf/como-obter-permiss%C3%A3o-para-usar-o-selo>

Referências

FNDE. 2016. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar. 2ª edição – versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília, DF. 60 pp.

MDA. Selo da Agricultura Familiar – Sipaf. Brasília, DF. 8 pp. www.mda.gov.br/portal/saf/programas/sipaf

MDS. 2012. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Brasília, DF. 28 pp.

MDS. 2016a. Identificação da Demanda de Alimentos dos Órgãos da União para a Agricultura Familiar. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Brasília, DF. 60 pp. www.mds.gov.br/assuntos/segurancaalimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/compra-institucional

MDS. 2016b. Compras da Agricultura Familiar Órgãos Públicos. Modalidade Compra Institucional do PAA (2012-2015). Brasília, DF. 18 pp. www.mds.gov.br/assuntos/segurancaalimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/compra-institucional

MDS. 2016c. Orientações e Marco Legal. Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. Brasília, DF. 74 pp. www.mds.gov.br/assuntos/segurancaalimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/compra-institucional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Assessoria de Gestão, Administração e Serviços

Rodovia SC 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-6413
agas.ch@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

RELATÓRIO FINAL

Chapecó-SC, 28 de março de 2019.

Eu, Vagner Garcias de Vargas, servidor da Universidade Federal da Fronteira Sul, SIAPE 2073314, venho por meio deste, encaminhar o Relatório Final de Prestação de Contas referente ao Convênio nº 02/2015, Processo 23205.004411/2015-68, Portal SICONV 823346/2015, firmado com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande Sul - FAURGS.

Analizando a documentação encaminhada pela FAURGS, ATESTO a regularidade das despesas realizadas por esta fundação de apoio, em conformidade com o plano de trabalho e o atendimento dos resultados esperados, bem como a regularidade da prestação de contas.

VAGNER GARCÍAS DE VARGAS
Fiscal do Projeto
Portaria nº 014/PROAD/UFRS/2017